



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GETÚLIO ALVES DE ALMEIDA NETO

**O PODER PELA FORÇA: ANÁLISE DA REFORMA MILITAR RUSSA E SUA
RELAÇÃO COM O POSICIONAMENTO INTERNACIONAL DO PAÍS**

CAMPINAS

2021

GETÚLIO ALVES DE ALMEIDA NETO

O PODER PELA FORÇA: ANÁLISE DA REFORMA MILITAR RUSSA E SUA
RELAÇÃO COM O POSICIONAMENTO INTERNACIONAL DO PAÍS

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na Área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO GETÚLIO ALVES DE ALMEIDA NETO
E ORIENTADA PELO PROF. DR. SEBASTIÃO
CARLOS VELASCO E CRUZ.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Almeida Neto, Getúlio Alves, 1994-
AL64p O poder pela força : análise da reforma militar russa e sua relação com o posicionamento internacional do país / Getúlio Alves de Almeida Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações internacionais. 2. Segurança internacional. 3. Grandes potências. 4. Rússia - História militar. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Power through force : analysis of the russian military reform and its relation to the international position of the country

Palavras-chave em inglês:

International relations

International security

Great powers

Russia - Military history

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional

Titulação: Mestre em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]

Samuel Alves Soares

Angelo de Oliveira Segrillo

Data de defesa: 11-08-2021

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0509-2237>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2366235199427380>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora de trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 11 de agosto de 2021, considerou o candidato Getúlio Alves de Almeida Neto aprovado.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Prof. Dr. Angelo de Oliveira Segrillo

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa. Número do Processo: 88882.434655/2019-01.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento desta pesquisa, sem a qual não seria possível sua realização.

A Deus, que me permitiu realizar uma pós-graduação em um país tão desigual como o Brasil e por me manter vivo e são ao longo de todo o período da pandemia de COVID-19.

Aos meus pais, pelo apoio sempre incondicional, e incentivo, desde a infância, a minha educação e aos projetos de vida.

Ao PPGRI San Tiago Dantas como um todo, sejam pelos professores, funcionários – em especial a Graziela, responsável por um trabalho impecável na biblioteca do IPPRI e sempre disposta a ajudar os alunos nos mínimos detalhes; a Giovana e Isabela da Secretaria do PPGRI; e a Camila, da Secretaria de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Unicamp, pela prestatividade e auxílio – e sobretudo aos colegas de turma, principalmente aqueles com quem tive o prazer de construir uma amizade ao longo desse período e que sempre estiveram presentes nos momentos de certo desespero com as perspectivas da educação brasileira ou do cansaço mental do processo de elaboração da Dissertação.

Ao GEDES e aos membros do Observatório de Conflitos pelas longas discussões e momentos de descontração.

À professora Natália Félix de Souza, da PUC-SP, pela oportunidade de estágio docência e apoio.

Ao professor Sebastião Carlos Velasco e Cruz pela orientação e confiança ao longo do trabalho.

Aos professores Samuel Alves Soares e Angelo de Oliveira Segrillo pela participação nas bancas de qualificação e defesa.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de análise a reforma militar da Rússia em curso desde outubro de 2008 e sua relação com o posicionamento do país no Sistema Internacional do século XXI. Como objetivo geral, a pesquisa se propõe a entender como o governo russo utiliza de sua capacidade militar como ferramenta de política externa. A hipótese principal é que o aparato militar é de uso instrumental para a execução da política externa do Kremlin, que ampara a defesa de seus interesses político-securitários no intuito de posicionar Moscou como um dos polos de poder a ser reconhecido pelas outras potências, permitindo sua participação no concerto global. A segunda hipótese é de que a necessidade de incrementar sua força como mecanismo de garantia da defesa de seus interesses se baseia na percepção de Moscou acerca de sua insegurança no contexto pós-Guerra Fria, marcada pela supremacia militar estadunidense e sua própria debilidade nesse quesito. A terceira hipótese é de que o aumento da capacidade militar russa não significa uma tendência de política imperialista de restauração formal do Estado soviético, tampouco uma disposição de enfrentamento direto com os Estados Unidos. A pesquisa é feita a partir da revisão da literatura especializada no assunto, constituída por livros, artigos científicos, relatórios de centros de pesquisa sobre assuntos militares e documentos oficiais de Defesa da Federação Russa. A análise é baseada no método hipotético-dedutivo e feita à luz da abordagem realista neoclássica das Relações Internacionais, pautada nos conceitos de unipolaridade de Wohlforth, e força, poder e potência segundo Raymond Aron. A pesquisa conclui que a política militar russa consiste em uma estratégia defensiva a partir da utilização de abordagens assimétricas em seu favor, que buscam impedir a ação da OTAN em regiões consideradas de interesse e influência da Rússia. Nesse sentido, a pesquisa propõe o entendimento da Rússia como uma potência defensiva, reativa e negativa. Essa asserção se dá a partir de um aparato militar suficientemente capacitado para não se submeter à imposição de vontades e interesses de outras potências e garantir a soberania doméstica do país a partir das possibilidades de atuação de Moscou no contexto internacional de assimetria de capacidades, característica da unipolaridade do Sistema Internacional do pós-Guerra Fria.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Segurança Internacional; Grandes potências; Rússia – História Militar.

ABSTRACT

The research analyses the Russian military reform which has been taking place since October 2008 and its relation to the country's position in the International System in the 21st Century. The main objective of this study is to understand how the Russian government makes use of its military capabilities as a foreign policy tool. The primary hypothesis is that Russian military apparatus is used by the Kremlin as an instrumental means in order to protect its political-security interests and to assure Moscow's position as a pole of power in the International System which should be recognized by other great powers, thereby allowing its participation in the global political concert. The secondary hypothesis posits that the necessity of enhancing its military capabilities in order to guarantee the protection of its interests derives from Moscow's perception of insecurity since the outset of the post-Cold War period symbolized by the military supremacy of the United States and Russian debilities in this matter. The tertiary hypothesis is that this enhancement neither means that Russian government is advancing an imperialistic foreign policy towards the formal restoration of Soviet state nor is it willing to directly engage in a conflict with the United States. This research is based on literature review consisting mostly of books, scientific papers and reports made by research centers specialized on military affairs. Besides that, official Defense documents published by Russian Federation are utilized. The method of analysis is hypothetical-deductive and the Neoclassical Realism School of International Relations assumptions underpin the study. Specifically, the concepts of unipolarity according to Wohlforth and force and power as in Raymond Aron's work are used. The investigation concludes that Russian military policy consists in a defensive strategy conducted by the utilization of asymmetrical approaches that aim to stall NATO's action in geopolitical areas considered by Moscow as its zone of privileged interests and influence. Therefore, the study advances the argument that Russia should be understood as a defensive, reactive and negative power. This assertion assumes that Russian military is as sufficiently strong as it needs to be in order to guarantee its domestic sovereignty and to not be subjugated by other great power's interests in the international context of post-Cold War, which features asymmetrical capabilities and the unipolarity, reducing Russian possibilities of action.

Keywords: International Relations; International Security; Great powers; Russia – Military History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Juntas Regionais de Comando Estratégico da Rússia	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Redução do número de oficiais entre 2008-2012 (em milhares)	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	Anti Access/Area Denial
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CSFR	Conselho de Segurança da Federação Russa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSR	Centro de Pesquisa Estratégia
C4SIR	Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPI	Fundação Projetos de Pesquisa Avançada na Indústria de Defesa
FSB	Serviço de Segurança Federal da Federação Russa
GOZ	Ordem de Defesa do Estado
GPV	Programa de Armamento do Estado
GRU	Departamento Central de Inteligência
G-8	Grupo dos Oito
G-20	Grupo dos 20
IED	Investimentos Externos Diretos
KFOR	Força do Kosovo
KSSO	Forças de Operações Especiais da Federação Russa
KVR	Força Espacial Russa
MBI	Mísseis Balísticos Intercontinentais
MD	Ministério da Defesa da Federação Russa
MVD	Ministério dos Assuntos Internos da Federação Russa
OKS	Juntas Regionais de Comando Estratégico
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ONG	Organização Não Governamental
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
PGS	Prompt Global Strike
PIB	Produto Interno Bruto
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
RI	Relações Internacionais
RIC	Rússia, Índia e China
RVSN	Força Estratégica de Mísseis da Federação Russa
SI	Sistema Internacional
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TSI	Teoria da Identidade Social
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VKS	Forças Aeroespaciais Russas
VDV	Forças Aerotransportadoras Russas
VVKO	Forças de Defesa Aeroespaciais Russas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Apresentação do tema de pesquisa	14
1.2	Tempos Difíceis: o fim da URSS e o caos dos anos 1990	17
1.3	Perspectiva teórica	23
1.4	Hipóteses, método e estrutura do trabalho	26
2	NOVYY OBLIK	29
2.1	Os dilemas pré-2008	30
2.2	As reformas no período Serdyukov (2008-2012)	37
2.3	As reformas no período Shoigu (2012-atualmente)	43
2.4	O rearmamento do Estado russo	46
2.4.1	GPV-2020.....	49
2.4.2	GPV-2027.....	50
2.5	Desafios às reformas	52
2.6	Conclusão: forças armadas pós-soviéticas	58
3	GIBRIDNAYA VOYNA: A GUERRA HÍBRIDA RUSSA	61
3.1	A política de Defesa da Rússia pós-soviética	62
3.1.1	1993-2000.....	62
3.1.2	2000-2010.....	64
3.1.3	2011-2016.....	69
3.1.4	Mudanças e continuidades.....	71
3.2	O pensamento estratégico russo	73
3.2.1	Doutrina Gerasimov?.....	73
3.2.2	Assimetria e Adaptação.....	78
3.3	Conclusão: dissuasão assimétrica	84
4	DERZHAVNOST	87
4.1	Força, poder e potência: uma visão realista e intersubjetiva	88
4.2	A unipolaridade e a hegemonia estadunidense	91
4.3	O debate sobre a política externa russa: ofensiva ou defensiva?	96
4.4	<i>Derzhavnost</i>: a Rússia como potência	103
4.4.1	<i>Derzhavnost</i> como prática.....	107
4.5	Conclusão: a Rússia como uma potência defensiva, reativa e negativa..	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

REFERÊNCIAS.....	121
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema de pesquisa

Em 2013, o Ministro da Defesa da Rússia, Sergey Shoigu, afirmou que até o final daquele ano os soldados russos aposentariam o uso de *portyanki*, nome dado aos panos que envolviam seus pés desde os tempos imperiais (RIBEIRO, 2013, online). Mais do que uma simples troca de material, a mensagem transmitida por Shoigu simbolizava o processo de reformulação das Forças Armadas Russas, em curso desde outubro de 2008. O conjunto de reformas na instituição passou a ser chamado por analistas militares de *Novyy Oblik*¹ – algo como “nova aparência”, em tradução para o português – em referência ao resultado esperado ao final das transformações empreendidas: reconfigurar a estrutura das Forças Armadas Russas, desvencilhando-se da organização herdada da União Soviética. Nesse sentido, a reforma tem como objetivo primeiro dotar o país de um poderio militar adequado para lidar com as chamadas novas ameaças no campo da segurança internacional e preparado para a defesa dos interesses políticos de Moscou no século XXI.

O projeto de reformas foi anunciado dois meses após a Guerra da Geórgia. A rápida vitória² alcançada em solo georgiano, em defesa dos movimentos separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul, não foi capaz de esconder as debilidades das forças russas. De fato, o conflito serviu justamente para evidenciar a obsolescência do arsenal bélico à disposição de Moscou, a falta de treinamento dos soldados, e a deficiência no sistema de comando-e-controle das Forças Armadas Russas (PALLIN; WESTERLUND, 2009, p. 401). Não obstante, a atuação no conflito não deve ser considerada a causa do lançamento do *Novyy Oblik*. As falhas verificadas em 2008 somente trouxeram de volta à tona o debate nos âmbitos político, civil e acadêmico sobre a urgência de uma reforma militar na Rússia, cujas discussões remontam à década de 1990, mas que apenas em 2008 encontraram uma conjuntura que permitiu sua aplicação, como veremos na próxima seção.

Em linhas gerais, as reformas consistiram em deixar o modelo soviético de mobilização em massa baseado exclusivamente na conscrição e caracterizado pela grande desproporcionalidade entre o número de oficiais e de soldados, para tornar as forças russas mais compactas, ágeis e melhor treinadas. Nesse sentido, foram promovidas políticas que buscam aumentar a proporção de soldados profissionais, permitindo ao país dispor de unidades militares

¹ Interessante notar que nenhum documento oficial utilizava o termo reforma (BAEV, 2010, p. 1).

² O conflito durou apenas cinco dias, entre 7 e 12 de agosto de 2008.

com prontidão permanente. Ademais, houve a reorganização dos distritos militares em conjunto com a diminuição dos níveis de hierarquia de comando-e-controle e cortes realizados no inflado número de oficiais, com o intuito de tornar o processo de tomada de decisão e resposta das tropas mais rápido (BARABANOV; MAKIENKO; PUKHOV, 2012, p. 5).

Junto às mudanças de ordem organizacional, a Rússia passou a investir grande parte dos seus gastos em Defesa na modernização de armas e equipamentos, com o objetivo de superar a obsolescência de seu aparato bélico da era soviética, ao mesmo tempo em que continua a desenvolver seu arsenal nuclear como garantia da estratégia de dissuasão em relação aos Estados Unidos (EUA) e à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Em especial, destaca-se o investimento em tecnologias C4SIR³ para possibilitar maior capacidade das Forças Armadas Russas no que é conhecido como “Guerra Eletrônica”, tida como fundamental para a estratégia russa de anular as capacidades do inimigo.

Acompanhando as reformas estruturais e o incremento em sua capacidade bélica, observa-se, também, um processo de redefinição dos riscos e ameaças à segurança da Federação Russa desde seu surgimento, em 1991, bem como aumento dos espaços geopolíticos de interesses russos. Nesse sentido, Moscou já adotou quatro diferentes doutrinas militares (1993, 2000, 2010 e 2014) que se desenvolveram a partir da identificação de outras ameaças que não unicamente a OTAN e os Estados Unidos – ainda que sejam o maior parâmetro balizador da política de Defesa russa – mas também de movimentos separatistas, possíveis instabilidades políticas no chamado espaço pós-soviético, terrorismo e interferência externa nos assuntos domésticos. Em suma, as mudanças doutrinárias sugerem que as Forças Armadas Russas devem estar preparadas para o enfrentamento de conflitos regionais e de menor escala, implicando na reformulação da estratégia de Defesa do país em relação à Guerra Fria, no qual Moscou se preparava militarmente à sombra de possibilidade de uma guerra global em larga escala entre as potências.

Desde o lançamento do pacote de reformas, a comunidade internacional observou, com certa surpresa, duas incursões militares da Rússia. Em 2014, soldados cercaram de forma rápida a península da Crimeia e garantiram o processo de anexação da região à Federação Russa, ainda que não reconhecido pela maior parte da comunidade internacional. Em 2015, a intervenção

³ Sigla em inglês para Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento, definida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos incorporando o advento das inovações tecnológicas da guerra para expandir o conceito original de Comando e Controle (C2). Conforme Ribeiro (2018, p. 162-163) os sistemas C4SIR possuem três formas gerais de impacto sobre a condução da guerra: 1) inteligência, vigilância e reconhecimento; 2) satélites de posicionamento; 3) satélites de comunicação.

militar na Guerra Civil Síria em auxílio ao governo de Bashar al-Assad, apoiado diplomaticamente por Moscou desde 2011, destacou o papel protagonista da Rússia – ao lado de outros atores de igual importância nesse contexto como Estados Unidos, Turquia e Irã – em relação ao desenvolvimento do conflito e em um possível acordo de paz formado entre as partes.

Em conjunto com a Guerra da Geórgia, as incursões russas buscaram transmitir duas mensagens sobre o posicionamento internacional do país. Em primeiro lugar, Moscou considera o chamado espaço pós-soviético como sua zona exclusiva de interesse, alertando a OTAN que qualquer nova tentativa de expansão para países fronteiriços à Rússia seria vista como uma ameaça a sua segurança e, portanto, passível de retaliação. Em segundo lugar, a investida militar na Síria marcou a presença da Rússia no Oriente Médio e freou o ímpeto de revoluções contrárias aos regimes nos países árabes que vinham ocorrendo desde 2011. Sobretudo, o Kremlin sinalizou que não mais assistiria passivamente à destituição de governos e as consequências geradas por instabilidades domésticas, como fora nos casos de Afeganistão, Iraque e Líbia. Ainda que alinhadas à dimensão militar – como este trabalho procura demonstrar ao longo do seu desenvolvimento – as decisões do governo russo possuem um caráter muito mais político do que meramente beligerante.

Decorrente da demonstração de sua força militar, análises acadêmicas, políticas e jornalísticas têm destacado a crescente assertividade russa no cenário internacional e, muitas vezes, ressaltam o caráter agressivo da política externa conduzida por Moscou. Como aponta Renz (2018, p. 105), Brzezinski já alertava, em 1994, para o receio de uma contínua expansão do território russo através da volta de uma política imperialista que buscasse restaurar o antigo Estado soviético. Não obstante, o presente trabalho partilha da interpretação de Kofman, que entende o objetivo russo não como um revisionismo geográfico dentro da Europa, mas sim uma reestruturação da relação de poder entre as potências (KOFMAN, 2016, p. 5).

Conforme Renz (2018) reitera constantemente ao longo de seu livro sobre o que chama de “renascimento da força militar russa”, a reforma atual “não acontece no vácuo”. É preciso, portanto, contextualizar os motivos que justificaram o lançamento do *Novyy Oblik*, em 2008, para a compreensão de seus objetivos. Nesse sentido, as discussões sobre a necessidade da reformulação do modelo militar russo existem desde a década de 1990, fruto do cenário político e econômico da Rússia a partir da dissolução da União Soviética. Este quadro refletiu em suas forças armadas, transformando-as de uma instituição outrora fundamental para a política e economia do bloco comunista, em fonte de problemas e descaso na então recém-formada Federação Russa.

1.2 Tempos Difíceis: o fim da URSS e o caos dos anos 1990

Já de início, a dissolução do bloco soviético trouxe uma problemática fundamental para a constituição das forças armadas dos novos Estados e para a comunidade internacional como um todo: como alocar o imenso arsenal nuclear soviético? Quatro ex-repúblicas soviéticas, nomeadamente Rússia, Ucrânia, Belarus e Cazaquistão, possuíam armas nucleares estratégicas em seu território. Já as armas nucleares táticas se espalhavam por todas as 15 ex-repúblicas soviéticas. Em acordo firmado em maio de 1992, em Tashkent, capital do Uzbequistão, decidiu-se que a Federação Russa seria a única detentora do arsenal nuclear completo da extinta União Soviética. O fato de a Rússia ser o maior país entre as ex-repúblicas – econômica e demograficamente – e por Moscou ter sido o centro político-decisório da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) ao longo de toda sua existência, contribuíram para a decisão. Ademais, o receio por parte da diplomacia ocidental de que as armas nucleares pudessem cair sob controle de grupos terroristas e insurgentes, além de constituir um claro exemplo de contradição com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), pode ter exercido papel fundamental para a garantia de Moscou como único herdeiro do poder nuclear soviético. Em relação ao arsenal militar convencional, estima-se que a Federação Russa herdou um pouco mais da metade de todos os armamentos da era soviética (MILLER, 2004, p. 6).

Outro problema decorrente da extinção do exército soviético foi a alocação dos militares entre os 15 novos Estados nascentes. Miller (2004, p. 6) destaca que muitos russos étnicos estavam estacionados fora das fronteiras russas, ao mesmo tempo em que muitos de outras etnias estavam no território da Federação Russa, o que gerou dificuldades na relação entre as tropas ao longo da década. Assim como no caso da distribuição de armamento convencional, o autor estima que Moscou herdou cerca de metade do imenso contingente militar soviético, totalizando 2,27 milhões de soldados.

À primeira vista, tais números parecem evidenciar um poderio militar robusto o suficiente para outorgar à Rússia a continuação de seu status de grande potência perante a sociedade internacional. De fato, as Forças Armadas Russas se estabeleceram, desde o início, como largamente maiores do que às de qualquer outro Estado pós-soviético. Ainda assim, eram muito menores que as da União Soviética. Como resultado desse processo de formação, havia um desalinhamento entre os objetivos políticos – domésticos e externos – da Federação Russa e seu aparato militar. A quantidade de armamentos convencionais e nucleares, e o grande número de soldados não se traduziam em qualidade e capacidade. Paradoxalmente, a grandeza

militar russa viria a se tornar custosa demais para um país marcado pelo caos econômico e político ao longo da década. Segundo dados de Segrillo (2008, p. 108), em 1998 o tamanho da economia russa era cerca de 60% em relação a 1991, o que naturalmente trazia desafios quanto à alocação de recursos para o setor de Defesa.

Os gastos militares russos foram diminuindo ao longo da década de 1990, atingindo 45,9 bilhões de dólares (valores nominais) em 1997, cerca de 10% do valor gasto em 1988 (MILLER, 2004, p. 11). Em relação ao percentual de gastos militares relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) russo, houve um declínio de 5,60% em 1994 para 2,65% em 2003 (ARBATOV, 2004, p. 100). Com a drástica diminuição de investimentos em Defesa durante os governos Yeltsin (1991-1999), as Forças Armadas Russas se tornaram frágeis demais frente às potências ocidentais.

Sobretudo, a queda dos investimentos em Defesa deixava ociosa a capacidade da indústria bélica do país. Ainda que tenha perdido cerca de 25% do complexo industrial-militar – em razão de empresas que estavam localizadas em territórios de outros países da ex-União Soviética (MILLER, 2004, p. 12) – a Rússia ainda possuía 1.700 empresas do setor de Defesa reconhecidas oficialmente, com cerca de 2 milhões de trabalhadores. Ademais, cerca de 80% dos 450 centros científicos e 250 organizações de design militar atribuíam ao complexo industrial-militar russo forte potencial no âmbito de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)⁴. Em razão da falta de demanda doméstica por parte do governo russo, as empresas do setor de Defesa tornaram-se dependentes da exportação como fonte de renda e de reserva de moeda forte (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 10).

A falta de investimentos não somente impediu a modernização de seu armamento, como também acarretou no sucateamento da profissão militar e das condições de vida dos soldados russos. Para além dos baixos salários dos oficiais, o ambiente dos quartéis era marcado por práticas violentas como a *dedovshchina*⁵. Crimes entre os militares se tornaram comuns e, entre janeiro e outubro de 2002, 531 recrutas foram mortos e outros 20 mil ficaram gravemente feridos. A partir dessa junção de fatores, a evasão militar se tornou prática comum na Rússia pós-soviética. Golts afirma que, ao longo da década de 1990, cerca de 40 mil homens ignoravam anualmente a convocação para o serviço militar obrigatório, ou buscavam outras formas de

⁴ No entanto, o potencial tecnológico da Rússia tampouco se reverteu em desenvolvimento de outras áreas da economia. Como aponta Shlykov (2004, p. 159-161), a transição abrupta da economia militarizada soviética para a economia de mercado quebrou a ligação entre os setores da economia e impossibilitou a transferência de tecnologia militar para o setor civil.

⁵ Processo de iniciação praticado por soldados do segundo ano de serviço militar sobre os recrutas do primeiro ano, com práticas de *bullying* psicológico e físico (GOLTS, 2004, p. 76).

evitá-lo, contando com apoio da sociedade para tal. A evasão militar também se deu entre aqueles que pediram aposentadoria adiantada ou desertaram⁶. Como resultado, as tropas russas eram marcadas pela baixa qualidade física e psicológica, sendo necessário recorrer ao recrutamento de jovens com histórico criminal para atingir a quota mínima anual para o serviço militar. Isso se traduzia também em problemas de hierarquia, liderança e, conseqüentemente, treinamento. Em 2002, um em cada dez pelotões não tinha um líder, e 40% dos líderes de pelotão eram oficiais de reserva com pouco ou nenhum treinamento militar, denominados *dvukhgodichniki* (GOLTS, 2004, p. 75-77).

Tanto a obsolescência dos armamentos, quanto o despreparo das forças russas foram expostos nos conflitos pós-soviéticos ao longo da década de 1990 propiciados pela formação de novos Estados-nacionais. O aparato militar russo esteve presente em operações de imposição de paz em conflitos na Abecásia e Ossétia do Sul, na Geórgia, na Transnístria, região da Moldávia, e na Guerra Civil do Tadjiquistão. Em todos estes conflitos, o objetivo de Moscou era garantir a segurança do país e a proteção de russos étnicos deslocados nos territórios das ex-repúblicas soviéticas. Segundo Allison (2004, p. 121) estes conflitos se configuraram como respostas militares *ad hoc* às instabilidades regionais, cujas justificativas políticas e militares para suas execuções eram anunciadas *a posteriori*.

Na Guerra Civil do Tadjiquistão, o argumento utilizado pelo Kremlin, à época, era de que a presença militar naquele país era necessária para assegurar uma zona de segurança na periferia do território russo e impedir que o Tadjiquistão passasse a ser controlado por forças islâmicas fundamentalistas. No entanto, alguns autores consideram que tal argumento foi construído *post factum*, quando forças russas já estavam envolvidas no conflito. Evidência disso são os casos nos quais tropas russas lançaram-se livremente em atividades militares em resposta aos desdobramentos das hostilidades de forma descoordenada do Ministério da Defesa (MD), do Estado-Maior ou dos comandos militares (ALLISON, 2004, p. 137; RENZ, 2018, p. 108). Após a resolução do conflito, Moscou assegurou uma base militar no Tadjiquistão⁷, proporcionando à Rússia a percepção – embora mais imagética do que baseada em racional técnica-militar – de garantidor principal da segurança na Ásia Central (ALLISON, 2004, p. 138-140).

⁶ Em 2002, 29 mil oficiais aposentaram-se antecipadamente, dos quais 37% tinham entre 30 e 40 anos, além de 20% dos cadetes terem abandonado as academias militares antes do início dos treinamentos (GOLTS, 2004, p. 77).

⁷ 201ª Divisão Militar, em Dushanbe, que já existia desde a era soviética.

Ainda mais significativa para a compreensão das novas ameaças percebidas pelo Kremlin à segurança nacional e à integridade do território russo foram as duas guerras da Chechênia (1994-1996; 1999-2009). A insurgência chechena influiu o receio de fragmentação do país e propiciou o sentimento de insegurança causada por táticas terroristas, sobre as quais Moscou não demonstrava ter capacidade de controle. Sobretudo durante a Primeira Guerra da Chechênia, as forças russas foram criticadas pela comunidade internacional por sua brutalidade e incapacidade de lidar com os combatentes chechenos. Allison assevera que performance das forças russas no Cáucaso do Norte demonstrou o foco em obtenção de objetivos finais e falta de planejamento para implementação da política militar, descrevendo-as como “pré-modernas” devido a sua “falta de sensibilidade às normas internacionais de aplicação da força [...] particularmente ao tratamento dado à população civil durante as operações militares” (ALLISON, 2004, p. 126, tradução nossa)”. De forma semelhante, Miller (2004, p. 16, tradução nossa) afirmou que as tropas russas eram “mal treinadas; mal motivadas; mal lideradas; mal armadas; e mal apoiadas”. Em relação à Segunda Guerra da Chechênia, Allison aponta melhoras perceptíveis quanto ao comando-e-controle das operações militares, bem como no campo de informação e planejamento. No entanto, afirma que permanecia a crença do pensamento militar russo de que o mero poder de fogo seria capaz de desarticular um inimigo “flexível e resiliente” (ALLISON, 2004, p. 128).

Para além dos conflitos nos quais as Forças Armadas Russas tiveram papel protagonista no imediato pós-Guerra Fria, o processo de desintegração da Iugoslávia e os conflitos decorrentes desta levaram a sua participação em operações de paz lideradas pela OTAN na Bósnia e Herzegovina e no Kosovo. A decisão do Kremlin em cooperar internacionalmente sob a égide da OTAN refletia a implementação da força militar para obtenção de objetivos políticos, quais sejam: simbologia em mostrar a importância de Moscou como ator primordial dentro do contexto europeu para a estabilidade dos Bálcãs, e a defesa de seus interesses na região no momento da eventual resolução destes conflitos (ALLISON, 2004, p. 147). Ademais, a cooperação nos Bálcãs se apresentava para Moscou como uma oportunidade para o aprendizado no que tange à cooperação com outras forças armadas e uma organização internacional de comando e controle.

Não obstante o início promissor nas operações de paz, os desdobramentos da Guerra do Kosovo, em 1999, foram cruciais para a futura reticência russa sobre a possibilidade de defender seus interesses em condições de igualdade junto à aliança militar ocidental. O bombardeio em território iugoslavo sem autorização do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) significou para Moscou sua incapacidade de impedir decisões políticas e ações militares da OTAN. Nem

mesmo sua posição como membro permanente no CSNU seria capaz de frear os interesses estadunidenses. Para o Kremlin, a ofensiva da aliança militar liderada pelos Estados Unidos trouxe à tona o fato de que a Rússia não possuía poder de voz dentro das decisões sobre o conflito no Kosovo, e passou a considerar que seus interesses eram ignorados frente ao bloco ocidental (RENZ, 2018, p. 114-115).

Após o início do bombardeio, a Duma Federal⁸ votou a favor do apoio político e militar ao presidente iugoslavo Slobodan Milošević. O Coronel-General Leonid Ivashov, à época Chefe da Diretoria Central de Cooperação Internacional do Ministério da Defesa e comandante da presença militar russa em Pristina, capital kosovar, anunciou que as Forças Armadas Russas estariam preparadas para atuar em conjunto com forças iugoslavas caso fosse necessário (CROSS, 2002, p. 2-3). Boris Yeltsin não atendeu aos chamados da Duma e de Ivashov, mas alertou que as ações da OTAN poderiam obrigar a retaliação militar russa (AVERRE, 2009, p. 579–80). No entanto, Renz (2018, p. 116) ressalta que a supremacia militar da OTAN em relação à capacidade russa tornava improvável um real apoio militar de Moscou a Milošević. Não obstante, em 12 junho de 1999, após o fim do conflito, cerca de 200 soldados russos se deslocaram da Bósnia para o Kosovo para ocupar o aeroporto internacional de Pristina. A ocupação buscava garantir a presença dos russos nas forças de paz pós-conflito. O episódio ficou conhecido como “Incidente de Pristina” e gerou a preocupação sobre um confronto entre tropas da OTAN e da Rússia (RENZ, 2018, p. 116).

Apesar de ter acelerado as negociações para o futuro envolvimento das forças russas na operação de paz pós-conflito KFOR (Força do Kosovo), o Incidente de Pristina evidenciou o despreparo do Kremlin frente à OTAN (ANTONENKO, 1999, p. 138). Conforme Brannon (2009, p. 82-88) a permanência mais longa dos soldados russos no aeroporto de Pristina teria sido impossível, já que estavam sem suprimentos e precisaram recorrer aos soldados da OTAN por água e comida. Além disso, havia uma disputa de narrativas entre Igor Ivanov, então Ministro das Relações Exteriores da Rússia, e Leonid Ivashov. Segundo Ivanov, em nenhum momento a tropa russa havia recebido ordens de cercar o aeroporto, e o caso claramente se tratava de um “engano militar”. Independentemente de quem estivesse falando a verdade, os discursos divergentes evidenciaram a falta de coordenação entre os objetivos políticos de Moscou e as ações de suas forças armadas, alertando para um possível “aventurismo militar ou completa insubordinação” (BRANNON, 2009, p. 88, tradução nossa). Após este evento, forças russas passaram a cooperar com as da OTAN nas operações da KFOR até 2003. Naquele ano,

⁸ Câmara baixa da Assembleia Federal que, junto com o Soviete da Federação, forma o Legislativo da Rússia.

Vladimir Putin justificou a retirada de soldados russos dos Bálcãs em razão do alto custo de manutenção, ao mesmo tempo em que alegou que Moscou não tinha poder político suficiente para influenciar o desenvolvimento das operações (PETROVIĆ, 2010, p. 5; RADELJIĆ, 2017, p. 285).

Em 12 de agosto de 2000, o desastre do submarino Kursk⁹ simbolizou o fim de uma década marcada pela humilhação militar e política para Moscou decorrente da falta de investimentos no setor de Defesa, e expôs a fragilidade do país que ainda buscava definir sua identidade pós-soviética. Enquanto estava em um exercício militar no Mar de Barents, na região do Ártico entre Rússia e Noruega, o submarino sofreu duas explosões e afundou, matando os 118 tripulantes a bordo. Além da lentidão para o resgate do submarino, a resposta difusa das autoridades e da Marinha russa sobre os motivos que levaram às explosões foi fortemente criticada pela mídia russa (BRANNON, 2009, p. 138).

O afundamento do Kursk logo se tornou uma tragédia nacional e um desafio para as relações civis-militares para o então recém-eleito presidente, Vladimir Putin. Após o desastre, Putin anunciou a urgência de resgatar o prestígio militar do país (PARCHOMENKO, 2001, p. 35). O fato de que a Marinha teve historicamente um papel secundário dentro das Forças Armadas Russas, e que os submarinos sempre tiveram importância central na capacidade naval do país (PARNEMO, 2019, p. 43), inflou a percepção de descaso dado ao setor na Rússia pós-soviética. De fato, o exercício naval no qual a tragédia aconteceu era o primeiro em larga-escala da qual a Marinha fazia parte desde o fim da URSS, pois os gastos de exercícios realizados no mar eram considerados demasiado altos (BRANNON, 2009, p. 136-138).

O histórico militar da Rússia durante os anos 1990 e início dos anos 2000 evidenciou os principais desafios desta ordem para o Kremlin e denunciou a urgência de uma reforma militar. Diferentes motivos que justificavam a urgência foram discutidos por analistas militares, políticos e acadêmicos. Em primeiro lugar, a doutrina militar russa, ainda muito calcada numa visão de conflitos estadocêntrica, não era mais compatível com a realidade militar pós-Guerra Fria. A obsolescência das armas convencionais tornava o país dependente de seu arsenal nuclear, o que diminuía a eficácia da estratégia de dissuasão nuclear tradicional da era soviética¹⁰. A parca realização de exercícios militares resultava em tropas mal treinadas e

⁹ O submarino, pertencente à classe Oscar II (nomenclatura da OTAN) da Frota do Norte da Marinha Russa, era movido a energia nuclear e tinha capacidade para o lançamento de mísseis (BRANNON, 2009, p. 11).

¹⁰ Afirmamos isto com base na obra de Beaufre (1980), general francês expoente da teorização da estabilidade estratégica nuclear da Guerra Fria. No segundo capítulo de sua obra, Beaufre analisa a correlação entre os níveis clássicos (convencional) e nucleares no que tange à estabilidade estratégica e

despreparadas para a execução das operações. O inchaço do oficialato dificultava a fluidez de comando-e-controle das Forças Armadas Russas, ocasionando lentidão no deslocamento de suas unidades militares. A falta de um exército profissional e a dependência do modelo de conscrição, alinhadas à baixa remuneração, propiciavam um ambiente degradante nos quartéis, marcadas pela violência e o recrutamento de jovens com antecedentes criminais e alta taxa de evasão militar. Ainda, a falha na relação entre civis e militares fazia com que objetivos militares fossem construídos *a priori* dos objetivos políticos e facilitavam episódios de potencial insubordinação em relação ao governo russo. Em suma, Moscou ainda dependia do modelo militar soviético em um contexto pós-Guerra Fria no qual este não era mais aplicável.

Como resultado desse ambiente caótico, a Rússia perdeu o status de superpotência que tivera enquanto União Soviética e passou a ser vista pelos atores internacionais como uma potência em decadência, estando subordinada à ordem mundial liderada pelos Estados Unidos. O atraso estratégico e tecnológico-militar frente ao Ocidente culminou na perda de prestígio internacional de Moscou e impossibilitava a defesa de seus interesses político-securitários no âmbito internacional. Na perspectiva de Moscou, portanto, a Rússia estava fadada a se conformar com a contínua perda de influência internacional, e não teria mais sua segurança assegurada por uma zona de interesse reconhecida enquanto não tivesse à disposição uma capacidade militar suficientemente forte. Por essa razão, a reestruturação e modernização das Forças Armadas Russas cumprem, também, papel crucial na formação de identidade do Estado russo pós-soviético e na definição do lugar ocupado por Moscou no Sistema Internacional (SI) no século XXI.

1.3 Perspectiva teórica

Conforme Kropatcheva (2018), os estudos sobre a política externa russa pós-soviética, assim como as análises feitas ao longo do período soviético, adotam em grande parte as teorias realistas das Relações Internacionais (RI). Desse modo, costumam focar em três dimensões principais: 1) o interesse russo em aumentar seu poder frente ao Ocidente; 2) a utilização do *hard power*, como o fornecimento de energia e outros recursos, para projetar poder sobre seus

conclui que a confluência entre os dois níveis confere ao nível clássico a estabilidade que faltava e traz de volta ao nível da dissuasão nuclear o elemento de risco que garante seu papel de estabilizador (BEAUFRE, 1980, p. 65).

vizinhos; 3) a tentativa de desafiar a hegemonia norte-americana através do balanceamento de poder ou *bandwagoning*¹¹ (KROPATCHEVA, 2018, p. 43).

Pesquisas nessas perspectivas ganharam ainda mais fôlego na última década. Kropatcheva (2018, p. 44, tradução nossa) atribui a esse fato aquilo que considera um comportamento “mais assertivo, conflitivo, militarizado e menos previsível da Rússia” e às falhas das abordagens liberais-institucionalistas que previam uma crescente cooperação entre a Rússia e o Ocidente. No entanto, Lynch (2001, p. 8) já afirmava que mesmo na turbulenta década de 1990, sob o governo de Yeltsin – mais entusiasta da cooperação com o Ocidente do que verificado nos governos Putin – a diplomacia russa continuou a trabalhar em dois eixos principais de sua política externa: o estabelecimento de uma zona de influência hegemônica sob os países que compõem o chamado espaço pós-soviético e a restauração do status de grande potência perante a comunidade internacional.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que, a despeito de diferenças de foco, intensidade e estratégia, os objetivos da política externa russa da Era Putin não configuram uma mudança radical ao padrão histórico dos períodos imperial, soviético e até mesmo, da década de 1990. Argumenta-se, portanto, que a justificativa para análises inovadoras e mais alinhadas com o posicionamento internacional russo sob o comando de Putin se dão pela forma como o governo aumentou sua confiança em sua capacidade militar e está disposto a utilizá-la como suporte aos esforços político-diplomáticos para reivindicar o reconhecimento do status de potência da Federação Russa.

Com tal intuito determinado, o presente trabalho se orienta em grande medida pela perspectiva do realismo neoclássico. Essa ramificação teórica do realismo defensivo busca mesclar variáveis externas e internas aos Estados, como a sua posição no Sistema Internacional e as percepções acerca deste, além de suas capacidades materiais relativas, de forma a compreender o escopo e seus objetivos de política externa, conforme definido pela primeira vez pelo autor Gideon Rose (1998, p. 146-147). Nesse sentido, Rose define que os realistas neoclássicos entendem que, embora as decisões de política externa de um Estado sejam influenciadas por questões sistêmicas, estas são tomadas por líderes reais e elites políticas dos Estados. Por esta razão, as percepções sobre as capacidades ganham mais destaque do que a

¹¹ Segundo a definição de Mearsheimer, *bandwagoning* é uma estratégia utilizada por Estados que optam por acompanhar um outro mais poderoso, pois sabem que, em razão da desproporcionalidade de forças, o inimigo poderá impor sua vontade e infligir punições à parte mais fraca. Nesse sentido, o Estado em desvantagem acredita ser menos arriscado alinhar-se à maior potência do que resistir às suas demandas (MEARSHEIMER, 2001, não paginado).

mera comparação quantitativa de forças. Nesse sentido, esta literatura considera que não há uma ligação direta entre a capacidade material e o comportamento internacional dos Estados.

A partir da premissa de que a política externa russa objetiva o reconhecimento de seu lugar entre as grandes potências, poder-se-ia analisá-la também por meio de abordagens que lidam com a questão do processo de formação identitária através das relações sociais entre os Estados. Um bom exemplo de análise feita nesse sentido, é o trabalho de Larson e Schvechenko (2010). Os autores utilizam da Teoria da Identidade Social (TSI), criada por Henri Tajfel no campo da psicologia e cuja aplicação nas Relações Internacionais fora inaugurada com Mercer (1995), para explicar a busca de Moscou por um ingresso no “clube das potências”, a partir do reconhecimento de seu direito histórico. Ainda que particularmente sejamos simpáticos a essa abordagem, a escolha pela perspectiva realista neoclássica dá-se pela relação que esta faz entre os fatores identitários e sociais com os fatores materiais e sistêmicos, como observado por Kropatcheva (2018, p. 50).

Destarte, partimos da contribuição de Wohlforth (2009) como viés teórico que permeia a análise de nosso objeto. Conforme o autor, as percepções de poder entre os atores internacionais não existem de forma alheia às capacidades materiais, cujas alterações implicam em mudanças na percepção. Ademais, para Wohlforth, os status dos Estados são frequentemente relacionados com questões acerca de seu estado de segurança. Portanto, os Estados tendem a utilizar os recursos materiais que possuem como forma de reconhecimento de seu status internacional. Esse reconhecimento, no entanto, é fruto de um processo de persuasão que, destarte, é dependente das capacidades materiais à disposição Estado que o reivindica (WOHLFORTH, 2009, p. 55).

Esse processo de persuasão é condensado pelo título deste trabalho. O “Poder pela Força” traduz a utilização da força militar russa, em especial a partir de 2008, como tentativa de impor ou coagir aos atores do Sistema Internacional o reconhecimento de seu poder político enquanto Estado-potência. Nesse sentido, os conceitos de “força” e “poder” são aqui definidos conforme o teórico francês Aron (2002). Para Aron, o conceito de poder é sempre medido como relativo, já que é “a capacidade que tem uma unidade política de impor suas vontades às demais.” (2002, p. 99). Já a força se entende a partir dos meios utilizados para a execução da ação do ator político, podendo ser de ordem política, moral, econômica, ou militar, entre outros. O poder é resultado, portanto, da aplicação da força. Para os objetivos deste trabalho, utilizaremos o conceito de força de Aron a partir da dimensão militar. A busca de Moscou pelo reconhecimento de seu status como grande potência no Sistema Internacional será analisada em um contexto de unipolaridade do SI pós-Guerra Fria, centrado na hegemonia estadunidense.

Para tanto, o trabalho levará em conta a definição de Wohlforth sobre a unipolaridade dos EUA, a ser explorada no último capítulo.

A partir desses conceitos, a pesquisa se propõe a analisar a reforma militar russa como um processo que tem como objetivo dotar o país de força militar necessária para sua aplicação a nível internacional, efetivando o reconhecimento do poder russo e seus objetivos de política externa. Nesse sentido, não nos propomos a analisar em termos técnicos o desenvolvimento militar promovido por Moscou, tampouco temos como objetivo concluir se o aparato militar russo é capaz ou não de fazer frente, ou até superar, a capacidade militar dos Estados Unidos e da OTAN. Portanto, buscamos somente analisar a correlação entre o fortalecimento da capacidade militar russa e a assertividade internacional do país.

1.4 Hipóteses, método e estrutura do trabalho

A presente Dissertação tem como objeto de análise a reforma militar russa em curso desde 2008. Mais especificamente, busca-se entender como o governo russo utiliza de sua capacidade militar como ferramenta de política externa no século XXI. Como hipótese principal, afirma-se que a reestruturação das Forças Armadas Russas possui caráter instrumental para inserção de Moscou no concerto internacional, a fim de garantir um lugar à mesa de concerto de segurança internacional em meio às grandes potências – nomeadamente Estados Unidos, China e União Europeia – com o objetivo de assegurar a defesa dos interesses político-securitários russos. Ainda que não se negue o argumento comumente utilizado de que a política externa russa na Era Putin busca restaurar o status de grande potência do país, o presente trabalho não entende ser este um objetivo que se resume em si mesmo, como espécie de *leitmotif* do posicionamento histórico do país, mas sim uma condição *sine qua non*, na perspectiva da elite política russa, para a participação de Moscou em pé de igualdade entre as potências (TSYGANKOV, 2008, p. 48). Nesse sentido, a força militar é vista como necessária pela Rússia para garantir robustez a sua atuação político-diplomática, de forma que procura coagir as outras potências a incluírem a participação do governo russo no concerto global, processo que infere no reconhecimento de Moscou como polo de poder.

A segunda hipótese é de que a via da força militar como principal mecanismo de garantia da defesa dos interesses russos se baseia na percepção de Moscou acerca de sua insegurança no contexto pós-Guerra Fria, marcada pela supremacia militar estadunidense e a própria debilidade nesse quesito. Na perspectiva russa, este cenário possibilitou a Washington agir de forma impositiva em prol de seus interesses, sem se preocupar com o aval do Conselho de Segurança

da ONU para suas investidas militares, aumentando sua insegurança e vulnerabilidade. Esse argumento de Moscou encontra respaldo nas campanhas da OTAN no Kosovo e no Iraque.

A terceira hipótese é de que, apesar de episódios como a anexação da Crimeia, em 2014, e da intervenção militar na Síria, em 2015, o aumento da capacidade militar russa não significa uma tendência de política imperialista – ao menos no sentido de buscar restaurar as fronteiras soviéticas – ou uma disposição de enfrentamento direto com os Estados Unidos. Nesse sentido, mesmo que a OTAN continue sendo descrita como principal ameaça à, isso não implica na constituição de um objetivo de superar o aparato militar ocidental. Argumenta-se que a política militar russa consiste em uma estratégia defensiva a partir da utilização de abordagens assimétricas que buscam impedir a ação da OTAN em regiões consideradas de interesse e influência da Rússia, como a Ucrânia, Cáucaso do Norte e Ásia Central.

A pesquisa foi feita com base na literatura especializada no assunto, constituída por livros e artigos científicos, além da produção de relatórios de centros de pesquisa sobre assuntos militares. Também foram analisados documentos oficiais da Federação Russa, como as Doutrinas Militares (1993, 2000, 2010 e 2014), Conceito de Política Externa (2000, 2008, 2013 e 2016) e o Conceito de Segurança Nacional (1997, 2000, 2009 e 2015). A maior parte da literatura utilizada tem como foco de análise a política externa russa pós-soviética, com ênfase nos governos de Vladimir Putin, bem como o histórico do desenvolvimento estratégico, organizacional e tecnológico das Forças Armadas Russas após a dissolução do bloco soviético, sobretudo após o lançamento do programa de reformas *Novyy Oblik*.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos que abarcam a presente introdução como o primeiro, os três capítulos de exame do objeto de pesquisa e das hipóteses levantadas e, finalmente, as considerações finais. No capítulo 2, busca-se entender no que consiste, de fato, a reforma militar russa. Num primeiro momento, é debatido brevemente os motivos que impediram a execução de uma reestruturação dessa magnitude anterior a 2008. Pretende-se, com isso, lançar luz às condições que possibilitaram o lançamento do *Novyy Oblik*. Em seguida, analisa-se o processo de reforma em dois períodos: entre 2008-2012, sob o comando de Anatoly Serdyukov como Ministro da Defesa, no qual ocorreu a maior parte da reforma administrativa-organizacional; e entre 2012-2019, com Sergey Shoigu ocupando o ministério, período no qual algumas medidas de Serdyukov foram revertidas e os programas de modernização de armamentos russos foram executados. Na última seção do capítulo, são analisadas questões de ordem demográficas e econômicas que podem dificultar a efetivação do projeto militar russo.

O capítulo 3 tem como objeto de estudo o desenvolvimento do pensamento estratégico-militar russo pós-soviético. Para isso, são identificadas as principais ameaças à segurança

nacional percebidas pelas autoridades políticas e militares, e como as reformas efetivadas nas Forças Armadas Russas buscam adequar a instituição para o enfrentamento dos novos desafios da Política de Defesa do país. Em especial, o capítulo propõe o debate sobre o que vem sendo chamado pela literatura de “Doutrina Gerasimov” – em referência ao Chefe do Estado-Maior da Rússia – alegadamente responsável por uma mudança da postura estratégica do país, cujas características são comumente descritas pelos conceitos de “guerra híbrida”, “guerra indireta” ou “guerra assimétrica”.

Por sua vez, o capítulo 4 tem como assunto central o debate proposto pela pesquisa: a aplicação da força militar como forma de projeção e poder e o posicionamento internacional da Rússia. Para isso, divide-se em três etapas subsequentes para sua compreensão lógica. Na primeira, propõe-se uma discussão teórica sobre os conceitos de força, poder, potência (ofensiva e defensiva) nas relações internacionais segundo as definições de Aron (2002) e prestígio, conforme Gilpin (1981), como conceito auxiliar. Na segunda etapa, analisa-se a configuração de forças no Sistema Internacional pós-Guerra Fria, marcada pela hegemonia estadunidense e o conceito de unipolaridade conforme proposto por Wohlforth (1999; 2009). Com base nestes pressupostos teórico-conceituais, parte-se para a análise do tema central da pesquisa. Para tanto, a última etapa se subdivide em duas seções. Primeiramente, discute-se a postura assertiva da política externa russa pós-2008 a partir do debate acerca de seu caráter ofensivo ou defensivo. Em seguida, a busca do Kremlin pelo reconhecimento da Rússia como potência será analisada a partir das possibilidades de atuação de Moscou no contexto internacional de assimetria de capacidades, característica da unipolaridade do SI do pós-Guerra Fria, sob a luz do conceito de *Derzhavnost*.

Nesse sentido, propõe-se o entendimento da Rússia como uma potência defensiva, reativa e negativa. Esta proposta tem como objetivo sugerir que a reforma militar e as incursões feitas por Moscou desde 2008 não significam uma tentativa de se sobrepor militarmente aos Estados Unidos e à OTAN, tampouco gerar uma rivalidade entre potências como era o caso da União Soviética e dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria, mas sim que pretende tornar as Forças Armadas Russas suficientemente capacitadas para que possam ser utilizadas como forma de não se submeter à imposição de vontades e interesses ocidentais. Por fim, seguimos para as considerações finais.

2 NOVYY OBLIK

Os problemas que afligiam as Forças Armadas Russas, elencados na introdução, perduraram ao longo de toda década de 1990 e a maior parte da primeira década do século XXI. Nesse mesmo período, variadas discussões acerca da necessidade e do modelo de uma eventual reforma militar tiveram lugar nos espaços político, acadêmico e militar. No entanto, somente em outubro de 2008 um projeto mais robusto de reforma foi anunciado. Nesse sentido, o processo de modernização das Forças Armadas da Rússia tem como principal objetivo adequar o aparato militar russo para os riscos e ameaças definidos pelo Kremlin, adotando um modelo militar que esteja alinhado com os desafios de segurança doméstica e internacional pós-Guerra Fria.

Antes de iniciarmos o capítulo, algumas ressalvas precisam ser feitas. Muitas das análises feitas sobre o tema são realizadas por especialistas ocidentais¹² e tendem a dois extremos: superestimar ou subestimar o desenvolvimento estratégico e tecnológico-militar russo. No primeiro caso, resulta do espanto com as ações militares russas na Ucrânia e na Síria e do caráter muitas vezes consultivo das análises, que buscam propor ações a serem tomadas pelos governos para combater a suposta ameaça russa. No outro extremo, muitas das críticas feitas ao suposto fracasso dos objetivos reformistas de modernização nos níveis estratégico-operacional, estrutural e armamentista da Rússia, partem de um pressuposto ocidental de linearidade do processo de desenvolvimento militar. Nesse sentido, buscam entender a lógica militar russa a partir de parâmetros de modernidade definidos *a priori* em comparação com um aparente modelo ideal de forças armadas pós-Guerra Fria, o que foi denominado por Renz (2014, p. 63) de “mito da modernidade militar”.

No que se refere a análises sobre declarações feitas pelo governo russo sobre sua capacidade militar, também é necessário cautela. Conforme observam Connolly e Boulègue (2018, p. 38), a retórica russa quanto à modernização de suas forças armadas pode levar a exageros da real capacidade do país e do sucesso do desenvolvimento de novas armas. Destarte, argumenta-se que tal retórica é, fundamentalmente, instrumento da política externa russa como forma de reivindicação da inclusão do país no concerto de segurança internacional, cujo lastro na real capacidade à disposição do Kremlin não é o foco de nossa análise. Nessa perspectiva, a confiança do governo russo em sua força militar como forma de defesa dos interesses definidos a níveis domésticos e internacionais é a variável de análise de sua política externa pós-soviética.

¹² Apesar de a maior parte da literatura ser em russo, o presente trabalho baseou-se largamente na bibliografia escrita em inglês, em razão das barreiras linguísticas.

Assim, buscou-se levar em conta tais ressalvas ao longo do capítulo, de maneira que não se trata aqui de uma defesa de vozes reformistas ou conservadoras do setor político-militar russo. Nem se pretende chegar a uma conclusão se as medidas tomadas a partir de 2008 são as melhores, ou se o equipamento militar russo é superior ao de outros países, mas sim entender como fatores políticos, históricos e econômicos influenciaram no desenvolvimento da Política de Defesa do país e das reformas executadas no período analisado.

O objetivo deste capítulo é, portanto, elucidar as reformas ocorridas desde 2008, tanto no campo administrativo-institucional, como no processo de modernização de armamentos. Quais motivos impediram a efetivação de uma reforma de tal ordem anterior a 2008? Quais as mudanças observadas desde então? E quais os possíveis obstáculos para a concretização dos objetivos do programa de reformas?

2.1 Os dilemas pré-2008

A incongruência entre a dimensão militar e a realidade geopolítica da Federação Russa já estava posta desde de sua gênese no fim do ano de 1991. O nascimento do novo Estado russo foi concomitante a uma mudança abrupta no cenário de segurança internacional, que não mais se desenvolveria à luz da disputa político-ideológica entre União Soviética e Estados Unidos. Nesse contexto, não havia uma conformidade entre políticos e militares do alto escalão na definição de quais seriam as principais ameaças ao país. De fato, a primeira doutrina militar da Rússia pós-soviética, publicada em 1993, afirmava que o país não reconhecia nenhum Estado como seu inimigo (RÚSSIA, 1993, segunda seção, terceiro parágrafo).

Como visto na seção 1.2, os conflitos em que as forças russas atuaram ao longo da década de 1990 expuseram as debilidades e contribuíram para o acirramento do debate entre reformistas e conservadores. Os apoiadores da reforma, em geral, advogavam que a Política de Defesa deveria focar especialmente nas ameaças originadas ao sul das fronteiras russas – e inclusive dentro do seu próprio território, como no caso da Chechênia – de natureza distinta àquelas enfrentadas pela União Soviética. Em lugar da possibilidade de uma guerra em larga escala entre Estados, enxergavam operações de contrainsurgência, antiterroristas, e operações de paz como as principais atividades a serem desempenhadas pelas forças militares do país. Também defendiam, em sua maioria, a necessidade de aumentar a capacidade de prontidão de

unidades militares menores¹³ e a adesão do modelo de exército profissional junto com o equilíbrio entre gastos necessários para a contínua subsistência do aparato militar e da necessidade de modernização (MILLER, 2004, p. 22-34). Em suma, entendiam que a concepção estratégica da era soviética, voltada à mobilização em massa das tropas e a identificação dos Estados Unidos e OTAN como ameaça exclusiva à Rússia, tornava as Forças Armadas da Rússia incompatíveis com a realidade securitária do país.

De forma contrária, os conservadores – em sua maioria membros do *establishment* militar – continuavam a identificar o Ocidente como principal ameaça à Rússia e, desta forma, se opunham a alterações de ordem doutrinária, estratégica e institucional ou do modelo de conscrição e mobilização em massa. Além da elevação dos gastos que seriam desencadeados pela profissionalização da carreira militar, se apoiavam na crítica à diminuição do efetivo militar e na perspectiva de perderem seus cargos para rechaçar as propostas de reforma (MILLER, 2004, p. 21-34). Ao longo dos anos, o debate entre conservadores e reformistas tendia a uma vitória para os primeiros. Miller (2004, p. 26-37) resume em dez pontos os motivos que, em conjunto, inibiram a concretização de qualquer reforma significativa nas Forças Armadas da Rússia e na Política de Defesa do país antes de 2008, os quais separamos em três naturezas: 1) estratégico-militar; 2) contexto doméstico; 3) institucional.

No tocante aos motivos de natureza militar-estratégica, Miller destaca a percepção do governo de que a Rússia não estava frente a nenhuma grande ameaça pelo futuro visível, o que levava à incerteza sobre os direcionamentos dos esforços militares sem a definição de um inimigo. Além disso, não havia consenso entre políticos e militares sobre os rumos a serem tomados em uma eventual reforma. Por fim, o autor cita o argumento entre os membros conservadores das Forças Armadas de que o país teria que se proteger contra uma eventual agressão dos Estados Unidos e da OTAN e que, portanto, deveria manter o modelo de mobilização em massa da era soviética. Sobretudo, tal visão tornava a alternativa do uso de armas nucleares suficiente para agir como elemento último garantidor da estratégia de dissuasão, provendo argumentos para atrasar a urgência da reforma.

Referente à situação doméstica da Rússia nos anos 1990, Miller salienta o fato de que a questão militar não era uma prioridade da agenda do governo de Yeltsin, em razão do turbulento processo de transição democrática caracterizado pela instabilidade política e social do país. Junto a isso, a severa queda do PIB russo e a crise financeira de 1997 serviam de argumento

¹³ Algumas mudanças nesse sentido aconteceram durante o contexto da Segunda Guerra da Chechênia, no qual houve a criação de unidades de maior qualidade de armamentos e prontidão que demonstraram avanços em batalha em relação ao primeiro conflito (MILLER, 2004, p. 11).

para os opositoristas à reforma, que afirmavam a inviabilidade econômica do projeto, principalmente em relação ao fim da conscrição e adesão ao modelo de forças profissionais. Ainda, as duas guerras na Chechênia tornavam desfavorável a realização de um choque estrutural em meio à campanha contra o movimento separatista. Como produto do cenário político-social instável, Miller afirma que os líderes políticos eram politicamente frágeis demais para enfrentarem o *establishment* militar, principalmente pelo receio de Yeltsin de que um golpe poderia ser desencadeado em resposta a uma tentativa de reforma com iniciativa civil¹⁴.

No aspecto institucional, o autor elenca o descaso do governo russo em relação às forças armadas, marcada pelo favorecimento das forças de segurança doméstica para controlar a oposição política em detrimento do fortalecimento de suas forças de Defesa terrestre, naval e aérea¹⁵. Por fim, o autor cita a autonomia dos militares frente ao governo, o que dificultava a supervisão dos gastos militares e barrava tentativas de reforma vindas da esfera civil. Nesse sentido, Taylor (2003, p. 266) afirma que, a despeito das demandas de reformistas civis, Yeltsin permitiu ao Ministério da Defesa continuar sendo liderado e dominado por oficiais de carreira com limitada participação civil nas decisões das forças armadas.

Nesse sentido, a autonomia dos militares em relação à esfera política nos governos de Yeltsin foi objeto de análise de outros autores. Trenin (2004, p. 219-220) interpreta a reunião anual do comando soviético entre Gorbachev, Yeltsin e os militares, em novembro de 1991, como “o pecado original” que permearia as relações político-militares da Rússia desde então. Na perspectiva do autor, ao garantir o apoio dos generais russos que posteriormente barraram a tentativa de golpe de Yazov, Gorbachev garantiu a autonomia dos militares no comando das forças armadas, o que impossibilitou a interferência de possíveis vozes reformistas dentro da

¹⁴ Conforme Taylor (2003, p. 1-5; 231-319), a Rússia possui uma longa tradição de subordinação da esfera militar à esfera civil, marcada pela não interferência das forças armadas nas disputas de poder doméstico. Desde 1801 as Forças Armadas Russas nunca promoveram um golpe militar bem-sucedido no país. No entanto, conforme a análise de Taylor, o receio de Yeltsin era fundamentado no contexto descrito acima, que geravam as oportunidades e os motivos para uma eventual tentativa de golpe. De fato, somam-se a isso as duas tentativas fracassadas em 1991 e 1993. No entanto, mesmo nestas duas situações, a tentativa foi arquitetada por um pequeno grupo de militares – capitaneados por Dimitry Yazov, em 1991, e Alexander Rutskoy, em 1993 – e, conforme o autor aborda em detalhes, nas duas ocasiões a própria instituição foi responsável por frear o ímpeto golpista. Mesmo em 1993, quando o General Grachev, então Ministro da Defesa, ordenou que suas forças agissem como fiel da balança a favor de Boris Yeltsin, só o fizeram a partir do princípio de submissão à esfera civil e em respeito a hierarquia, uma vez que o Presidente era o Comandante Supremo das Forças Armadas, e somente após uma ordem por escrito de Yeltsin ordenando o uso do exército.

¹⁵ Segundo Meyer (1995, p. 324, *apud* Barany, 2008, p. 24), em 1994 as Forças Armadas Russas receberam o total de cinco helicópteros, ao passo que o MVD (Ministério dos Assuntos Internos) recebeu 50 no mesmo ano.

instituição. O mesmo teria se repetido na tentativa de golpe em 1993. O chamado pecado original separou as esferas política e militar da Rússia, afastando Yeltsin de maior interferência nos assuntos de Defesa ao longo de seus dois mandatos. Como consequência, qualquer esboço de reforma estava nas mãos dos oficiais que eram, naturalmente, contrários a mudanças radicais. Trenin afirma que, à primeira vista, tal decisão seria uma vitória para os oficiais, mas no fundo deveria ser entendida como uma vitória pírrica¹⁶ (TRENIN, 2004, p. 220). De forma semelhante, Golts (2004, p. 93) afirma que a manutenção do modelo soviético era fundamental para a sobrevivência dos oficiais, mas letal às forças armadas como um todo. No entanto, o afastamento de Yeltsin em relação aos assuntos militares pode ter sido a ação mais prudente a ser tomada pelo líder russo à época, conforme a hipótese de Trenin (2004, p. 221). Para o autor, em razão da imensa turbulência política e econômica vivida no país, contar com o apoio militar era imprescindível para a manutenção do regime e prevenir novos processos de desintegração estatal após o colapso soviético.

Arbatov (2004) avança nessa perspectiva e destaca a falta de transparência sobre informações das condições do aparato militar russo, que impedia que ações mais concretas fossem tomadas pela falta de conhecimento público. De fato, o autor aponta que nos anos 1990 foram promulgados vários veredictos contra jornalistas e pesquisadores que analisavam e publicavam de forma sistemática informações sobre os problemas das Forças Armadas Russas. Apenas a partir de 2003 o governo foi pressionado a divulgar de forma mais detalhada os gastos militares, o que expôs, na opinião de Arbatov, a má alocação dos recursos militares: insuficiente para a manutenção das capacidades que o setor de Defesa possuía e sem investimento em modernização de outras áreas. Sobretudo, havia mínima intervenção civil nos assuntos militares, com as decisões presidenciais focadas mais em assuntos de nível burocrático-legal do que estratégico-operacional (ARBATOV, 2004, p. 97-99).

Por sua vez, Golts e Putnam (2004) descartam a maior parte das hipóteses descritas por Miller (2004). Os autores argumentam que a falta de consenso entre os militares, que proclamavam diversos direcionamentos da reforma, servia como elemento para atenuar a pressão política sobre a urgência da reforma. No que tange ao argumento da inviabilidade econômica, afirmam que a falta de recursos não seria uma razão *per se* para a não execução da reforma, mas sim que seria resultado da falta de supervisão e controle civil sobre os gastos militares, que eram mal alocados. Assim como explorado pela obra de Taylor (2003), Golts e Putnam afirmam que a história russa demonstra a pouca probabilidade de um golpe bem-

¹⁶ Quando o custo de uma vitória acarreta em consequências potencialmente tão devastadoras quanto uma derrota.

sucedido no país, apesar das condições favoráveis e dos motivos para tal durante os governos Yeltsin. Por fim, quanto ao argumento de que as Guerras da Chechênia impossibilitavam a execução da reforma enquanto perdurassem, os autores consideram que os conflitos justamente explicitaram a necessidade da reforma, mas não poderiam explicar a não execução desta (GOLTS; PUTNAM, 2004, p. 125-137).

Nesse sentido, Golts e Putnam atribuem ao que chamam de “militarismo estatal” o principal fator impeditivo da reforma nos anos 1990. Este fenômeno seria resultado de um legado militar institucional e ideológico desde os tempos de Pedro, o Grande, baseado em três pilares da cultura político-militar da Rússia. Em primeiro lugar, afirmam que há, domesticamente, o costume de associar o poder do Estado russo com o poder e o prestígio militar do país. Em segundo lugar, destacam que os militares russos sempre gozaram, seja no período imperial ou soviético, de grande autonomia sobre os assuntos militares, sem a interferência externa de outros atores. Por fim, apontam que há uma longa tradição de favoritismo político e institucional aos militares que corroborou com a legitimação de governos autocráticos, gerando o que chamam de “mente defensiva” (*denfese mindedness*), que retroalimentam as atitudes políticas e culturais entre o poder militar e a autoridade na Rússia (p. 124, 141-151). Assim como o paradoxo da grandeza militar russa apontado na introdução, havia também um paradoxo sobre a reforma militar. Nas palavras de Miller (2004, p. 40, tradução nossa) a reforma era: “imperativa, mas impossível; inevitável, mas contornável; urgente, mas postergável”. Na mesma lógica, Baev (2004, p. 72, tradução nossa) concluía que a reforma militar na Rússia era “politicamente desejável, mas praticamente não-factível”.

Não obstante, ao longo dos anos observou-se uma série de pequenas mudanças e ajustes dentro do escopo das forças armadas¹⁷. Entre 1992 e 1996, o General Pavel Grachev ocupou o cargo de Ministro da Defesa. Grachev promoveu a criação de uma pequena força móvel tripulada que seria capaz de se locomover rapidamente para uma zona de conflito até a mobilização do restante das forças (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 11). No entanto, com o advento da Primeira Guerra da Chechênia (1994-1996), a ideia de novas reestruturações militares da Rússia foi congelada. Na esteira do conflito, Yeltsin prometeu acabar com a conscrição militar até 2000, o que em conjunto com a má percepção civil sobre as forças armadas, gerou sentimento de traição e ostracismo entre os militares (BAEV, 2004, p. 52).

¹⁷ Vários programas de reforma pontuais foram lançados pelo governo russo em 1992-1993; 1997; 2001 e 2003 (GOLTS; PUTNAM, 2004, p. 122).

Grachev foi substituído interinamente pelo general da reserva Igor Rodionov até a promoção de Igor Sergeyev, Marechal da Força Aérea, em 1997. Sergeyev permaneceu no cargo até 2001 e tinha como prioridade aumentar a capacidade de dissuasão estratégica da Rússia e consolidar as forças estratégicas nucleares sob um único comando. Com esse objetivo, enfatizou suas políticas no fortalecimento da Força Estratégica de Mísseis (RVSN, na sigla em russo), braço militar independente responsável pelo arsenal nuclear terrestre das Forças Armadas da Rússia. Nesse sentido, a política de Sergeyev era fortemente baseada na concepção da OTAN como principal foco de ameaça à segurança russa. O bombardeio realizado pela coalizão ocidental na Guerra do Kosovo, em 1999, favoreceu a retórica antiocidental nos meios políticos e militares da Rússia e gerou o ambiente propício para a execução de sua política.

Também em 1999, a Segunda Guerra da Chechênia trazia novamente a iminência da desestabilidade doméstica e ameaça à integridade territorial russa. Mais uma vez, o distanciamento político dos assuntos militares em troca da garantia da estabilidade do governo apontava para um freio ao ímpeto reformista. No início do conflito, Putin, então Primeiro Ministro, recebeu de Yeltsin o comando total das operações na Chechênia e outorgou aos militares a liberdade de utilização de quaisquer meios necessários para obtenção da vitória contra os insurgentes (GOLTS, 2004, p. 88).

O cenário começou a se alterar a partir da eleição de Vladimir Putin para o cargo de Presidente. Desde o início de seu governo, Putin foi capaz de estabelecer boas relações com os generais do alto escalão e garantir a estabilidade de seu governo, de maneira que se posicionava diplomaticamente em relação aos militares e recebia menos críticas do que seu antecessor (GOLTS, 2004, p. 84-88). De fato, o Presidente russo gozava do apoio do General Valentin Varennikov – conhecido pelo seu conservadorismo e papel central na tentativa de golpe em 1991 – que anunciava total apoio às políticas domésticas e internacionais de Putin. Em gesto de retribuição, Vladimir Putin prometeu restaurar o uso da Estrela Vermelha – clara herança soviética – nos estandartes militares russos (GOLTS, 2004, p. 84). Além disso, começou a trabalhar na garantia de sua reeleição a partir de seu bom relacionamento com os militares. Nesse sentido, agia para que o assunto não se tornasse tema central dos partidos de esquerda, nem dos de direita, e direcionava parte de sua propaganda política aos eleitores orientados pela esfera militar, cujo montante à época era de cerca de 5,5 milhões de pessoas (GOLTS, 2004, p. 85; 91).

Em outro aceno aos militares, Putin promoveu uma série de agentes das forças de segurança interna e do Ministério da Defesa para um grande número de cargos oficiais do alto escalão do governo e de regiões da Federação Russa – os chamados *siloviki* – principalmente

burocratas do Serviço de Segurança da Federação Russa (FSB), Ministério dos Assuntos Internos e Ministério da Defesa (BARANY, 2008, p. 25)¹⁸. Em 2001, Putin anunciou Sergey Ivanov, em 2001, como Ministro da Defesa. Ivanov foi o primeiro não-membro das Forças Armadas a ocupar o cargo, mas ainda assim era um ex-militar, já que atuava na FSB¹⁹. Como indica Trenin (2004, p. 225), Ivanov logo se tornou defensor do pensamento tradicionalista militar russo.

Não obstante, algumas tentativas de reformulações no âmbito militar ocorreram durante o período Ivanov, que começou a pavimentar o caminho para as reformas que viriam a seguir. Segundo Bartles (2011, p. 58) a maior medida reformista de Ivanov foi aumentar o controle do Ministério da Defesa sobre o Estado-Maior da Rússia, chefiado à época por Yuri Baluyevsky. Até então, o Chefe do Estado-Maior da Rússia possuía maior controle sobre as Forças Armadas do que o Ministro da Defesa, o que dificultava ainda mais tentativas de reformas. Apoiado por Baluyevsky, Ivanov propôs a criação de novos comandos militares, mais focados em teatros regionais, e o preenchimento de graus da hierarquia militar com profissionais servindo sob contrato, mas que foram rechaçados pelos generais (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 11).

No entanto, as condições domésticas ao final da década de 2000 tornavam mais propício a execução da reforma militar. Devido à estabilidade política do país através da consolidação do governo de Vladimir Putin e a distensão do conflito na Chechênia, em conjunto com a melhora na economia na primeira na década de 2000 decorrente do alto dos preços das commodities, Putin possuía alto índice de apoio entre a população e ainda mais entre os militares (BARANY, 2008, p. 31), dotando o Executivo russo de poder político mais robusto para promover mudanças estruturais. Além disso, o bom relacionamento com os militares possibilitou maior supervisão civil sobre a esfera militar sem o receio de que houvesse uma tentativa de golpe, como se discutia nos governos Yeltsin. Conforme Barany (2008, p. 31), dado à enorme concentração de poder na figura do Presidente da Rússia – o que o autor denomina de superpresidencialismo²⁰ – caberia à Putin promover políticas para transformar as Forças Armadas Russas em uma instituição estrategicamente adequada para os desafios do século XXI.

¹⁸ Conforme Bovin (2003, não paginado, *apud* BARANY, 2008, p. 25), 6 mil ex-agentes da KGB possuíam cargos políticos no aparato estatal russo em 2003.

¹⁹ Na Rússia, não apenas as Forças Armadas são designadas como serviço militar, mas outros órgãos governamentais, como o FSB. Para uma lista completa e descrição de suas prerrogativas, ver Renz (2018).

²⁰ O autor define como superpresidencialismo a tendência de concentração de poder institucional na Presidência, que não teria incentivos para promover outras instituições que mais tarde poderiam desafiarlo. Conforme o autor, o superpresidencialismo na Federação Russa começou a tomar forma já nos

2.2 As reformas no período Serdyukov (2008-2012)

A ofensiva russa durante cinco dias na Guerra da Geórgia, em agosto de 2008, serviu como estopim para o anúncio da reforma militar na Rússia. Apesar da rápida resolução do conflito, na qual Moscou garantiu a independência *de facto* das províncias de Ossétia do Sul e Abecásia em nome da proteção de russos étnicos contra hostilidades do governo georgiano, tornou-se evidente a contínua debilidade russa em termos operacionais, a obsolescência de seus armamentos e a falta de treinamento e má gestão de comando-e-controle (PALLIN; WESTERLUND; 2009, p. 401). Na esteira do conflito, as Forças Armadas da Rússia se tornaram novamente alvos de críticas da mídia local, lideranças civis e de oficiais militares aposentados. As críticas levaram o então presidente Dmitri Medvedev a anunciar em uma reunião com líderes do alto escalão militar a urgência de reformas, resumidas em cinco pontos principais: 1) tornar todas as unidades militares em situação de prontidão permanente; 2) reestruturação de comando-e-controle; 3) formação e treinamento de oficiais; 4) modernização do arsenal bélico russo, em especial na ênfase em armas de alta precisão guiadas; 5) melhorias nos salários, moradias e benefícios para os militares (BARTLES, 2011, p. 69).

De fato, as necessidades de reformas nos cinco pontos citados acima já faziam parte de tentativas prévias desde a década de 1990. No entanto, apenas em 2008 a conjuntura política e econômica da Rússia favorecia a implementação de reformas estruturais em larga escala nas forças armadas do país. Como último elemento necessário para possibilitar as mudanças institucionais, argumenta-se que a indicação de Anatoly Serdyukov, em 2007, para ocupar o cargo de Ministro da Defesa no lugar de Sergey Ivanov, provou-se fundamental para a execução dos arranjos que viriam a seguir. Serdyukov foi o primeiro Ministro da Defesa civil da história russa desde os tempos soviéticos, e o resultado de suas ações se tornaram um divisor de águas na estrutura militar do país.

As reformas promovidas sob o comando de Serdyukov podem ser compreendidas a partir de três eixos principais: organizacional, pessoal e armamentos. No campo organizacional, as medidas implementadas buscavam diminuir a desproporcionalidade entre oficiais e soldados e reorganizar os centros de comando-e-controle das forças armadas, visando à diminuição de níveis hierárquicos para possibilitar maior flexibilidade e o estado de prontidão permanente das unidades militares. No segmento pessoal, os objetivos eram frear a oposição às reformas;

governos Yeltsin. A Constituição de 1993 retirava os poderes do Parlamento Russo sobre as forças armadas, concentrando-os na figura do Presidente. Vladimir Putin, por sua vez, exacerbou a tendência iniciada nos anos 1990 e concentrou ainda mais poder político-institucional.

mesclar o serviço profissional e o processo de conscrição; melhorar a qualidade de treinamento e combate; e melhorar as condições de vida no serviço militar. Por fim, para solucionar o problema da obsolescência de armas e equipamentos militares da Rússia, Serdyukov buscou reativar a compra de armamentos convencionais pelo Ministério da Defesa, através do Programa de Armamento do Estado 2011-2020. Desde a queda do Estado soviético as empresas do setor de Defesa da Rússia eram em grande medida dependentes da exportação de seus produtos devido à falta de demanda do mercado doméstico.

Como já visto na seção anterior, a oposição a reformas por parte de oficiais conservadores foi um dos principais fatores que impediam a implementação de mudanças estruturais profundas nas forças armadas russas. Nesse sentido, argumenta-se que a principal alteração promovida por Serdyukov foi o drástico corte no número de oficiais, através de medidas que refletiram na diminuição da oposição interna e facilitaram a ascensão de militares mais favoráveis à reforma. Para tal, Serdyukov promoveu uma política de aposentadoria compulsória²¹. O objetivo de Serdyukov era reduzir o inchaço do número de oficiais em relação ao contingente total, que à época correspondia a cerca de 30% (BARTLES, 2011, p. 64). Conforme os dados abaixo, entre 2008 e 2012 previa-se a redução de mais da metade do número total de oficiais nas Forças Armadas da Rússia:

Tabela 1 - Redução do número de oficiais entre 2008-2012 (em milhares)

Cargo	2008	2012	Varição (aprox.)
Total do corpo de oficiais	335.000	150.000	-55%
Generais	1.107	886	-20%
Coroneis	25.665	9.114	-64%
Major	99.550	25.000	-75%
Capitão	90.000	40.000	-56%
Tenente	50.000	60.000	20%
Oficiais do alto comando	27.873	8.500	-70%

Fonte: Tabela adaptada segundo dados de Baev (2010, p. 1)

Para além da redução no oficialato militar, as políticas de Serdyukov resultaram no corte de pessoal do Ministério da Defesa – de 11.920 em 2008 para 5.000 em 2012 – e no Estado-Maior da Rússia – de 10.523 para 3.500 no mesmo período (BARTLES, 2011, p. 77). A diminuição no quadro do Ministério da Defesa foi acompanhada pelo aumento da proporção de civis na pasta. Estima-se, segundo Carlsson (2012, p. 12), que a proporção do número de civis

²¹ Os limites passaram a ser: 1) 60 anos para Marechal, General do Exército e Almirante da Marinha; 2) 55 anos para Tenente-General, Vice-Almirante, Major General e Contra-Almirante; 3) 50 anos para Coronel ou Capitão de 1º grau; 4) 45 para outros cargos (BARTLES, 2011, p. 62).

no Ministério tenha aumentado de 16% para 46%. Serdyukov promoveu o General Nicolay Makarov em substituição a Baluyevskiy, que resignou ao cargo de Chefe do Estado-Maior em junho de 2008. Enquanto Baluyevskiy se opunha aos cortes no corpo de oficiais promovidos por Serdyukov, Makarov era também um reformista desde o mandato de Ivanov, contribuindo para a efetivação das reformas em curso (BARTLES, 2011, p. 68).

Em junho de 2010, Medvedev publicou um decreto que alterava a estrutura de comando-e-controle das Forças Armadas da Rússia, reorganizando os distritos militares, que passaram do total de seis para quatro²². Dessa forma, foram criadas as “Juntas Regionais de Comando Estratégico” (OSK, na sigla em russo), divididas em 4 distritos militares mais o OSK da Frota do Norte, conforme a Figura 1: Oeste (junção dos distritos militares de Moscou e Leningrado com controle sobre a Frota do Norte e a Frota do Báltico); Sul (controle sobre antigo Distrito Militar do Cáucaso do Norte e Frota do Mar Negro); Centro (junção do Distrito Ural-Volga com a porção mais a oeste do antigo Distrito da Sibéria); e Leste (junção dos Distritos da Sibéria e Extremo Oriente).

O comandante de cada OSK passou a ter controle direto sobre todas as unidades estacionadas em seu território, sejam do Exército, Marinha, ou Força Aérea (BARTLES, 2011, p. 75). As forças sob cada distrito são organizadas no modelo de armas combinadas: o Distrito Militar Ocidental possui 3; os Distritos do Sul e Central possuem 2 cada, e o Distrito do Leste, 4. A partir de entrevistas com um general russo, Giles (2012, p. 7-8) aponta que um dos principais objetivos com a criação desse novo modelo era possibilitar ao comandante maior controle sobre pequenas unidades militares e evitar episódios de desobediência como visto na Primeira Guerra da Chechênia e na Guerra da Geórgia. Além disso, Giles acredita que a introdução do modelo de OSK traz consigo uma maior complexidade do entendimento do sistema de comando-e-controle nas Forças Armadas Russas. Conforme apontado pelo autor, a Lei de Defesa do país estabelece que cabe exclusivamente ao Presidente, enquanto Comando Supremo das Forças Armadas, a declaração de mobilização total ou parcial das forças do país. Não obstante, os comandantes de cada OSK teriam a liberdade de reagir a ameaças ao território russo de maneira independente²³. Nesse sentido, não há consenso entre os analistas sobre a real liberdade de ação de cada OSK.

²² O projeto de reorganização dos distritos militares já estava em teste durante o comando de Baluyevskiy, no Distrito do Extremo Oriente (BARTLES, 2011, p. 75.)

²³ O autor ressalta que no modelo de Distritos Militares anteriores, os comandantes de cada distrito também teriam uma prerrogativa similar. No entanto, os comandantes dos OSK teriam maior possibilidade de manobra e responsabilidade por comandarem todas as forças em seu território (GILES, 2012, p. 7-8).

Figura 1: Juntas Regionais de Comando Estratégico da Rússia



Fonte: Defense Intelligence Agency, 2017, p. 14

Além da mudança distrital, a reforma promoveu alterações na estrutura de unidades militares da Rússia. Dessa forma, passou-se de um modelo dividido em regimentos e divisões para brigadas militares de prontidão permanente²⁴. A brigadização das unidades militares da Rússia transformou a cadeia de comando de 4 níveis (distrito-militar - exército de área – divisão – regimento) para 3 níveis (comando regional estratégico – comando operacional – brigada), o que explica o aumento do número em 20% do número de tenentes em detrimento do enorme corte no número de oficiais de maior grau. Em específico, a diminuição planejada das unidades militares de cada braço das Forças Armadas da Rússia sob o comando de Serdyukov era de: 90% no Exército (1.890 para 172); 49% na Marinha (240 para 123); 48% na Força Aérea (340 para 180); 17% nas Tropas Aerotransportadoras (6 para 5); e 15% nas Forças Espaciais (7 para 6) (ROSSISKAYA GAZETA, 2008, apud BARTLES, 2011, p. 72).

Enquanto o modelo de divisão e regimento continham entre 8 mil e 10 mil combatentes sob seu comando, as brigadas seriam formadas entre 3 mil a 4.5 mil e seriam capazes de conduzir uma ação independente e prover suporte de maneira orgânica, tornando-se mais leves

²⁴ Antes da reforma, apenas 13% de unidades eram caracterizadas como de pronto combate: 17% no exército; 7% nas forças aéreas; 70% na marinha; 100% na Força Estratégica de Mísseis e Tropas Aerotransportadoras (BARABANOV, MAKIENKO; PUKHOV; 2012, p. 5).

e rápidas através da diminuição de um nível de gestão (BARTLES, 2018, p. 41). As brigadas seriam subdivididas em três diferentes tipos: 1) pesada (a principal unidade permanente, equipada com veículos blindados de combate); 2) média (unidade de resposta rápida); e 3) leve (extremamente móvel), conforme Giles (2014, p. 152). Nesse sentido, argumenta-se que a brigadização das unidades militares reflete a mudança do pensamento estratégico russo, baseada na visão dos reformistas, que passou a ver conflitos de menor intensidade e escala na sua periferia como mais prováveis do que um confronto em grande escala entre potências, priorizando a velocidade no processo de comando-e-controle sobre unidades independentes em detrimento do conceito de mobilização em massa²⁵.

Por fim, outra mudança estrutural significativa nas Forças Armadas da Rússia sob o mandato de Serdyukov foi a criação da Forças de Defesa Aeroespaciais (VVKO, na sigla em russo), em 2011, que substituiu a antiga Força Espacial (KVR, na sigla em russo), criada em 1992 (BARABANOV, MAKIENKO, PUKHOV, 2012, p. 23-24). A nova configuração das Forças Armadas da Rússia passou a contar com os três ramos tradicionais – Exército, Marinha e Força Aérea – e três ramos independentes: as Forças Aerotransportadoras (VDV), a VVKO e a Força Estratégica de Mísseis.

A segunda frente de implementação de reformas no setor de Defesa russo capitaneada por Serdyukov refere-se ao objetivo de aumentar a qualidade de recursos humanos nas forças armadas, tanto entre os combatentes, quanto no corpo de oficiais. Nesse sentido, as medidas promulgadas buscavam acelerar o processo de profissionalização militar, aumentando o percentual destes em relação aos conscritos, e melhorar a qualidade de ensino militar dos oficiais.

O tema da profissionalização das forças russas tem sido um dos objetivos principais na concepção dos reformistas desde a década de 1990. Como mencionado anteriormente neste trabalho, Yeltsin já havia prometido acabar com a conscrição militar até os anos 2000, muito em razão da má reputação das forças armadas entre a sociedade civil russa nos primeiros anos da história pós-soviética. Não obstante, a oposição das lideranças militares e a impraticabilidade financeira de transição para um contingente completamente profissional, obrigaram Serdyukov a abandonar já de início o projeto de extinção da conscrição militar. Serdyukov instituiu um sistema misto, que previa cerca de 100 mil a 200 mil militares servindo sob contrato e 700 mil no sistema de conscrição. Nesse sistema misto, todos aqueles que estivessem no serviço militar

²⁵ Segundo Makarov, durante a Guerra da Geórgia a cadeia de comando era tão extensa que levava batalhões a agirem de forma independente, uma vez que as ordens demoravam muito até chegarem à tropa (GILES, 2012, p. 8).

obrigatório permaneceriam por um período de 12 meses como conscritos, podendo aplicar-se a um cargo de oficial não-comissionado após este período. No entanto, os candidatos a estes cargos deveriam ter o ensino médio completo, participar de um processo seletivo e estudar na academia de sargentos por 34 meses, permanecendo nas forças armadas por um período mínimo de cinco anos. Dentre o corpo de oficiais, o processo de promoção tornou-se mais transparente, competitivo, baseado na qualificação e não mais em no quesito idade e tempo de serviço. As instituições militares também passariam por um forte processo de reestruturação e redução, com a meta de reduzi-las de 65 para apenas 10, em 2012, a partir da criação de grandes centros de formação científica e educacionais para os diferentes braços das forças armadas (BARTLES, 2011, p. 78-79; GOLTS, 2016, p. 14; BARABANOV, MAKIENKO; PUKHOV, 2012, p. 24; GOLTS, 2015, online).

Tais medidas tinham como objetivo primeiro aumentar a taxa de retenção dos militares que serviam sob contrato, que à época era de apenas 20%. A baixa taxa se dava em razão de estes poderem escolher se serviriam como conscritos ou contratados, sendo que este sistema era utilizado pelos recrutas para evitar a conscrição e, em seguida, abandonavam o serviço militar (BARTLES, 2011, p. 78-79). Além disso, a imposição de requisitos mínimos de escolaridade e a instituição de processos de seleção visavam à diminuição do recrutamento de pessoas com ficha criminal e má condições físicas, psíquicas e sociais, como era comum nos anos 1990. Ademais, através da diminuição do tempo de serviço militar obrigatório de 24 meses para apenas 12, pretendia-se atenuar a prática de *dedovshchina* nos quartéis, uma vez que não haveria recrutas no segundo ano de serviço (GOLTS, 2016, p. 14).

Somado a essas medidas, a reforma de 2008 buscava tornar o serviço militar mais atrativo a partir do aumento dos salários. O aumento da remuneração viria não somente de maiores repasses do orçamento federal, mas também da redistribuição dos salários de oficiais dispensados – portanto, resultado direto do processo de brigadização das unidades militares – e do pagamento de bônus por performance aos oficiais. Nessa perspectiva o Ministério da Defesa anunciou que os salários dos militares seriam em média 25% maior do que a média nacional, sendo que em 2007 o salário médio militar correspondia a apenas 63% deste montante (BARTLES, 2011, p. 73; GORENBURG, 2012, online). Segundo Andrzej Wilk (2012, online), a partir do novo sistema salarial do setor de Defesa, as Forças Armadas Russas passariam a ser um dos maiores pagadores do país.

Com o intuito de melhorar a capacidade e a performance das forças russas, as medidas de Serdyukov enfatizavam não somente maior parcela de um contingente profissional, como também a prática de exercícios militares. A partir de 2009, após um hiato de quase vinte anos,

exercícios em larga escala de nível estratégico-operacional voltaram a acontecer de forma regular (TRENIN, 2016, p. 24; KOFMAN, 2017, p. 4). Os chamados “exercícios surpresa” são realizados para averiguar a capacidade de prontidão das unidades. Entre 2011 e 2014, o número de militares que participaram em grandes exercícios aumentou de 15 mil para 150 mil, e o número de equipamentos utilizados em exercícios saltou de 1 mil para 8 mil. Em setembro de 2018, as Forças Armadas da Rússia realizaram nos Distritos Central e Oriental o maior exercício militar desde 1981. O chamado Vostok-18, contou com a presença de forças da China e da Mongólia, e teve a presença de aproximadamente 300 mil militares, 1 mil aeronaves, 36 mil tanques e 80 navios (HECIMOVIC, 2018, online; KLEIN, 2019, p. 15-16). Aos exercícios surpresa de larga escala também se somam as inspeções dos quartéis. Estas são utilizadas como instrumento para verificação da prontidão de combate e averiguação de possíveis casos de corrupção e fraudes nos quartéis. Como resultado desse tipo de mecanismo, em junho de 2016 o comandante e vários oficiais do alto escalão da Frota do Báltico foram destituídos após a inspeção (NECHEPURENKO, 2016, online; IISS, 2019, p. 186).

O período de comando de Anatoly Serdyukov sobre o Ministério da Defesa teve fim em dezembro de 2012, quando o então ministro esteve envolvido em um escândalo de corrupção e foi exonerado do cargo por Putin²⁶. Além das acusações, o fato de que as reformas promovidas por Serdyukov causaram grande impopularidade do ministro entre o alto escalão de oficiais corroboraram para a sua demissão.

2.3 As reformas no período Shoigu (2012 – atualmente)

No lugar de Serdyukov, Putin promoveu o General do Exército Sergey Shoigu como novo ministro, de perfil menos radical em relação à reforma, e que iria ceder a algumas pressões dos conservadores em relação às forças armadas (GOLTS, 2016, p. 15). Junto com a promoção de Shoigu ao cargo de ministro da Defesa, Putin substituiu Makarov pelo Coronel-General Valery Gerasimov no cargo de Chefe do Estado-Maior da Rússia, também de perfil mais conservador do que seu antecessor. Gerasimov era opositor de algumas das reformas efetuadas por Serdyukov e promoveu a volta de oficiais que haviam sido exonerados pelos cortes

²⁶ Serdyukov estava sob investigação de fraude na venda de ativos militares do ministério a preços muito aquém do valor de mercado para uma empresa estatal, a *Oboronservice*, que teriam causado um prejuízo no valor de 3 bilhões de rublos ao país. Um ano depois, Serdyukov foi acusado de ter ordenado a soldados russos a construção de uma estrada que levaria a um resort de luxo em uma ilha no rio Volga enquanto ocupava o cargo de ministro. Serdyukov teve as ações contra ele retiradas em março de 2014 (PUTIN..., 2012; RUSSIA’S..., 2014).

reformistas (BIG..., 2012). Ainda que Shoigu não tenha revertido totalmente as medidas de seu antecessor, ao longo de seu mandato, observa-se o arrefecimento do ímpeto reformista característico dos anos 2008-2012 e algumas mudanças referentes ao modelo adotado por Serdyukov.

Referente aos ramos que compõem as forças armadas, em 2013 foi criado o Comando das Forças de Operações Especiais (KSSO, na sigla em russo) como unidade independente que atua interna e externamente contra forças não-convencionais. Segundo Klein (2019, p. 14-15), as forças especiais russas estiveram presentes na Crimeia e nos conflitos na região do Donbass, na Ucrânia, e na Guerra Civil Síria. Ainda segundo a autora, estima-se que a Rússia tenha um efetivo de cerca de 100 mil militares que podem ser alocados para combate em operações secretas como auxiliares às forças convencionais. Em dezembro de 2014, foi criado o 5ª OSK, a Junta Regional de Comando Estratégico da Frota do Norte, anteriormente sob o controle do distrito do Ocidente, refletindo o crescente interesse do governo russo na região do Ártico²⁷. Por fim, em 2015 a Força de Defesa Aeroespacial e a Força Área se fundiram sob um único comando, chamado de Forças Aeroespaciais (VKS, na sigla em russo) dividida em três sub-ramos: Força Aérea, Forças Espaciais, recriadas como sub-ramo após a sua extinção em 2011, e Força de Defesa Aérea de Mísseis. Segundo Shoigu, a junção das três forças dentro de um único comando se justificaria pela crescente importância das dimensões aérea e espacial dentro da lógica da guerra moderna, se tornando o novo “centro de gravidade”²⁸ (BODNER, 2015, online).

No que tange à rede de ensino militar russo, Shoigu rompeu drasticamente com a lógica de centralização em 10 grandes centros de formação militar proposto por Serdyukov. Conforme seu discurso na reunião da Diretoria do Ministério da Defesa russo, havia 36 instituições de ensino militar em 2017 (RÚSSIA, 2017, online). Segundo Golts (2015, online), a reversão dessas medidas acarreta no ponto central dos cortes feitos durante o mandato de Serdyukov, uma vez que o número de oficiais formados tende a aumentar, sobretudo nos graus de tenente-coronel e major, nos quais houve os maiores cortes feitos por Serdyukov. Com o aumento do

²⁷ Ainda que na prática a OSK da Frota do Norte atuasse como distrito militar independente desde 2014, apenas em 21 de dezembro de 2020 Vladimir Putin assinou um decreto outorgando o estatuto legal equiparável aos outros quatro distritos. O decreto entrou em vigor em 1 de janeiro de 2021 (PUTIN..., 2020).

²⁸ Consideramos aqui o conceito segundo Clausewitz. Segundo a definição do teórico da guerra, o centro de gravidade é o “o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende. É contra este ponto que todas as nossas energias devem ser dirigidas” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 701).

número de oficiais formados, Golts acredita que se abrirá espaço para a pressão por maior número de recrutas, para justificar o aumento do número de comandantes.

Por outro lado, no que se refere ao aumento do percentual de profissionais nas Forças Armadas Russas, Shoigu aprofundou as iniciativas de Serdyukov. Em 2013, o Ministério da Defesa anunciou que pretendia alcançar uma tropa de 425 mil soldados profissionais até 2020 (RIBEIRO, 2013, online). Segundo Klein (2019, p. 14-15), em 2017 o montante era de 384 mil, cinco vezes mais do que em 2008, quando totalizavam 76 mil, e maior que o número de conscritos, que era de 300 mil. Somados ao total de 220 mil oficiais, o número de pessoas servindo sob contrato em 2017 era cerca de 2/3 do total das forças armadas²⁹. O objetivo anunciado por Shoigu seria chegar a 500 mil soldados profissionais em 2020, com incrementos anuais de 50 mil (GOLTS, 2016, p. 14; KOFMAN, 2016, p. 6). Com essa intenção, em 2015 foi aprovada uma lei que permite que estrangeiros participem das Forças Armadas Russas, desde que tenham entre 18 e 30 anos, sejam falantes de russo e não possuam antecedentes criminais. Além do salário e do contrato de cinco anos, seria possível requerer a cidadania russa (NAJIBULLAH, 2015, online).

A despeito do crescimento observado na proporção de militares de carreira nas forças armadas, a Rússia ainda é dependente da conscrição. Nesse sentido, Shoigu buscou tornar o serviço militar obrigatório mais atrativo. Em 2013, foi aprovada uma medida que permitiria aos estudantes completarem o serviço militar sem sair da universidade. Pela proposta, os estudantes deveriam dedicar um dia por semana ao treinamento militar por um período de dois anos. Após este período, passariam três meses em treinamento intensivo em campo, para depois serem listados como reservistas. A reforma pretendia atrair 60 mil estudantes, mas apenas 15 mil escolheram participar do programa. (GOLTS, 2016, p. 15-17).

As alterações nos rumos da reforma sob Shoigu se devem não somente ao seu perfil mais conservador, mas principalmente aos desdobramentos pós-2014. Em razão do aumento das tensões causadas pela anexação da Crimeia e pela crise no Leste da Ucrânia, o governo russo decidiu aumentar a presença de unidades militares no OSK Ocidental e orientá-las em direção à fronteira ucraniana. Nesse sentido, Shoigu promoveu a criação de três novas divisões – revertendo a tendência de completa brigadização – das forças terrestres. Em 2015, foram criadas 15 novas brigadas, 8 formações operacionais de grande escala e 25 divisões de armas

²⁹ Segundo o último levantamento da publicação *The Military Balance*, atualmente a Rússia conta com um efetivo militar de aproximadamente 900 mil na ativa, com uma reserva total de cerca de 2 milhões de homens (IISS, 2020, p. 194). Os números exatos do efetivo militar total à disposição do Kremlin divergem entre diferentes fontes. No geral, costumam destacar aproximadamente 1 milhão de militares na ativa.

combinadas. Esse incremento no número de estruturas contrariava o planejamento do próprio Ministério para o ano de 2016, que previa o crescimento em 10 mil soldados, mais do que o suficiente para formar 40 novas unidades (GOLTS, 2016, p. 19). Em 2015, foi criado o Centro Nacional de Gerenciamento de Defesa que aumentou a velocidade com que as unidades militares podem responder às decisões políticas, potencializando a chegada de um grande contingente de forças russas em suas fronteiras (KOFMAN, 2016, p. 8).

2.4 O rearmamento do Estado russo

Assim como em outras áreas da política doméstica russa, Putin também exerce papel cada vez mais central no planejamento do armamento militar das forças armadas. Desde de setembro de 2014, o Presidente supervisiona a Comissão Militar-Industrial, órgão criado em 2006 para coordenar o planejamento de compra e desenvolvimento de armamento militar entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e o complexo-industrial militar russo (FERREIRA DA SILVA, 2018, p. 28). Já o montante a ser destinado para os gastos militares do país dentro do orçamento federal, é deliberado no Conselho de Segurança da Federação Russa (CSFR), órgão também presidido por Putin e composto pelos ministros da Defesa e outros serviços militares, do Desenvolvimento Econômico e Financeiro e outros membros da elite política russa (COOPER, 2013, p. 13). O CSFR foi originalmente criado em 1991 por Gorbachev para servir como um órgão de consulta acerca dos temas de Defesa e Segurança Nacional. Para Barany (2008, p. 23), Yeltsin passou a utilizar do Conselho mais do que um órgão consultivo do governo para um caráter consultivo da própria Presidência. Ao longo dos governos de Vladimir Putin, observa-se uma tendência de centralização do poder na figura do Presidente da Rússia possibilitando maior controle sobre as políticas de Defesa e influência nas Forças Armadas (GILES, 2012, p. 4-6).

Em discurso anual direcionado à Assembleia Federal da Rússia, em dezembro de 2018, Putin apresentou seis novas armas em desenvolvimento pela indústria militar russa que, nas palavras do presidente, seriam “invencíveis”³⁰. O anúncio condensa o terceiro eixo da reforma

³⁰ Segundo análise de Cooper (2018) sobre as seis novas armas russas: o *Kinzhal* será alegadamente um sistema de mísseis de cruzeiro que pode alcançar velocidades hipersônicas, possibilitando o uso contra alvos terrestres ou marítimos em uma distância de até 2 mil quilômetros; o *Peresvet*, um sistema de armas a laser que possui a capacidade de desestabilizar os sistemas ópticos e eletrônicos de naves guiadas e não-guiadas; o *Sarmat* é o novo míssil balístico intercontinental russo que, segundo Putin, é capaz de sobrevoar os dois polos da Terra e que será capaz de transportar, pelo menos, 10 ogivas nucleares; *Avangard*, um veículo impulsor supersônico, capaz de lançar armas nucleares e convencionais e que, segundo anunciado pelo presidente russo, pode ser manobrado horizontal ou

militar em curso: a modernização do arsenal bélico, tanto convencional, quanto nuclear. Para tanto, o governo russo lançou, desde 2010, dois “Programas de Armamento do Estado”, os chamados GPV-2020 e GPV-2027³¹. O GPV tem como objetivo aumentar a compra de armamentos pelo Ministério da Defesa, e com isso ampliar a demanda do complexo-industrial militar e diminuir a obsolescência das armas russas. Nesse sentido, o gasto com a aquisição, manutenção e reparo de armas e equipamentos e com a modernização da tecnologia militar através de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) corresponde a 36% do total de gastos militares da Rússia desde o lançamento da reforma em 2008, sendo que em 2014 o volume atingiu 45% do total³².

Duas questões se apresentam no momento da análise sobre os objetivos e o desenvolvimento de armas militares da Rússia. Em primeiro lugar, o Ministério da Defesa estabeleceu como meta aumentar a parcela de armas modernas de 15%, em 2010, para 70% em 2020 (CONNOLLY; BOULÈGE, 2018, p. 4). No entanto, em nenhum momento define-se claramente quais são os parâmetros utilizados para a avaliação da modernidade das armas pelo próprio ministério. Ainda que o aumento seja de fato significativo, duas explicações são apontadas sobre a capacidade russa de desenvolver novas armas em um curto espaço de tempo: o rápido ciclo de licitação militar na Rússia em comparação com outros países e o modelo de desenvolvimento de novos equipamentos a partir de modelos soviéticos.

Em relação ao primeiro ponto, Bartles (2018, p. 43) afirma que há menor burocratização em relação a outros países, como os EUA, onde a média de desenvolvimento de novos designs e entrega do produto é de cinco a dez anos. Contudo, o autor enfatiza que a grande concentração das empresas faz com que o Ministério compre armas e equipamentos sempre dos mesmos fornecedores. No caso dos veículos de combate, por exemplo, sempre são compradas da UralVagonZavod e KurganMachineZavod. Por essa razão, Bartles aponta que o modelo de desenvolvimento de novas armas russas é uma abordagem incremental e evolucionária de desenvolvimento, e não revolucionária. Uma certa porcentagem da tecnologia é substituída, e o restante é aproveitado para a próxima geração. Além disso, a capacidade russa de produzir novos equipamentos em larga escala em um curto espaço de tempo é a ênfase em interoperabilidade e modularidade das tecnologias. Nesse sentido, apesar de os veículos

verticalmente; *Poseidon*, um veículo subaquático não tripulado, movido a propulsão nuclear e com capacidade de lançar uma ogiva nuclear; e *Burevestnik*, míssil de cruzeiro com propulsão nuclear de longo alcance, supostamente capaz de voar ininterruptamente por dias e, nas palavras de Putin, com capacidade de voo dez vezes mais longa que o seu análogo norte-americano, *Tomahawk*.

³¹ GPV é a sigla em russo para *gosudarstvennaia programma vooruzheniia*.

³² Cálculos feitos pelo autor a partir de dados obtidos de Cooper (2013, 2019).

armados serem produzidos por diferentes empresas, obedecem a um padrão de design que permite esses dois elementos. Sobretudo, o processo de licitação enfatiza a necessidade de equipamentos que não sejam somente efetivos em combate, mas também em termos de custo de produção, operação e manutenção, deixando de fora designs considerados demasiado custosos (BARTLES, 2018, p. 44).

Quanto ao modelo de desenvolvimento industrial-militar do país, argumenta-se que este é majoritariamente pautado no formato de “retenção-e-adaptação” tecnológica (RADIN et al., 2019, p. xii). Como resultado, modelos baseados em design soviético são entregues com muito mais rapidez e maior quantidade que os designs pós-soviéticos (CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 8). Decorrente disso, o complexo-industrial militar russo favorece o desenvolvimento de novos equipamentos militares baseado no processo de renovação e atualização de modelos da era soviética. Com exceção de algumas áreas, como o de mísseis de longo alcance, no qual observa-se maior produção de novos sistemas que permitem a introdução de novas concepções estratégicas, a composição de modelos genuinamente pós-soviéticos no arsenal bélico russo é ainda muito pequena (WESTERLUND, 2018, p. 38).

Para a análise a seguir sobre a alocação de recursos e dos gastos totais do GPV-2020 e a projeções acerca do GPV-2027, será levada em conta o valor nominal em rublos a partir de dados do Ministério da Defesa e dos estudos de Cooper (2013, 2019) com base em dados retirados do Ministério das Finanças da Rússia. Ainda que fontes como os relatórios do SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*) sirvam como parâmetro para uma primeira análise sobre os gastos militares dos países, sua metodologia dificulta um olhar mais profundo sobre os gastos específicos de cada país dentro de seu contexto doméstico. Nesse sentido, a comparação feita em dólar entre Rússia e Estados Unidos, por exemplo, tende a mostrar a enorme disparidade dos gastos entre os dois países e pode levar a uma má interpretação dos gastos reais na compra de armamento militar pelo governo russo. Como exemplo, em 2018 os gastos militares da Rússia foram de 61,4 bilhões de dólares estadunidenses, segundo o relatório do SIPRI. Contudo, de acordo com Kofman (2019, p. 1), se observado a partir do poder de compra da moeda russa, o total do orçamento em defesa russo seria aproximadamente entre 150 e 180 bilhões de dólares. A análise a partir do orçamento russo em rublos se faz ainda mais pertinente ao se levar em conta que o país compra majoritariamente de empresas nacionais e, portanto, seus gastos são na maior parte em rublos³³.

³³ Além disso, Cooper utiliza índices diferentes para analisar os gastos em termos dos utilizados pelo SIPRI. Segundo o autor, deu-se preferência pelo índice chamado de deflator do PIB em detrimento do Índice de Preços ao Consumidor (COOPER, 2013, p. 44). Outra crítica a esta abordagem – baseada

Não obstante, há dificuldades de acesso ao orçamento federal russo, o que também se apresenta como uma ressalva referente aos valores observados. Conforme Cooper (2013, p. 9), no orçamento federal de 2012, mais de 12% do total estava classificado, incluindo metade do total alocado no capítulo “defesa nacional”, que é o maior responsável pelas despesas do Ministério da Defesa.

2.4.1 GPV-2020

O GVP-2020 foi anunciado em 2010, entrando em vigor em 2011 e definindo os gastos planejados com a compra de armas pelo Ministério da Defesa da Rússia até 2020. O montante previsto pelo programa era de 20,7 trilhões de rublos (RUB) ao longo de dez anos, alocados da seguinte forma: RUB 19 trilhões para a compra de armas e 1,7 trilhões em investimentos na modernização da base da indústria de Defesa do país. Desse montante, projetava-se que 31% seria gasto entre 2011-2015 e o 69% restante no período 2016-2020. Devido às diferentes realidades de cada braço militar da Rússia, o valor alocado foi diferente para cada segmento. A Marinha recebeu a maior parte dos investimentos: 26% do total, equivalente a 5 trilhões de rublos. Em seguida, a Força Aérea com 25%; Força de Defesa Aeroespacial com 18%; Exército com 14%, e Força Estratégica de Mísseis com 5% do total. Outras frentes, como a aquisição de equipamentos de C4SIR, receberam 13% dos investimentos (CONNOLLY; BOULÈGE, 2018, p. 5). Em 2017, o novo programa de armamento russo foi aprovado, sendo anunciado em 2018 para ordens de compras do Ministério entre 2018 e 2027, o atual GPV-2027. Por esse motivo, a análise feita abaixo sobre o GPV-2020 leva em consideração apenas o período entre 2011 e 2027.

Segundo dados do Military Balance publicado pelo IISS (*International Institute for Strategic Studies*), a Marinha adquiriu mais de 100 submarinos e 12 navios de combate, enquanto que a Força Aeroespacial teve um incremento de 342 aeronaves de asa-fixa, 516 helicópteros, 600 veículos aéreos não-tripulados e 57 satélites militares lançados. O Exército, por sua vez, priorizou a compra de sistema de mísseis de superfície-ar, tanques, veículos blindados de combate e artilharia. 68 Mísseis Balísticos Intercontinentais (MBI) foram

somente na observação dos montantes gastos por cada país para comparar suas capacidades militares – é feita em maior extensão por Brooks e Wohlforth (2015, p. 17-22). Um dos elementos citados pelos autores é de que estudos como estes falham em considerar o fato de que o montante de gastos militares são uma escolha feita pelos Estados. Por outro lado, advertem para a questão de que estes números têm importância quando evidenciam um investimento de longo prazo que consequentemente acarretam no poderio militar dos Estados.

comprados no período para a Força Estratégica de Mísseis (2017, p. 165). Como resultado do incremento massivo em compras de armamentos entre 2011 e 2017, o Ministério da Defesa da Rússia estima que, em 2017, a parcela de armamentos modernos equivalia a 59,5% do total. O valor varia, no entanto, para cada braço das Forças Armadas russas: Força Estratégica de Mísseis (79%), Forças Aeroespaciais (73%); Forças Terrestres (45%); e Marinha (53%). No caso da tríade nuclear da Rússia, Putin afirmou, também em 2017, que 79% das armas nucleares eram modernas (RÚSSIA, 2017; CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 8).

Em 2015, o GPV-2020 passou por um processo de avaliação e um novo planejamento estava em discussão para o período entre 2015 e 2025, o GPV-2025. No entanto, devido à recessão enfrentada pela economia russa naquele ano, houve um corte no orçamento federal e o programa foi postergado. Apesar da quantidade de compra de armamentos observada acima, observa-se que os gastos totais pelo Ministério da Defesa no período esteve muito aquém do que fora anunciado inicialmente. Conforme dados retirados de Cooper (2013, 2019), o MD russo gastou RUB 8,420 trilhões com compras de armas, reparo e manutenção e P&D³⁴ entre 2011 e 2017, frente a 19 trilhões projetados. Mesmo na eventualidade de, entre 2018 e 2020, os gastos permanecessem no ritmo visto nos sete anos anteriores, teriam sido gastos aproximadamente 12 trilhões de rublos.

Contudo, observa-se que o governo russo destinou grande quantidade de seu orçamento militar para a compra e desenvolvimento de novas armas. No período investigado, cerca de 50% dos gastos em Defesa Nacional³⁵, com o ápice de 58,5%, em 2014. Como comparação, a diretriz da OTAN aos membros da aliança é de 20% do total de gastos em defesa com equipamentos (OTAN, 2019, p. 3).

2.4.2 GPV-2027

O GPV-2027 prevê, assim como seu antecessor, um investimento de 19 trilhões de rublos dentro de um período de dez anos. No entanto, a alocação dos recursos para cada ramo das forças armadas será feita de forma diferente do GPV-2020. Embora os gastos específicos

³⁴ Esses três gastos entram no subcapítulo GOZ (*gosudarstvennyi oboronnyi zakaz*) – em tradução livre: Ordem de Defesa do Estado – dos gastos em Defesa Nacional dentro do orçamento federal russo.

³⁵ Dentro do orçamento federal russo, o capítulo Defesa Nacional é utilizado por Cooper para se referir aos gastos militares do governo de forma mais precisa. Nesse sentido, o capítulo não equivale ao total de gastos militares russos, que incluem gastos como moradia, pensão militar, outros serviços militares que não as Forças Armadas, entre outros, e são frequentemente os gastos apresentados por relatórios como os do SIPRI. Se levado em conta o total de gastos militares, o montante gasto em compra, manutenção e desenvolvimento de novas armas equivale a 32,4% (Cooper, 2013).

do programa ainda estejam classificados, inferências feitas por autores a partir de discursos dos líderes políticos e militares, bem como a projeção de gastos, denotam que o atual planejamento deverá focar no aumento da mobilidade das tropas e da logística militar, tecnologias de C4SIR, equipamentos relacionados a estratégia de A2/AD³⁶ e no desenvolvimento da tríade nuclear russa. Além disso, enquanto que ao longo do GPV-2020 as forças terrestres receberam apenas 14% do montante investido, estima-se que até 2027 recebam cerca de 25% dos gastos em aquisição de armas e equipamentos (CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 14-15).

Argumenta-se que as mudanças de orientação dos gastos teriam sido influenciadas pelas experiências em combate na Ucrânia e na Síria. Após o combate em dois conflitos de natureza tática e operacional distintas, as lideranças militares passaram a dar mais importância ao planejamento e execução operacional em combate, em detrimento de uma concepção cuja ênfase era o campo estratégico. Consequentemente, a campanha na Síria evidenciou a necessidade de melhorar a coordenação e integração entre forças aéreas e forças terrestres; melhorar a capacidade e a performance das armas de alta precisão; e a mobilidade e adequação das Forças de Operações Especiais (*Spetznas*) em conflitos urbanos. Por sua vez, o conflito na Ucrânia revelou a contínua necessidade de investir em equipamentos de tecnologia em C4SIR e aumentar a mobilidade e a prontidão das forças terrestres russas na sua fronteira ocidental (CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 28).

No caso da Marinha, a alocação de recursos no novo programa dá ênfase aos submarinos, abandonando a ideia de novas embarcações de grande porte para navegação em alto mar e concentrando esforços na dissuasão estratégica a partir de submarinos para a proteção das áreas costeiras. Já as forças terrestres deverão focar em tecnologia C4SIR e artilharia. Diferentemente dos outros braços das Forças Armadas da Rússia, o modelo estratégico do Exército ainda prioriza, em grande medida, a questão quantitativa no que se refere a tropas e de equipamentos – muito em razão das características territoriais e da preocupação com múltiplos conflitos acontecendo de forma concomitante, como apontado anteriormente. Cresce ainda mais a importância dada aos sistemas de defesa aérea de longo, médio e curto alcance (CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 21-22).

Ainda que seja difícil prever os resultados alcançados em 2027, Connolly e Boulègue (2018, p. 9) acreditam que haja potencial para que este se concretize em maior escala do que o GPV-2020, já que através dos gastos nos últimos anos a infraestrutura do complexo industrial-militar russo teve melhoras substanciais após duas décadas de hiato na compra de armamentos.

³⁶ sigla em inglês para Anti-access/Area Denial. Trata-se de uma estratégia que busca impedir que o inimigo ocupe uma área específica, seja por vias terrestres, aéreas ou marítimas.

Além disso, a experiência em combate na Ucrânia e Síria contribuiu para ajustes nas prioridades de desenvolvimento bélico russo e na avaliação do que havia sido conquistado até então em termos de novos equipamentos. Conforme Ferreira da Silva (2018, p. 28), especialistas das indústrias de armamentos da Rússia foram enviados à Ucrânia e à Síria para realização de testes do novo arsenal em situações de combate e fornecer manutenção e reparo ao longo do conflito, demonstrando maior aproximação entre a indústria de Defesa e as forças armadas.

Três cenários diferentes para o crescimento da economia russa entre 2016 e 2027, em valores nominais, projetado pelo Centro de Pesquisa Estratégica (CSR) e o Club Stolypin, são apresentados pelos autores. No cenário mais otimista, feito pelo Stolypin, a economia russa terá crescido cerca de 68% em termos reais em 2027 em comparação com 2016. No cenário de “inércia” do CSR, no qual nenhuma reforma estrutural da economia russa seja feita, projeta-se um crescimento de cerca de 28% do PIB russo. No cenário ideal para o CSR, no qual sejam efetivadas reformas estruturais da economia russa, o PIB em 2027 será em torno de 45% maior do que em 2016. A partir dessas projeções, Connolly e Boulègue (2018, p. 12-14) se utilizam da análise do percentual do PIB alocado em defesa na Rússia – que, conforme exposto acima, nunca esteve abaixo dos 3% - para projetar o montante investimento na compra de armamentos pelas forças armadas até 2027. Se mantida a tendência, os autores estimam que terão sido gastos 17 trilhões de rublos no pior cenário do CSR; cerca de 18,25 trilhões no cenário ideal pensado pelo CSR e 19,75 trilhões no cenário pelo Stolypin, maior do que o planejado. Não obstante, estas projeções foram feitas em termos nominais, o que, a depender da inflação na Rússia ao longo do período, pode afetar em maior ou menor grau os valores reais aplicados à compra de armas pelo Estado.

2.5 Desafios às reformas

A despeito da concretização de grande parte dos projetos de reformulação e modernização das Forças Armadas da Rússia desde 2008, elencam-se três pontos de análise que podem se configurar como desafios à perenidade dos projetos militares russos. Nessa lógica, a seção atual debate brevemente estes desafios a partir do ponto de vista econômico, do desenvolvimento tecnológico-militar e do cenário político do país.

No aspecto econômico, a dependência de Moscou dos preços de petróleo e gás natural praticados no mercado internacional e o histórico de militarização excessiva da economia soviética que contribuiu para a queda do bloco, causam desconfiança entre analistas sobre a sustentabilidade dos programas de armamento do Ministério da Defesa e da política de

profissionalização das tropas³⁷. Ademais, a impossibilidade de institucionalizar a completa profissionalização das tropas e a redução do tempo de serviço militar obrigatório para apenas um ano, aumentam a proporção de militares com pouca experiência, o que implica na não obtenção do caráter de estado de prontidão permanente desejado (GILES, 2014, p. 153).

De fato, a concretização dos repasses para a compra de armas e desenvolvimento da indústria de defesa para o GPV-2020 foi complementada por um financiamento através de créditos garantidos pelo Estado, que fazem parte da lei orçamentária anual do país., com limite de RUB 400 bilhões para a compra de armamentos e RUB 31,5 bilhões para a indústria de Defesa. Em 2013, foram aprovadas 40 linhas de crédito para 26 empresas, totalizando RUB 265 bilhões que deveriam ser pagos até o final de 2017. O mecanismo foi criticado em 2011 pelo Ministro das Finanças Aleksei Kudrin, em razão dos calotes das dívidas que poderiam pesar no orçamento federal e aumentar a dívida interna do país. Entre 2011-2016, o acumulado em créditos garantidos pelo Estado foi de RUB 1.3 trilhões. Entre 2016, o orçamento federal injetou RUB 1 trilhão para o pagamento da dívida. Em dezembro de 2019, Putin assinou um decreto que anulava RUB 700 bilhões da dívida do complexo industrial-militar russo, de um montante total de cerca de RUB 2,3 trilhões (CONNOLLY; BOULÈGE, 2018, p. 6; 28-29; MCDERMOTT, 2020, online).

Conforme mostra Cooper (2019, p. 3-4), os gastos militares russos em 2018 tiveram, em termos reais, um decréscimo de 5% em relação a 2017, após duas quedas consecutivas em 2016 e 2017. A diminuição de recursos, salienta Cooper, acompanha o fato de que o orçamento federal russo em 2018 foi o equivalente a 16,4% do PIB em comparação com o observado entre 2014 e 2016, quando era cerca de 20% do PIB russo. O orçamento mais modesto em 2018 seria, segundo o autor, em decorrência da lenta recuperação econômica após a recessão de 2015 e a perspectiva de contínuas sanções impostas por Estados Unidos e União Europeia em resposta à anexação da Crimeia em 2014.

Conforme Cooper (2013, p. 15), desde 2008 o orçamento federal russo é feito em uma base trienal. Assim, espera-se que períodos que sucedem uma recessão tenham um orçamento federal mais enxuto, o que, conseqüentemente, trará uma menor alocação de gastos com Defesa. De fato, pode-se observar que o percentual gasto em Defesa pelo governo russo caiu sucessivamente de 4,85% do PIB em 2015 – quando houve uma queda de 1,9% em sua

³⁷ Em 2011, o economista liberal Alexander Kudrin, então Ministro das Finanças da Rússia, deixou o governo Medvedev após este anunciar o aumento dos gastos militares, o qual Kudrin era contra. Em 2018, Kudrin voltou ao governo russo assumindo o cargo de liderança na Câmara de Auditoria da Federação Russa para supervisionar os gastos nas compras de pelo governo (LIBERAL..., 2018).

economia – para 3,72%, em 2018. Da mesma forma, após a expressiva queda de economia russa na ordem de 7,8%, em 2009, o montante destinado aos gastos militares foi de 4,9% do PIB em 2009 para 3,37%, em 2011, só voltando ao patamar superior a 4% em 2014³⁸.

Não obstante, ainda que o presente trabalho concorde com o argumento de Cooper de que a recessão em 2015 tenha levado a um corte no orçamento federal para os anos posteriores, sugere-se a hipótese de que o total de recursos destinado à Defesa tenha maior relação com a decisão política de dosagem dos gastos alocados como um todo, do que com a variação da economia russa. Se observado o período entre 2008 e 2018, verifica-se que o percentual permanece entre 3% e 4%. Além disso, conforme apontado também por Cooper (2019, p. 4), tal observação corrobora para a hipótese de que os gastos do governo russo em Defesa foram excepcionalmente maiores entre 2012 e 2014, quando o Kremlin estava disposto a implementar a maior parte do GPV-2020.

Nesse sentido, a média do peso dos gastos em Defesa vista ao longo da década condiz com estudos feitos anteriormente, os quais afirmavam que a manutenção dos gastos em torno de 4% do PIB seria suficiente para os propósitos militares russos e o máximo que sua economia poderia sustentar a longo prazo (BARABANOV; MAKIENKO; PUKHOV, 2012, p. 14). Portanto, pode-se concluir que, a despeito do grande investimento previsto pelos programas GPV-2020 e GPV-2027, o governo russo não aparenta estar sobrecarregando sua economia com gastos excessivos e demonstra ciência e cautela quanto aos investimentos militares, sobretudo ao se observar que o montante real investido entre 2011 e 2017 esteve muito aquém do que fora anunciado de início. Conseqüentemente, o incremento dos gastos militares alocados para a compra de novas armas e equipamentos³⁹, não implica, necessariamente, em um maior peso dentro do orçamento federal russo.

Concernente ao desenvolvimento tecnológico-militar russo, as sanções pós-Crimeia também se constituem como um desafio para os esforços de modernização de seu aparato bélico. Na esteira do conflito, a indústria de Defesa russa foi especialmente afetada no fornecimento de equipamentos e componentes microeletrônicos⁴⁰, em grande medida importados da Ucrânia e de suma importância para o programa de construção naval do país (COOPER, 2019, p. 7). Uma forma de contornar as sanções seria a importação desses componentes de países como Índia ou China. Entretanto, conforme Connolly e Boulègue (2019,

³⁸ Dados da variação do PIB russo retirados do Banco Mundial.

³⁹ Passou de 28% em 2008 para 37,7% em 2018, com o ápice de 45% em 2014.

⁴⁰ A escassez de produtos nessas áreas foi chamada de “tendão de Aquiles” da indústria militar russa pelo ex-Vice Primeiro-Ministro encarregada da Indústria de Defesa da Dmitri Rogozin (COOPER, 2019, p. 7)

p. 30), os designs indianos e chineses não são compatíveis com os padrões dos componentes russos. Desse modo, argumenta-se que a mudança do plano de compras de armas da Marinha no GPV-2027 em relação ao seu predecessor não teve somente motivos estratégicos – a ênfase na produção de submarinos e barcos menores para atuação nas áreas costeiras a partir da estratégia de A2/AD em vez de grandes navios e porta-aviões para aumentar a força expedicionária da Rússia (PARNEMO, 2019, p. 66-67) – mas também motivos de ordem econômica e produtiva.

Com o objetivo de superar a escassez de insumos eletrônicos para a indústria militar decorrente das sanções de países da OTAN e Ucrânia, o governo russo lançou, ainda em 2014, dois programas de substituição de importação. No entanto, a completa implementação do programa foi postergada para 2021. A meta do programa é atingir 85% dos componentes e equipamentos militares produzidos domesticamente até 2025. Sem embargo, a busca pela autossuficiência da indústria de Defesa também pode desencadear consequências no potencial tecnológico e na sustentabilidade do modelo industrial militar da Rússia. O modelo de substituição de importação, somado ao aumento das taxas de juros sobre os empréstimos às indústrias⁴¹, e à desvalorização do rublo impactam negativamente no custo de produção do complexo industrial-militar russo (CONNOLLY, BOULÉGUE, 2018, p. 29-32; DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 75). Além disso, autores apontam para o risco de “superespecialização” da produção industrial militar russa ao longo do programa GPV-2027, uma vez que o Ministério da Defesa tende a dar prioridade para a compra de modelos que foram bem sucedidos no GPV-2020, numa lógica de “campeões industriais”. Como consequência, as empresas do complexo militar-industrial russo seriam encorajadas a continuar produzindo apenas o exigido pelas forças armadas e deixariam de investir em Pesquisa e Desenvolvimento e inovações tecnológicas para o setor.

Como já citado, a indústria de Defesa russa prioriza o desenvolvimento de armas baseados em designs soviéticos, muito em razão do investimento insuficiente feito em P&D em comparação com gasto total em armas. Segundo dados de Cooper (2013, p. 22), a porcentagem gasta com o desenvolvimento de novas tecnologias militares em relação ao total de gastos de compras de novas armas caiu anualmente de 2005 (quando atingiu 34,6%) a 2013 (com 14,9%). A única exceção no período foi em 2009, com um aumento de 3% em relação a 2008.

⁴¹ O aumento da taxa de juros também está relacionado às sanções pós-Crimeia. Decorrente dessa, houve um agravamento do declínio de Investimentos Externos Diretos (IED) na Rússia, que já apresentava queda desde 2009. Em 2013, as IED representavam 3,1% do PIB russo, ao passo que em 2015 o montante era de apenas 0,49%. Devido à fuga de capitais, as taxas básicas de juros na Rússia subiram fortemente, afetando os custos de produção de sua indústria (RADIN et al., 2019, p. 25).

O déficit russo nesse quesito também está ligado a questões demográficas do período pós-soviético. Entre 1996 e 2014, cerca de 700 mil profissionais da área deixaram o país (RADIN et al., 2019, p. 27). Além disso, o complexo-industrial militar da Rússia passou por uma grande reestruturação no início do século XXI. Entre 2002 e 2006, o governo Putin promoveu o Programa de Reforma e Desenvolvimento do Complexo Industrial-Militar, aprovado em 2001, cujo um dos principais objetivos era torná-lo mais concentrado, em um formato vertical de holdings (COOPER, 2005, p. 437). O programa promoveu uma série de fusões entre empresas, como Almaz e Antey, que em 2002 formaram a holding Corporação Almaz-Antey⁴² através de um decreto presidencial (ALMAZ-ANTEY, site). Em novembro de 2007, Vladimir Putin fundou, também a partir de um decreto presidencial, a holding estatal Rostec. Conforme o próprio site institucional da empresa, em julho de 2008 a corporação estatal possuía 426 empresas subsidiárias, cujo total de ativos era de 630 bilhões de rublos.

A nacionalização de centenas de empresas do setor de Defesa teve como intuito salvar grande parte delas do risco de insolvência e outras crises⁴³. Atualmente, a Rostec é composta de 13 holdings que atuam nas áreas de tecnologia de defesa e civil, nos setores de aeronaves, armamentos e eletrônicos. Empresas como UralVagonZavod e United Aircraft Corporation, respectivamente a maior construtora de tanques de combate a nível mundial, e uma empresa guarda-chuva dona de subsidiárias como as tradicionais Sukhoi e Ilyushin, fazem parte do complexo da Rostec. Além disso, a Rosoboronexport, empresa estatal responsável pelas exportações da indústria bélica russa, também é subsidiária da Rostec.

Conforme aponta McDermott (2020, online), líderes das empresas do complexo-militar industrial russo demonstraram insatisfação quanto ao modelo de ordem de compra do Ministério da Defesa, alegando que o planejamento pressiona por baixos custos e impede a otimização da produção industrial do setor e o aumento dos lucros das empresas. Ademais, também ressaltaram a baixa alocação de recursos para P&D. Nesse sentido, as empresas não têm garantia de que a produção de novos modelos será comprada pelo Ministério. Segundo Connolly e Boulègue (2018, p. 34-35), a concentração das empresas tem reflexo no processo de precificação das ordens de compra do Estado russo, que resulta na falta de transparência nas negociações dos preços entre a indústria e o Ministério da Defesa. Durante seu mandato como ministro, Serdyukov buscou aumentar a influência das Forças Armadas no processo de

⁴² Maior produtor russo de sistema de mísseis de defesa antiaérea, como o sistema S-400 utilizado na Síria.

⁴³ Segundo o site da Rostec, 148 empresas estavam em declínio financeiro; 28 estavam em processo de falência, 17 haviam encerrado suas atividades, e 27 já haviam perdido, ou estavam prestes a perder grande parte de seus ativos.

precificação, mas sofreu resistência dentre as empresas. Quando Shoigu assumiu o cargo, adotou uma postura de menos confrontação nas negociações com os fornecedores. Em 2018, foi aprovada uma nova fórmula de precificação dos armamentos militares que deverá ser concluída em 2027. Essa fórmula foi criada pelo Serviço Federal Antimonopólio da Rússia para regular os preços com o objetivo de reduzir os custos de produção e aumentar a eficiência do complexo industrial-militar russo como um todo.

Para aumentar a capacidade de produção e inovação tecnológica, o governo russo criou, em 2012, a Fundação Projetos de Pesquisa Avançada na Indústria de Defesa (FPI, na sigla em russo). O objetivo da FPI é delinear a viabilidade dos projetos de desenvolvimento tecnológico e científico de projetos futuros e garantir a superioridade russa em tecnologia de Defesa no espaço de 20 anos. Para além do FPI, o Ministério da Defesa ainda conta com 12 centros de pesquisa especiais, criados por um decreto presidencial em 2013, cujos trabalhos em P&D varia conforme suas áreas de expertise, direcionados para todos os ramos das forças armadas (CONNOLLY, BOULÉGUE, 2018, p. 32).

Por fim, o cenário político e social da Rússia na próxima década poderá ter papel fundamental na continuação dos projetos de modernização das forças armadas. No caso da permanência de Putin no cargo de presidente⁴⁴ ao longo da década, ou como primeiro-ministro como fora entre 2008-2012, é provável que o ímpeto de aquisição de novas armas permaneça como tal. Tal afirmação resulta da análise da política externa russa sob o comando de Putin, sobretudo na última década, marcada pela reivindicação do status de grande potência da Rússia com papel protagonista no concerto de segurança internacional calcada pela força militar do país. Além disso, discursos de Putin costumam reiterar a restauração do orgulho das Forças Armadas da Rússia e da importância em manter de forma contínua a modernização das armas russas, como visto em seu discurso dirigido ao Ministério da Defesa em fevereiro de 2020:

O nível de 70% de equipamentos modernos para as tropas é importante de ser alcançado e deve se manter estável no futuro. Eu repito: nossa tarefa não é rearmar as forças armadas uma vez e depois esquecê-las por décadas. Elas precisam estar sempre equipadas com a última tecnologia e equipamentos [...] Se queremos ganhar, precisamos sempre ter a vantagem tecnológica sobre as forças armadas estrangeiras. (IVANOV, 14 de fevereiro de 2020, tradução nossa).

⁴⁴ No momento da escrita deste trabalho, o quarto mandato de Putin terminará em 2024. No entanto, conforme a reforma constitucional aprovada em 01 de julho de 2020, Putin poderá concorrer em mais duas eleições seguintes, possibilitando sua permanência como presidente até 2036.

Ainda que Putin não esteja, no futuro, em cargos de liderança no governo russo, é improvável uma virada política de magnitude suficiente que reverta por completo a Política de Defesa russa. Como já mencionado, a história política russa está intrinsecamente relacionada com a sua história militar, como um fator constituinte da identidade nacional do país e do lugar ocupado – ou o lugar que Moscou busca ocupar – no cenário político internacional. Contudo, argumenta-se que desdobramentos econômicos e sociais ao longo da década, principalmente em relação à intensidade e duração dos impactos econômicos da pandemia atual de COVID-19, podem desempenhar papel fundamental no redirecionamento de recursos destinados ao setor de Defesa para outras áreas da política e economia russa. Além disso, uma eventual desestabilização política e social, cujo oposto pode ser considerado o maior trunfo da Era Putin a nível doméstico, tem potencial para diminuir o apoio político da sociedade ao governo e, conseqüentemente, às políticas de Defesa e do papel desempenhado pelas forças armadas.

Somado a fatores domésticos, os eventos da política internacional ao longo da década também terão papel crucial na definição de ameaças à Rússia e dos objetivos da política de Defesa do país. Como implícito na hipótese deste trabalho, a correlação entre sua capacidade militar e sua política externa faz com que o ambiente internacional de segurança ao longo da década impacte diretamente na política de Defesa da Federação Russa. Além disso, em termos estratégicos-operacionais, experiências em combate, como foram os casos na última década de atuações na Ucrânia e na Síria, bem como os desdobramentos políticos e econômicos destes, também podem refletir em mudanças da doutrina militar do país, alterando a estrutura de suas forças armadas, a estratégia de Defesa e os equipamentos e armas militares a serem desenvolvidos para guerras futuras.

2.6 Conclusão: forças armadas pós-soviéticas

O programa de reformas anunciado em 2008 tem como objetivo dotar a Rússia de forças militares capazes de lidar com os desafios da segurança internacional enfrentados pelo país após a dissolução da União Soviética. Como resultado das reformas em curso, as Forças Armadas da Rússia passaram por uma transformação no que tange às estruturas de comando-e-controle, distanciando-se do modelo característico da era soviética e emulando os modelos ocidentais. Ao contrário do que foi observado ao longo dos governos Yeltsin, Putin buscou, ao longo de seus mandatos como Presidente, restabelecer a supremacia da esfera civil sobre os líderes militares e passou a exercer maior influência nas forças armadas, sobretudo através da centralização de poder ao redor de sua figura no Conselho de Segurança da Federação Russa.

Além disso, o Ministério da Defesa teve um incremento no total de servidores civis e a pasta passou a ter maior controle sobre o Estado-Maior.

Contudo, as reformas não significam romper por completo com a tradição militar soviética. Por esse motivo, a análise a partir do conceito de “retenção-e-adaptação”, conforme proposto pela Defense Intelligence Agency (2017) parece mais frutífera para o entendimento do termo pós-soviético do que a completa ruptura. Sobretudo, a reforma militar russa trata da adaptação ao modelo de guerra contemporânea introduzido pelos Estados Unidos ao fim da Guerra Fria no contexto da Guerra do Golfo, marcada pela extensa utilização de tecnologia e informação e conceitos como o de Guerra Eletrônica (*Electronic Warfare*). Além disso, a reforma dá-se à luz das condições econômicas, sociais e políticas impostas à Rússia após a dissolução do bloco soviético.

No aspecto organizacional e operacional, a reforma caracterizou-se pela adoção – ainda que não por completo – de brigadas, em detrimento do modelo de divisões. O objetivo foi possibilitar à Rússia contar com unidades militares mais compactas e de maior agilidade e prontidão. Como resultado, houve uma grande redução no número total do corpo de oficiais, sobretudo em posições de alto comando como majores e coronéis e com aumento do número de tenentes. Além disso, foram reorganizados os distritos militares, cujos comandantes passaram a ter controle total sobre as forças estacionadas em seu território. Nesse sentido, a hierarquia de comando-e-controle das tropas passou a ser em três níveis (comando regional estratégico – comando operacional – brigada).

Outra frente da reforma foi tornar a carreira militar mais atrativa. Para tanto, a Rússia passou a adotar um modelo misto entre conscritos e profissionais; aumentou os salários dos militares e buscou melhorar as condições sociais da vida nos quartéis, consideradas degradantes e violentas nos anos 1990. Com a volta de treinamentos anuais de larga escala, a agilidade de prontidão, locomoção e a qualidade de combate das forças russas foram significativamente melhoradas, principalmente devido a atuações em combate reais como no caso da Síria.

No que tange à modernização de seu arsenal convencional e nuclear, Moscou vem investindo há uma década em novos armamentos e equipamentos militares C4SIR que possibilitem ao país engajar-se em uma Guerra Eletrônica marcada pela alta tecnologia e importância do aspecto informacional, ao mesmo tempo em que mantém a capacidade de dissuasão estratégica em relação aos Estados Unidos. Segundo o governo russo, atualmente a maior parte de suas armas são consideradas modernas. Nesse sentido, as experiências de combate na Ucrânia e Síria também contribuem para o teste dos novos modelos desenvolvidos e eventuais adequações de ordem operacional, além de servirem como espaço de exibição de

novas armas para consolidar a Rússia como um dos maiores provedores de armamento no mercado internacional e contribuir para o desenvolvimento de seu complexo-militar industrial.

Em suma, a institucionalização de um modelo militar pós-soviético consiste em adotar uma concepção estratégica que não tenha apenas os Estados Unidos e a OTAN como única ameaça à segurança nacional da Rússia, ainda que continuem sendo o principal foco entre militares e políticos. Nesse sentido, as decisões da Política de Defesa do país ainda são feitas, majoritariamente, levando em conta as ações do bloco Ocidental. No entanto, as mudanças efetuadas nas Forças Armadas da Rússia refletem a preparação para o embate em guerras múltiplas, de baixo atrito e contra forças paramilitares e insurgentes. Para isso, ao invés de se constituir de uma força baseada na mobilização em massa de toda a nação, como na era soviética, as Forças Armadas Russas contemporâneas são organizadas de forma que buscam seguir os princípios da agilidade e eficiência. Nesse sentido, pretendemos, no próximo capítulo, elucidar a evolução do pensamento estratégico na Rússia formulado a partir de novas concepções de conflitos nas relações internacionais contemporâneas.

3 GIBRIDNAYA VOYNA: A GUERRA HÍBRIDA RUSSA

A história da Rússia é marcada por uma sucessão de guerras em seu território. Ao longo dos séculos, o país sofreu a invasão mongol (século XIII), da França de Napoleão (1812) e da Alemanha de Hitler (1941), além de inúmeras outras guerras contra o Império Otomano e Suécia (século XVIII), para citar apenas algumas. Ademais, a singularidade do território russo, notadamente uma espécie de corredor que conecta os continentes europeu e asiático, faz com que o país esteja cercado por uma variedade de países e elementos diversos que são percebidos pelo governo central como focos latentes de ameaça à segurança nacional. Por fim, a Rússia abriga uma grande diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa, que em conjunto com questões de ordem política, econômica e social, podem se tornar focos de tensão e instabilidade doméstica, como visto nas duas guerras da Chechênia na década de 1990. Essa convergência de fatores levou à formação de uma identidade nacional russa descrita por Fiori (2017, online) como “bélica e defensiva”.

Paralelamente ao aumento dos investimentos em Defesa e reestruturação de suas forças armadas debatidas no capítulo anterior, Moscou se lançou em três campanhas militares: na Geórgia, em 2008; na Crimeia, em 2014, e na Síria, em 2015, na primeira incursão fora do espaço pós-soviético desde a queda do bloco comunista. Esses eventos surpreenderam a comunidade internacional não somente pela demonstração do avanço estratégico, operacional, tático e tecnológico das tropas russas, mas principalmente pela disposição política do Kremlin em utilizar da força militar para conquistar seus objetivos em nome da defesa de seus interesses nacionais. Em decorrência dessas ações, cresceu a percepção entre analistas e governos do Ocidente de que a política externa russa na Era Putin não é apenas assertiva, mas sobretudo imprevisível e ofensiva, pautada no uso do aparato militar e sua retórica para se posicionar como polo de oposição à Europa e aos Estados Unidos.

Em meio a essa conjuntura, o atual capítulo versa sobre o pensamento estratégico russo contemporâneo e como este evoluiu de forma concomitante à reforma militar e aos acontecimentos no cenário internacional e seus desdobramentos. Nesse sentido, o capítulo se subdivide em duas partes. Na primeira parte, utiliza-se da análise de três documentos oficiais da Federação Russa que servem como base para a definição da política de Defesa do país: a Doutrina Militar (1993, 2000, 2010 e 2014), o Conceito de Política Externa (2000, 2008, 2013 e 2016) e o Conceito de Segurança Nacional (1997, 2000, 2009 e 2015). A análise será feita a partir da divisão em três períodos: 1) 1993-1999; 2) 2000-2010; 3) 2010-2016. O objetivo é destacar mudanças e continuidades no discurso oficial russo à luz do aumento de sua capacidade

militar e confiança nesta como ferramenta de política externa. Na segunda parte, busca-se compreender o pensamento estratégico russo contemporâneo a partir da discussão do que é comumente chamado por analistas ocidentais de “Doutrina Gerasimov”, a partir da relação desta com os conceitos de “guerra híbrida”, “guerra assimétrica” e “guerra indireta”. Ao final, espera-se chegar a um entendimento mais preciso e contextualizado da postura estratégica da Rússia no século XXI.

3.1 A política de Defesa da Rússia pós-soviética

3.1.1 1993-2000:

Na primeira década após a queda da União Soviética, a Rússia deixou de ser uma superpotência e passou a figurar em segundo plano no cenário internacional. Não obstante a disposição do governo Yeltsin em cooperar com o Ocidente, a sensação de insegurança gerada pelas turbulências do mundo pós-soviético, cujos reflexos na integridade do território controlado por Moscou eram motivo de preocupação para o Kremlin, resultava na incongruência entre a vontade política de cooperação internacional e a política de Defesa do país.

A primeira Doutrina Militar da Federação Russa – chamada de *The Basic Provisions of the Military Doctrine of the Russian Federation* – foi publicada em 1993. Nela, foram estabelecidas duas principais tendências. Logo na introdução, o documento ressalta o caráter *sui generis* do então recém-formado Estado russo, que implicava na necessidade de garantir sua consolidação do Estado e implementação de reformas. A nível internacional, percebe-se uma visão mais positiva e otimista, sobretudo em razão do fim do enfrentamento ideológico, favorável à cooperação através de meios político-diplomáticos e outros meios não-militares. O documento enfatiza que as chances de uma guerra global, seja convencional ou nuclear, eram consideravelmente reduzidas e praticamente inexistentes (RÚSSIA, 1993, segunda seção, subseção 2.1, primeiro parágrafo).

Dentro desse contexto, a Doutrina Militar de 1993 elencava uma série de ameaças externas e internas. Quanto às primeiras, destacavam-se: 1) reivindicações sobre o território da Federação Russa e seus aliados; 2) conflitos armados e guerras existentes ou potenciais nos arredores das fronteiras russas; 3) proliferação de armas nucleares e armas de destruição em massa; 4) o fim da estabilidade estratégica em razão de possíveis quebras de acordo que limitavam e reduziam os sistemas de armamentos dos países; 5) a expansão de blocos militares

e alianças em detrimento dos interesses de segurança militar da Federação Russa; 6) terrorismo internacional. Em relação às ameaças internas, destacava-se a preocupação com as atividades de grupos nacionalistas e separatistas que viessem a desestabilizar a integridade territorial russa, e tentativas de derrubar o sistema constitucional do Estado russo através do uso da força (RÚSSIA, 1993, segunda seção, subseção 2.1).

Como forma de resposta às ameaças delineadas, o papel das Forças Armadas da Rússia era garantir a independência, soberania e integridade territorial do país, e a segurança de seus cidadãos, conceitos que permaneceriam como ponto-chaves nas edições posteriores. No entanto, a doutrina afirmava que a Rússia não reconhecia nenhum outro Estado como seu inimigo e estabelecia, portanto, que as forças armadas só seriam utilizadas em caso de resposta a uma agressão ao território russo, aos seus cidadãos, às próprias forças armadas e a aliados. A doutrina também se posicionava a favor do fim dos testes nucleares e advogava por iniciativas de diálogo que buscassem o banimento deste arsenal. Não obstante, a doutrina retirou o princípio de não-primeiro uso de armas nucleares – tradicional da doutrina soviética (BRUUSGAARD, 2018, p. 31) – e reservava à Rússia o direito de utilização destas em resposta a uma agressão contra seu território, forças armadas ou quaisquer outra unidade militar ou a algum aliado (RÚSSIA, 1993, segunda seção, subseção 2.1). Nesse sentido, argumenta-se, como já indicado no capítulo anterior, que a disposição em usar de seu arsenal nuclear para garantir a segurança do Estado russo passou a ter maior relevância após a queda do bloco soviético e a consequente fragilização do aparato militar convencional de Moscou, servindo como elemento último garantidor da estratégia de dissuasão.

O Conceito de Segurança Nacional de 1997 é um documento majoritariamente descritivo que, embora destaque as possibilidades de cooperação russa com organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), possui um tom menos otimista que à Doutrina Militar de 1993. O texto indica a perspectiva de criação de um mundo multipolar e afirma que os interesses de segurança internacional da Rússia eram comuns a outros Estados, mas destaca a perda de influência da Rússia no concerto internacional e na busca por soluções para esses mesmos problemas (RÚSSIA, 1997, primeira seção, parágrafos 1-9). Ainda, o documento enfatiza que o país estava ficando defasado em relação aos países desenvolvidos em termos científicos e tecnológicos, além de destacar a crescente dependência da importação de bens de consumo e alimentos, e o êxodo de capital humano (RÚSSIA, 1997, primeira seção, parágrafos 13-14). Nesse sentido, a data de publicação da primeira edição do Conceito de Segurança Nacional – em meio à grave crise econômica e

financeira que assolava o país – é crucial para o entendimento da perspectiva menos otimista do que a Doutrina Militar publicada quatro anos antes.

3.1.2 2000-2010:

No ano de 2000, já com Putin como presidente, as publicações dos três principais documentos de Defesa e política internacional da Rússia denotavam uma perspectiva mais crítica de Moscou acerca do cenário internacional. Nesse sentido, destaca-se a primeira publicação do Conceito de Política Externa da Federação Russa, documento base sobre a visão russa do Sistema Internacional e dos objetivos e interesses definidos por Moscou.

O documento salientava como principal tarefa da política externa russa a garantia de segurança do indivíduo e da sociedade, além de assinalar a visão da Rússia como uma grande potência e um dos principais centros de influência do mundo moderno, cujos interesses deveriam ser defendidos (RÚSSIA, 2000a, primeira seção, parágrafos 4-6). O objetivo da Rússia já se definia, portanto, em estabelecer uma ordem multipolar que levasse em conta a variedade de interesses das relações internacionais. Ao mesmo tempo, o documento destacava a tendência de formação de uma estrutura de poder internacional unipolar dominada pelos Estados Unidos, cujas ações unilaterais se transformariam em potenciais focos de desestabilização e, portanto, ameaças à segurança internacional (segunda seção, parágrafos 3-5). Nesse sentido, o documento afirmava o posicionamento russo contrário ao uso da força sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU e criticava o uso dos conceitos “intervenção humanitária” e “soberania limitada” para justificativa de ações unilaterais, em uma clara alusão ao bombardeio da OTAN na Guerra do Kosovo, em 1999 (terceira seção, subseção 3.2, parágrafo 7).

A possibilidade de cooperação com a OTAN permaneceria, enquanto fossem respeitados parâmetros como o não-uso ou ameaça do uso da força, e não-alocação de armas convencionais ou nucleares e seus sistemas de lançamento e entrega nos territórios de novos membros. Na perspectiva russa, a situação política e militar da OTAN, à época, não coincidia com os interesses securitários de Moscou e ocasionalmente os contradizia. Novamente sem citar o episódio kosovar, o documento criticava “o novo conceito estratégico da OTAN que não exclui o uso de operações de força fora da zona de aplicação da organização sem o aval do Conselho de Segurança da ONU” (RÚSSIA, 2000a, quarta seção, parágrafo 15, tradução nossa).

Já o Conceito de Segurança Nacional, também publicado em 2000, não apresentava mudanças substanciais quanto à primeira versão de 1997. No entanto, cabe destacar um ponto que seria crucial para o desenvolvimento da política de Defesa russa a partir da Era Putin e que se circunscreve na hipótese deste trabalho: a urgência de uma reforma militar. Segundo as disposições do documento, a demora para a realização de uma reforma militar e do complexo industrial de Defesa, além da quantidade inadequada de recursos, levavam à defasagem tecnológica e à baixa qualidade operacional e do treinamento das tropas, que diminuam a segurança militar da Rússia (RÚSSIA, 2000b, terceira seção, parágrafo 23).

A Doutrina Militar tampouco apresentava alterações fundamentais em relação a sua versão anterior quanto às definições das principais ameaças externas e internas à Rússia. Não obstante, apontava a “desconsideração” com as preocupações russas nas resoluções de conflitos internacionais e a oposição ao fortalecimento da Rússia como um dos centros de poder em um mundo multipolar (RÚSSIA, 2000c, parágrafo 5, segundo tópico). Em especial, o documento continha críticas quanto às tentativas de enfraquecer e ignorar mecanismos de segurança internacional, ao agir por meio de força militar em nome da intervenção humanitária sem a sanção do Conselho de Segurança da ONU, novamente em referência à ação da OTAN no Kosovo no ano anterior (parágrafo 3, segundo tópico).

Vale destacar, também, as disposições do documento sobre a política nuclear russa. Conforme consta no oitavo parágrafo e seus subtópicos, a Rússia necessitava contar com todo seu arsenal disponível, inclusive o nuclear, que garantisse algum dano a um potencial agressor em qualquer circunstância. Nesse sentido, a Doutrina permitia a Moscou a utilização de suas ogivas nucleares em resposta a agressões com qualquer tipo de arsenal bélico, inclusive armas de destruição em massa. Ainda que a mudança seja muito sutil em relação à Doutrina de 1993, deixava explícito que o leque de possibilidades para uma resposta nuclear seria mais abrangente em relação ao tipo de agressão sofrida. Além disso, o documento destacava que a utilização de suas armas nucleares, ao salvaguardar a segurança da Federação Russa e de seus aliados, também seria responsável por manter a estabilidade internacional e a paz.

Após um hiato de oito anos, Moscou voltou a publicar um documento oficial estratégico, com a segunda edição do Conceito de Política Externa da Federação Russa. A edição de 2008 continuava com a visão da Rússia como importante centro de influência mundial e do papel crucial desempenhado pelo país na manutenção da segurança internacional em razão de sua posição no CSNU. Mas, como principal diferença, constava no documento uma crítica quanto à incapacidade do modelo tradicional de alianças militares e políticas em lidar com os desafios do mundo contemporâneo, uma vez que estes seriam transnacionais em sua natureza. Na visão

rusa, a abordagem via blocos políticos e militares estaria sendo substituída por uma rede de diplomacia baseada em normas flexíveis de participação na estrutura internacional para a busca da solução comum dos problemas (RÚSSIA, 2008, segunda seção, parágrafo 6). Diferentemente de 2000, o documento de 2008 afirmava o prenúncio do fim do modelo internacional dominado pelo Ocidente (segunda seção, parágrafo 11). Sobre a OTAN, o documento novamente criticava os projetos de expansão, principalmente as negociações para adesão de Ucrânia e Geórgia, ao mesmo tempo em que ressaltava a disposição em cooperar, via Conselho Rússia-OTAN, com base no reconhecimento mútuo de interesses a partir de uma visão realista sobre a aliança militar ocidental (quarta seção, parágrafo 21).

Além disso, o documento aumentava o escopo das áreas de interesse da Rússia, cabendo o destaque ao Ártico, citado em dois parágrafos como prioridade regional através da cooperação com os países nórdicos – a saber, Noruega e Dinamarca, apesar de o documento não especificar – e Canadá (RÚSSIA, 2008, quarta seção, parágrafos 19; 29). O poder militar agora passava a ser citado como uma parte importante do conjunto de outras formas de poder – fatores econômicos, políticos, científicos, ecológicos e informacionais – e não mais era visto como uma variável cuja relevância tornar-se-ia cada vez menor como observado no documento de 2000 (RÚSSIA, 2008, parágrafo 7; RÚSSIA, 2000a, segunda seção, parágrafo 2).

No ano seguinte, foi publicada a terceira edição do Conceito de Segurança Nacional. Logo de início, o documento apresentava uma perspectiva mais positiva sobre a situação doméstica na Rússia, afirmando que o país havia conseguido superar os problemas político e socioeconômicos da década de 1990 (RÚSSIA, 2009a, primeira seção, parágrafo 1). Sobretudo, o documento destacava que as relações internacionais estariam transacionando do princípio de blocos para um modelo de diplomacia multivetorial que, em conjunto com a política externa pragmática de Moscou e sua disponibilidade de recursos, geravam condições ideais para aumentar a influência russa nas relações internacionais (RÚSSIA, 2009a, segunda seção, parágrafo 9). Assim como feito no Conceito de Política Externa, também constava neste documento a necessidade da transformação das forças armadas e de outras instituições militares para a fortalecer a estratégia de defesa nacional (RÚSSIA, 2009a, quarta seção, parágrafos 28 e 29).

Nesse sentido, o Conceito de Segurança Nacional destacava que o desenvolvimento de novos sistemas de armas de precisão pelos Estados Unidos⁴⁵, bem como o projeto de instalação

⁴⁵ Referente ao projeto estadunidense conhecido como *Prompt Global Strike (PGS)*. Conforme Piccolli (2019, p. 21; 245), o PGS se traduz como uma ofensividade estratégica que visa possibilitar aos Estados Unidos uma resposta em menos de uma hora a partir de qualquer ponto do globo. A lei que estabeleceu

de um sistema antimísseis na Europa⁴⁶, minava a estabilidade global e regional (RÚSSIA, 2009a, primeira seção, parágrafo 12; quarta seção, parágrafo 96). Também vale destacar a nova menção à determinação da Rússia em buscar um mundo multipolar com Moscou como um centro de poder (primeira seção, 1; terceira seção, parágrafos 21; 24), e a menção ao Ártico como uma região de possível competição por recursos naturais, nos quais os interesses russos deveriam ser defendidos a partir do aumento da infraestrutura militar em território ártico (RÚSSIA, 2009a, segunda seção, parágrafo 11; quarta seção, parágrafos 42; 62).

Essa nova menção ao Ártico veio após a publicação de *The Fundamentals of Russian State Policy in the Arctic up to 2020 and beyond*, em março de 2009, destacando a crescente importância dada pelo Kremlin à região. O documento destacava a importância militar do Ártico como zona fronteira na qual, portanto, a presença militar deveria ser garantida (RÚSSIA, 2009b, parágrafo 6b). A crescente atenção dada pelo governo russo ao Ártico – ilustrada pela expedição *Artika 2007*, na qual uma bandeira russa fora hasteada no relevo oceânico próximo ao Círculo Polar do Norte como símbolo do retorno do país à região e reivindicação sobre o território (RUSSIA..., 2007) – tem atraído a atenção de analistas como provável nova fronteira de disputa geopolítica, estratégica e por recursos entre Rússia e outros países que compõem o círculo do Ártico⁴⁷.

Em 2010, o governo russo lançou a terceira edição de sua doutrina militar. Já de início, o documento apresenta uma nova perspectiva russa sobre o Sistema Internacional, ao destacar que haveria a diminuição da “dominação política, econômica e militar de certos Estados (ou grupo de Estados) e alianças, e um aumento da influência de outros Estados que anseiam pela inclusão e a multipolaridade” (RÚSSIA, 2010, terceira seção, parágrafo 7, tradução nossa). Importante ressaltar que o documento foi publicado após os acontecimentos da Geórgia, em 2008, e da Líbia, em 2009, e por isso também reflete alterações de escopo e tom da política militar russa. Mesmo que de forma sutil, há uma indicação da tendência em considerar a hegemonia norte-americana como decadente e o surgimento de outros polos de poder, entre eles a Rússia. Além disso, a doutrina militar de 2010 assinalava uma perspectiva mais pessimista quanto à arquitetura de segurança das relações internacionais, que na visão de Moscou não

a destinação de recursos para o projeto foi promulgada em 2003. Em conjunto com o sistema antimísil, Washington teria como objetivo minar a estratégia nuclear russa a partir de armas convencionais possibilitando sua primazia nuclear.

⁴⁶ Referente ao acordo entre Estados Unidos, Polônia e República Tcheca, firmado durante o governo Bush, que instalaria um sistema de defesa antimísseis nos países Leste Europeu. O projeto, no entanto, foi abandonado pela Administração Obama, em 2009 (LAGE; COELHO, 2009).

⁴⁷ Exemplos de literatura sobre o tema podem ser encontrados em Blank (2011); Carlsson e Granholm (2013) e Lackenbauer e Lalonde (2019).

garantiria uma segurança igual a todos os Estados. Sobretudo, apontava para o fato de que os conflitos regionais não resolvidos, muitos deles fronteiriços à Rússia, teriam a tendência de evoluir para um embate armado e outras formas de ameaças militares ao país que não necessariamente através do uso de meios convencionais ou nucleares (RÚSSIA, 2010, segunda seção, parágrafo 7, tópicos 2 e 3).

Ademais, pela primeira vez a doutrina militar nomeava especificamente a OTAN como principal ameaça à segurança do país através das práticas de uso da força do bloco militar em violação às normas internacionais e ao alargamento da aliança ocidental para países próximos à fronteira russa (RÚSSIA, 2010, segunda seção, parágrafo 8a). Assim como o Conceito de Política Externa de 2009, a doutrina também atualizou a seção de principais ameaças externas, indicando a criação de sistema de defesa de mísseis estratégicos que diminuiria a estabilidade estratégica global e a correlação de forças nucleares, a militarização do espaço e a instalação de sistemas de armas de precisão estratégica não-nuclear (RÚSSIA, 2010, segunda seção, parágrafo 8d).

A doutrina militar de 2010 também dispunha sobre novas tendências dos conflitos militares contemporâneos, afirmando a crescente inter-relação entre meios militares e não militares, a intensificação do caráter informacional da guerra, e o aumento do poder de destruição de sistemas de armas tão efetivos quanto as armas nucleares. Nesse sentido, cresce a importância do engajamento eletrônico para o desenvolvimento da guerra, da rapidez e da supremacia das tropas e do arsenal nuclear como garantidor da estratégia de dissuasão de ataques ao território russo e irrompimento de conflitos (RÚSSIA, 2010, segunda seção, parágrafos 14-16). Nesse aspecto, a Rússia se reservava o direito de utilizar seu arsenal nuclear em resposta a um ataque nuclear ou de armas de destruição em massa contra si ou contra qualquer aliado, bem como em resposta a uma agressão em larga escala que utilize armas convencionais em situações críticas à segurança nacional e existência do Estado russo (RÚSSIA, 2010, terceira seção, parágrafo 22).

Como principal componente de diferenciação em relação às edições prévias, destaca-se a afirmação do documento sobre a necessidade de desenvolver a cooperação multilateral nos âmbitos da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), CEI, Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Sobretudo, afirma-se na Doutrina Militar de 2010 a disposição russa em cooperar com OTAN e União Europeia, com base no comum interesse da segurança internacional, desde que pautada no respeito mútuo e em mesmo nível de igualdade entre as potências sobre seus interesses e com a elaboração de decisões coletivas (RÚSSIA, 2010, terceira seção, parágrafo 19e).

3.1.3 2011-2016:

Nesse terceiro período, Moscou publicou em série novas edições de seus documentos bases de política de Defesa. Neles, apesar das linhas gerais permanecerem, percebe-se a influência dos desdobramentos das operações militares da Rússia na Crimeia e na Síria, bem como o desgaste das relações com o Ocidente e a concretização da visão do governo russo do papel protagonista a ser desempenhado pelo país na esfera internacional.

Em 2013, o Conceito de Política Externa explicitava que a queda da capacidade do Ocidente em manter sua dominação de poder mundial continuava e era dispersada para outros polos no Leste, sobretudo na região Ásia-Pacífico. Essa nova configuração e a tentativa do Ocidente em manter seu poder resultavam em um ambiente internacional mais instável (RÚSSIA, 2013, segunda seção, parágrafo 6). A dimensão militar era citada para definir que, em razão do menor risco de uma guerra em larga escala e do uso de armas nucleares, crescia o uso de novos sistemas de armas ofensivos que erodiam a arquitetura de segurança internacional (segunda seção, parágrafo 7) – novamente em referência ao PGS –. Era destacada a importância de mecanismos multilaterais como o G-20, BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), G-8, OCX, e RIC (Rússia, Índia e China) para o desenvolvimento internacional sustentável. Todos estes citados seriam, segundo a perspectiva do governo russo, representações dos países mais importantes em termos geográficos e civilizacionais e que, sob a égide da ONU, seriam responsáveis pelo concerto global (terceira seção, parágrafo 30).

Em 2014 foi publicada a quarta edição da doutrina militar, vigente até o momento. Pode-se observar uma mudança de tom quanto à possibilidade de cooperação com a OTAN e a União Europeia. Enquanto em 2010 era destacado a tarefa de estabelecer relações com estas instituições para uma construção conjunta de segurança coletiva, em 2014 afirmava-se como tarefa apenas a manutenção do diálogo em nível de equidade entre as partes (RÚSSIA, 2014, terceira seção, parágrafo 21h). Considerava-se como principal risco militar interno a provocação de tensões étnicas e sociais que levassem ao extremismo e à desestabilização social, para além de atividades de organizações terroristas e indivíduos com o objetivo de atingir a soberania russa e a integridade territorial. Ainda, o documento considera como ameaça a influência na população – sobretudo entre os mais jovens – a partir de ferramentas informacionais para que estes se voltem contra as “tradições históricas, espirituais e patrióticas do Estado russo” (segunda seção, parágrafo 13). Aqui, trata-se de uma clara alusão ao discurso russo de que as manifestações pró-União Europeia na Ucrânia, em 2014, foram fomentadas pelo Ocidente.

O documento de 2014 também expande o escopo de cooperação regional em segurança ao citar as áreas ocupadas na Geórgia, em 2008, nomeadamente as Repúblicas da Abecásia e Ossétia do Sul, com o compromisso de assegurar a defesa e segurança comuns entre as partes. Ademais, assinala como tarefa a promoção da criação de um novo modelo de segurança baseado em princípios coletivos de não-blocos na região do Pacífico Asiático (RÚSSIA, 2014, terceira seção, parágrafo 20h).

Em 2015 foi publicada a última versão do Conceito de Segurança Nacional, em substituição ao documento de 2009. Na seção “Rússia no mundo moderno” (parágrafos 8 e 9) destaca-se que o país demonstrou habilidade para defender sua soberania, independência, o Estado e a integridade territorial e proteger os compatriotas russos no estrangeiro. Além disso, o texto menciona a participação russa na resolução dos problemas internacionais, solucionando conflitos militares, garantindo a estabilidade estratégica e a supremacia da lei internacional nas relações interestatais. Em ambos os casos, uma clara referência à anexação da Crimeia e ao apoio ao governo de Bashar al-Assad no contexto da Guerra Civil da Síria. O texto afirma que o ambiente internacional tem se tornado cada vez mais competitivo, sobretudo no que tange a disputa por recursos, e cita o Ártico como locus particularmente significativo nesse contexto (segunda seção, tópico 13). Destaca-se a mudança sobre a perspectiva da força militar em relação aos primeiros documentos de Política de Defesa da Rússia. Nesse sentido, o documento afirma que o papel da força como uma variável nas relações internacionais não tem diminuído, mas sim que há aspirações para aumentar a capacidade de sistemas de armas ofensivas, além de acusar a não observância do princípio da segurança igual e indivisível⁴⁸ nas regiões Euroatlântica, Euroasiática e Ásia-Pacífico (RÚSSIA, 2015, segunda seção, parágrafo 14).

O modelo de segurança internacional baseado em blocos militares seria incapaz de lidar com as ameaças e desafios modernos, contribuindo para a percepção russa de que a existência da OTAN não faria mais sentido na contemporaneidade do Sistema Internacional. Após a doutrina militar do ano anterior ter feito uma indicação mais suave, o documento de 2015 acusa o Ocidente de apoiar uma tentativa de golpe de Estado na Ucrânia que levou à radicalização da extrema-direita e à instabilidade em um território vizinho à Rússia, e afirma que as políticas do ocidente de derrubada de regimes são a causa do aumento de grupos terroristas, como o autointitulado Estado Islâmico (RÚSSIA, 2015, segunda seção, parágrafos 16-18).

Em 2016, o Conceito de Política Externa apontava, pela primeira vez de forma explícita, a emergência de um sistema multipolar com novos modelos de desenvolvimento “mais claros

⁴⁸ Princípio estabelecido no momento da criação do Conselho Rússia-OTAN, em 1997 (ZHEBIT, 2003, p. 168).

do que nunca” (RÚSSIA, 2016, segunda seção, parágrafo 4). A disputa entre os Estados também deixou de ser apenas política e econômica e tem se transferido para a dimensão civilizacional, com a tentativa de imposição de valores que levam ao caos e ao descontrole das relações internacionais. Na perspectiva russa, as tentativas dos países ocidentais de manter suas posições privilegiadas internacionalmente através da imposição de seus pontos de vista e a busca por impedir o surgimento de novos centros de poder criaria maiores instabilidades e maior turbulência nos níveis global e regional (segunda seção, parágrafo 5).

Ainda, é destacado o aumento da importância da força como fator nas relações internacionais, cujos esforços para expandir e melhorar as capacidades militares por meio do desenvolvimento e implementação de novos sistemas de armas diminuem a estabilidade estratégica e se apresentam como ameaças à segurança internacional. Alianças políticas e militares existentes não seriam suficientes para combater tais ameaças, já que povos e Estados estão se tornando mais interconectados e, portanto, tentativas de estabilizar a segurança em único território estariam fadadas ao fracasso (RÚSSIA, 2016, segunda seção, parágrafos 6-7).

O documento afirma que, em conjunto com o poder militar, outros fatores possibilitam aos Estados influenciar a política internacional, incluindo capacidades econômicas, legais, tecnológicas e informacionais. Sobretudo, faz menção, o aumento do *soft power* como ferramenta de política externa para obtenção de objetivos geopolíticos, através de métodos como informação e comunicação (RÚSSIA, 2016, segunda seção, parágrafo 9). Como principal mudança em relação à postura sobre os EUA, o documento de 2016, após citar o interesse na cooperação com Washington, toma uma virada mais radical e afirma que:

[...] a Rússia não reconhece a política dos Estados Unidos de jurisdição extraterritorial para além dos limites da lei internacional e considera inaceitável tentativas de exercer pressões militares, políticas, econômicas, ou de qualquer outra natureza, e se reserva o direito de responder firmemente a ações hostis, incluindo o reforço de sua defesa nacional e tomando medidas retaliatórias ou assimétricas. (RÚSSIA, 2016, quarta seção, parágrafo 72, tradução nossa).

3.1.4 Mudanças e continuidades

Apesar de não conterem mudanças substanciais quanto às principais ameaças ao território nacional russo, argumenta-se que as alterações feitas nos documentos oficiais de Defesa ao longo do tempo denotam, sobretudo, uma mudança no tom adotado e na forma como o país compreende o Sistema Internacional e se posiciona frente a este. A afirmação de Quadros

(2010, online) de que “a doutrina militar de um país é um documento que confere previsibilidade à sua política de segurança” pode ser estendida para o conjunto dos documentos analisados acima. Nesse sentido, estes têm como papel principal servir como uma mensagem a diferentes públicos: o interno e o externo. Quanto ao público interno, os textos oferecem disposições básicas para a política de Defesa do Estado, bem como o entendimento sobre questões da guerra e o papel das forças armadas. Já para o público externo, os documentos expõem – ao menos em caráter oficial – a visão do país sobre o sistema de segurança internacional, as principais ameaças por este percebidas e a forma como responderá a tais ameaças. Por essa razão, cabe ressaltar que os documentos de Defesa constituem, em última análise, um mecanismo de dissuasão, já que anunciam os parâmetros de segurança definidos pelo Estado e explicitam suas possibilidades de retaliação.

Notam-se alguns fundamentos que permaneceram ao longo do tempo na política de Defesa russa pós-soviética e se apresentam como o fio condutor de sua elaboração e auxiliam em sua compreensão: 1) a defesa pelo respeito ao Direito Internacional e às normas internacionais; 2) a supremacia do Conselho de Segurança da ONU como órgão de resolução de conflitos; 3) a busca em evitar a escalada armamentista convencional e nuclear; e 4) o respeito entre os interesses das potências, e a não interferência em questões domésticas. Ademais, todos os documentos fazem a ressalva de que os mecanismos militares só serão acionados quando todos os instrumentos de ordem política, diplomática, legal, econômica e informacional, bem como quaisquer outras formas de negociação não-violenta tiverem sido esgotadas.

Não obstante, pode-se definir quatro momentos distintos em relação ao período analisado. Na década de 1990 era possível verificar uma perspectiva mais otimista em relação à possibilidade de cooperação internacional, a despeito da fragilidade econômica e militar da Rússia. No início do século XX, os documentos apontavam para a crescente instabilidade das relações internacionais e destacavam as ações unilaterais da OTAN e a concentração de poder nos Estados Unidos como principal ameaça à segurança do país. No fim da primeira década dos anos 2000 – portanto concomitante com o programa de reforma militar – a política de Defesa de Moscou salientava o surgimento de novas ameaças de ordem militar e não-militar e comunicava, por essa razão, a necessidade russa de combater tais ameaças e defender a multipolaridade das relações internacionais. Por fim, a partir de 2011, e sobretudo após os acontecimentos da Crimeia e Síria, a Política de Defesa de Moscou passou a salientar o surgimento de uma nova configuração mundial de forças e que, em razão desta, novas abordagens à segurança global deveriam ser pensadas, de modo que levassem em conta a

multipolaridade do sistema e a importância do país como garantidor da estabilidade das relações internacionais

Em outras palavras, o discurso oficial da Política de Defesa e Estratégia da Rússia tornou-se mais ativo e propositivo, cujos interesses poderiam ser defendidos dentro de seus moldes. Além disso, enquanto no início dos anos 2000 os documentos assinalavam a naturalidade do status de grande potência da Rússia – decorrente da história do país enquanto Império Russo e União Soviética –, ao final da década denotavam um caráter de “mérito” desse status, o qual a Rússia poderia conquistar. Nesse sentido, pode-se argumentar que essa mudança de postura se deu em razão das melhores condições sociais, econômicas, políticas e sobretudo militares, para reivindicar tal status por meio de sua ação internacional. Em suma, é possível inferir, a partir da análise histórica dos documentos, a crescente importância dada por Moscou à esfera militar como fonte de poder nas relações internacionais, em conjunto com o crescente número de ameaças ao país. No entanto, os documentos passaram a salientar a capacidade russa de se defender frente a tais ameaças e impor danos a seus inimigos.

Isto posto, faz-se necessário entender como a estratégia russa é definida de modo a garantir os objetivos político-securitários do país. No campo militar, há um balanço entre a preparação para atuação em conflitos locais, a dissuasão convencional e um arsenal nuclear capaz de agir em um cenário de guerra nuclear e garantir a estabilidade estratégica. Contudo, tem crescido a percepção na política de Defesa russa sobre a importância da informação na guerra contemporânea, tanto para a manipulação da população quanto em relação aos equipamentos eletrônicos utilizados pelas forças armadas. A confluência desses fatores contribuiu para a percepção de uma nova estratégia militar e teorização da guerra na Rússia chamada de “Doutrina Gerasimov”, analisada a seguir.

3.2 O pensamento estratégico russo

3.2.1 Doutrina Gerasimov?

Em fevereiro de 2013, o Chefe do Estado-Maior da Rússia, Valeriy Gerasimov, publicou o artigo *The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations* na revista *Military-Industrial-Kurier (Voyenno-Promyshlennyy Kurier, em russo)*⁴⁹. No artigo, Gerasimov aponta suas percepções

⁴⁹ Utilizamos da tradução do russo para o inglês, feita por Robert Coalson, em 2014, e publicada na revista *The Military Review*, em 2016.

acerca das alterações nas formas de guerras contemporâneas e projeta suas características futuras. Um ano depois, desencadearam-se os protestos na Praça Maidan, em Kiev, que culminaram na anexação da Crimeia pela Federação Russa. Em razão das características da operação russa, analistas ocidentais, com anseio de compreender uma suposta nova geração de guerra da Rússia, têm se referido à existência da “Doutrina Gerasimov”, responsável por ditar o pensamento estratégico russo contemporâneo, conforme aponta Bartles (2016, p. 30).

Não obstante, tais análises são criticadas por outros autores. Bērziņš (2018, p. 18) considera que estas são feitas à luz de um modelo teórico ocidental que não leva em conta o amplo debate teórico da ciência militar na Rússia. Bartles, por sua vez, critica a tentativa de definir um novo modelo de estratégia russa que possa ser utilizado para prever a natureza das futuras operações de Moscou a partir, unicamente, da observação de sua operação militar na Ucrânia. Nesse sentido, o autor afirma que, embora as táticas utilizadas possam ser similares, o pensamento estratégico russo é adaptável a cada situação em específico (BARTLES, 2016, p. 34-35).

A partir dessa crítica, Bartles propõe uma análise contextualizada do artigo escrito por Gerasimov, ressaltando que a reflexão teórica e a produção de textos científicos no campo da ciência militar são atribuições do Estado-maior russo que visam estabelecer previsões e desenvolver teorias e práticas de guerras futuras. Nesse sentido, afirma que o uso do termo *foresight* no título do artigo possui um significado próprio no léxico militar russo:

previsão (militar) é o processo de conhecimento em relação às possíveis mudanças nos assuntos militares e à descrição das perspectivas de seu desenvolvimento futuro. A base da ciência da previsão é o conhecimento das leis da guerra e a análise dialética-material dos eventos que acontecem em um dado contexto concreto-histórico (MILITARY ENCYCLOPEDIA DICTONARY, 1983, p. 585 *apud* BARTLES, 2016, p. 31, tradução nossa).

Como consequência, em vez de uma doutrina que dita novas diretrizes para a ação militar russa em conflitos atuais, o texto de Gerasimov é um apelo a novas reflexões teóricas, direcionado mais à elite política do país do que às forças armadas, em defesa da manutenção da importância do Ministério da Defesa em razão da crescente importância dos serviços de inteligência, ministérios e forças de segurança que compõem o complexo militar da Rússia em conjunto com as forças armadas⁵⁰ (BARTLES, 2016, p. 31). Tal análise pode ser corroborada

⁵⁰ Para uma compreensão acurada destes órgãos e suas características como unidades militares, ver Renz (2018).

a partir da leitura do artigo de Gerasimov. Em seu texto, o Chefe do Estado-Maior da Rússia enfatiza a importância de estabelecerem-se recomendações bem-definidas para o uso em conjunto de forças dos diferentes órgãos militarizados, bem como os meios e métodos para o cumprimento da defesa do território nas condições da guerra moderna (THE VALUE..., 2016, p. 27).

De modo geral, a perspectiva de Gerasimov se baseia em sua afirmação inicial do texto, na qual define que, no século XXI, há uma tendência de distinção cada vez menos clara entre os estados de guerra e de paz. Desse modo, afirma que as “[g]uerras não são mais declaradas e, após terem iniciado, procedem de acordo com um modelo não familiar” (THE VALUE..., 2016, p. 24, tradução nossa). Essa análise, contudo, não é original de Gerasimov, uma vez que o General cita a contribuição do teórico militar soviético Georgy Isserson, que publicou, em 1940, o livro *New Forms Of Combat: An Essay Researching Modern Wars*, na qual afirmava:

Em geral, guerras não são declaradas. Elas simplesmente começam com forças militares que já estavam posicionadas para o embate. A mobilização e a concentração não são parte do período pós-início do estado de guerra, como fora em 1914, mas passam despercebidas muito antes de seu estopim. (ISSERSON, 1940, *apud* THE VALUE..., 2016, p. 29, tradução nossa).

Em seguida, o autor assevera que eventos como a chamada “Primavera Árabe” corroboram a ideia de que um Estado que – aparentemente – esteja em ampla situação de coesão social, pode, em questão de meses ou dias, tornar-se palco de conflitos armados, vítima de intervenção estrangeira e ver-se em meio a uma guerra civil. Assim, Gerasimov ressalta que, apesar desses eventos não se caracterizarem no sentido clássico do termo guerra, são justamente eles que revelam para os militares as características típicas da natureza da guerra do século XXI (THE VALUE..., 2016, p. 24).

Somado à perspectiva de que estas não serão mais protagonizadas exclusivamente por atores estatais e que a subversão política é o prenúncio do estado de guerra, Gerasimov reflete sobre as características tecnológicas, táticas, operacionais e estratégicas da guerra moderna com base na observação das experiências militares lideradas pelos Estados Unidos e pela OTAN na Guerra do Golfo (1991), no Kosovo (1999), no Afeganistão (2002) e no Iraque (2003). Em específico, as operações no Afeganistão e Iraque são citadas pelo General para enfatizar a necessidade de repensar o papel das forças armadas, em conjunto com outros ministérios e instituições russas, acerca de sua participação no cenário de pós-conflito, a partir da definição clara de suas tarefas, métodos e limites para a aplicação do uso da força (THE VALUE..., 2016,

p. 27). Em suma, o texto de Gerasimov se desenvolve a partir de dois campos analíticos: 1) mudanças na natureza da guerra contemporânea e 2) evoluções tecnológicas do campo militar.

No que tange o primeiro ponto, Gerasimov afirma que houve um aumento do papel desempenhado por meios não-militares para obtenção de objetivos políticos e estratégicos. Tais meios são constituídos por ferramentas políticas, econômicas, informacionais, humanitárias, entre outras, que atuam de forma coordenada e que visam desencadear protestos potenciais por parte das populações locais no território do inimigo. Ademais, o autor considera que estes meios se tornaram, muitas vezes, mais eficientes que o poder bélico para que objetivos sejam alcançados. Não obstante, essas ferramentas são apoiadas por meios militares como as forças de operações especiais. Na guerra contemporânea, a aplicação aberta de forças militares só se dá em certos momentos do conflito, principalmente para a garantia derradeira dos objetivos traçados, nos quais Gerasimov destaca do uso das forças armadas sob o pretexto de “operações de manutenção de paz” e “gerenciamento de crises” (THE VALUE..., 2016, p. 24).

Além disso, o General russo elenca algumas características que distinguem as guerras atuais, quais sejam: 1) as ações militares têm se tornado mais diversas e profícuas; 2) há aumento da importância de unidades militares móveis e de armas combinadas que atuam sob um único centro de inteligência e informação; 3) momentos de pausas táticas e operacionais, as quais o inimigo poderia explorar, estão desaparecendo; 4) engajamentos frontais de grandes formações de forças nos níveis estratégicos e operacionais estão se tornando obsoletas; 5) é cada vez menos clara a diferença entre os níveis estratégico, operacional e tático, bem como entre operações defensivas e ofensiva (THE VALUE..., 2016, p. 24).

Em relação ao uso da força e das novas tecnologias militares, Gerasimov identifica novos dispositivos que estão sendo desenvolvidos em conjunto com os meios tradicionais. Assim, o militar resume estes dispositivos como elencados a seguir: 1) novas tecnologias da informação que têm permitido reduções significativas de ordem espacial, temporal e informacional entre as forças e os centros de comando-e-controle; 2) os meios principais de atingir o inimigo em combate, a nível operacional, são os sistemas de armas de precisão guiada de longa distância, tornando a guerra em um combate sem contato, fazendo referência aos conceitos da doutrina militar estadunidense de *Prompt Global Strike*; 3) a derrota dos alvos do inimigo são conduzidas através da penetração profunda de seu território – também referente às capacidades do PGS; 4) armas baseadas em novos princípios físicos e sistemas automatizados estão sendo incorporados nas atividades militares, além da projeção de unidades militares completamente robotizadas em guerras futuras (THE VALUE..., 2016, p. 24-25).

A partir dessas afirmações, Gerasimov afirma que o entendimento dos militares russos sobre os novos métodos de guerra é ainda muito superficial e que, portanto, é papel da ciência militar criar um arcabouço teórico para a compreensão destes fenômenos característicos dos conflitos do século XXI marcados pelas ações assimétricas do conflito militar. Por este conceito, incluem-se mecanismos como as forças de operações especiais; uma oposição interna ao governo central para criar um ator permanente de atuação dentro do território do inimigo; e tecnologias de informação em constante aperfeiçoamento. Segundo o militar, as ações assimétricas se tornaram utilizadas em larga escala e são capazes de anular as vantagens do inimigo em combate (THE VALUE..., 2016, p. 24; 28).

Conforme interpretado por Bartles, a visão de Gerasimov sobre as revoltas da Primavera Árabe espelha a concepção de Moscou sobre a nova postura de Washington em relação a sua ação militar externa. Enquanto o padrão dos Estados Unidos para impor mudanças de regimes nos casos da antiga Iugoslávia, no Iraque e no Afeganistão fora através de uma operação militar com um pretexto apropriado de intervenção humanitária para prevenção de genocídios ou uso de armas em destruição, o que se observou nos eventos do Oriente Médio – e também nas chamadas revoluções coloridas⁵¹ nos países que fazem parte do espaço pós-soviético – é, na perspectiva de Moscou, uma tentativa de derrubar regimes sem o ataque militar direto, mas através da formação patrocinada de uma oposição política através de ferramentas como a mídia televisiva, Internet e ONGs (BARTLES, 2016, p. 32).

Assim, Bartles afirma que Moscou percebe uma mudança nas operações estadunidenses. Estas seriam realizadas através de uma estratégia que, após ter criado uma dissidência política que leva à desestabilização no país, faz com que o governo tenha dificuldades em manter a ordem, criando uma espiral de violência, movimentos separatistas e uso de forças convencionais e especiais. Como os governos fazem uso da repressão violenta, os Estados Unidos e seus aliados ganham um pretexto de impor sanções econômicas e políticas e, até mesmo, militares, como por meio do estabelecimento de zonas de exclusão aérea, aumentando a força da oposição política. Essa mudança no *modus operandi* estadunidense é identificada tanto no artigo de Gerasimov como na atual doutrina militar russa (BARTLES, 2016, p. 32).

Em suma, a maior ameaça de mudança de regime forçada por Washington não se dá mais através da força militar pura, mas através de meios assimétricos e indiretos. Para os

⁵¹ Nome dado em referência às cores das bandeiras utilizadas pelos manifestantes em uma série de protestos em ex-repúblicas soviéticas que acarretaram na derrubada de governos pró-Rússia e ascensão de governos mais inclinados à aproximação com União Europeia e Estados Unidos. As Revoluções Coloridas englobam a Revolução Laranja, na Ucrânia; a Revolução Rosa, na Geórgia; e a Revolução das Tulipas, no Quirguistão.

militares russos, a guerra moderna é conduzida em uma razão 4:1 entre medidas não-militares – que incluem sanções econômicas, quebra de laços diplomáticos e pressões – e militares. E, nesse quesito, Bartles (2016, p. 32) considera que as visões de russos e ocidentais divergem em maior grau. Para os últimos, tais instrumentos são maneiras de evitar a guerra, enquanto que, para a Rússia, já a constituem. Por isso, segundo a lógica do pensamento militar russo, a política de Defesa do país tem de desenvolver capacidades que possam impedir as ameaças assimétricas e indiretas.

Em razão das características apresentadas, Gerasimov reitera a crescente importância da defesa do território nacional, da população russa e das redes de comunicações do país através da organização de um sistema de defesa que, diferentemente do modelo soviético pré-reforma militar – baseado no alto volume das tropas militares como garantia de poder – agora deve ser composto por um complexo de todas as forças de segurança e de aplicação das leis disponíveis ao Estado. O papel da ciência militar consistiria, portanto, em aprender com as experiências dos outros países que lideram a estratégia militar mundial e encontrar maneiras de ultrapassá-los e passar a exercer um papel de liderança em seu lugar. Por fim, conclui que independentemente da qualidade, quantidade e nível de desenvolvimento das forças à disposição do inimigo, podem ser encontradas formas e métodos para superá-las. Segundo o General, o inimigo sempre terá vulnerabilidades e é necessário utilizar os meios adequados para explorá-las (THE VALUE..., 2016, p. 29).

3.2.2 Assimetria e adaptação

Diferentes designações a partir de conceitos criados por estrategistas ocidentais foram propostas para compreensão do chamado “novo pensamento estratégico russo”. Entre esses conceitos, apresentam-se, principalmente: 1) guerra de 4ª geração; 2) guerra não-linear; 3) guerra assimétrica e, mais comumente, 4) guerra híbrida.

De forma sintetizada, a Guerra de 4ª Geração foi um conceito proposto inicialmente por William Lind et al. (1989), o qual demarca como principal diferença das outras gerações⁵² a

⁵² Conforme o autor, a guerra de primeira geração era marcada pela delimitação do campo de batalha e das linhas táticas, e da clara distinção entre o militar e o civil. Teve como exemplo as Guerras Napoleônicas. As guerras de segunda geração teriam surgido durante a Primeira Guerra Mundial, refletindo as mudanças que a tecnologia de armas trouxe para o campo de batalha. Nesse sentido, o poder de fogo – fuzis, canhões e metralhadoras – transformou a guerra em um confronto de atrito e estático. A terceira geração teve como marco inicial a Segunda Guerra Mundial, cujo advento de tanques e aeronaves transformou o caráter linear e de atrito da guerra, impondo-lhe a primazia da velocidade, da surpresa e do deslocamento físico e mental – conhecida pelo termo *Blitzkrieg* Lind (2004, p. 13-14).

perda do monopólio do Estado nos combates e o surgimento de atores não-estatais. A guerra assimétrica, por sua vez, dá-se pela utilização, por uma das partes, de métodos e ferramentas que não fazem parte do campo militar *stricto sensu*, além da diferença na correlação de forças entre as partes beligerantes. Semelhante ao conceito de guerra assimétrica, outros conceitos como guerra não-linear ou guerra irregular também são utilizados. De forma geral, esses conceitos se baseiam no princípio de que há um menor atrito entre os combatentes, e o foco passa a ser o apoio populacional, tanto doméstico quanto internacional, substituindo a destruição do inimigo como objetivo principal da guerra (DOURADO; LEITE; NOBRE, 2020, p. 38-48). Essa perspectiva é compartilhada com Cordesman (2014), para quem as estratégias de comunicação e propaganda ganharam uma importância tão grande quanto a militar.

O termo “guerra híbrida” é o mais utilizado por analistas ocidentais para descrever o novo pensamento militar russo, sobretudo com base nas ações russas na Ucrânia e na Síria. O conceito tem como um dos principais expoentes o autor Frank Hoffman, que caracteriza a guerra híbrida como um confronto multimodal que converge métodos, táticas e armas convencionais e não-convencionais de forma simultânea, descartando a dicotomia entre guerras convencionais e não-convencionais. Para Hoffman, a utilização destes métodos possibilitaria aos inimigos dos Estados Unidos anularem a vantagem tecnológica e informacional de Washington e evitar o “American Way of War” (HOFFMAN, 2007, p. 14-15).

Não obstante, Fridman (2017, p. 42) destaca a politização do conceito, tanto nos Estados Unidos como na Rússia, que extrapola o campo puramente militar e se transforma numa batalha de narrativas entre Moscou e Washington. Fridman argumenta que teóricos e estrategistas russos passaram a observar a produção ocidental acerca do tema de guerra híbrida a partir da obra de Hoffman (2007) e têm buscado interpretá-la à luz da experiência político-militar da Rússia, sendo, portanto, mais do que apenas uma transposição de conceitos ocidentais para a teorização russa da guerra. Desse modo, Fridman destaca a crescente revisita à obra do estrategista russo Evgeny Messner, que já em 1959 teorizava sobre a perda de monopólio das forças regulares e ascensão de forças irregulares em combate (2017, p. 43).

Além disso, o autor afirma que há uma diferença intrínseca em relação ao significado dos conceitos *Hybrid warfare* e *Gibridnaya Voina*, embora a tradução literal seja essa. Enquanto nos países ocidentais o conceito se refere em maior parte a atores não-estatais (como Hezbollah, Al-Qaeda, etc.) e suas táticas utilizadas contra as forças convencionais, os teóricos russos investigam a utilização dos mesmos métodos e meios por parte dos Estados. Além disso, Fridman (2017, p. 45) considera que a *Gibridnaya Voina* representa uma gama mais ampla de todas as ações do Estado e da esfera pública e não se limita à análise com foco nas operações e

táticas, mas sim a partir de um campo de batalha abstrato, cujo objetivo final é a destruição da coesão sociocultural dos inimigos e preservação de sua própria e que se basearia na ideia de Messner de “guerra subversiva” (p. 43).

O termo foi descrito por Messner na publicação de sua obra *Subversion – The Name of the Third War (Myatezh- Imya Tret'yey Vsemirnoy)*. Nela, o teórico chegou à conclusão de que os conflitos futuros entre Estados tornar-se-iam multidimensionais e baseados na combinação de meios convencionais e irregulares, apoiadas pela guerra de informação e atores que não se encaixariam de forma clara na definição de soldado (p. 44). No entanto, a *Gibridinaya Voyna* não se trata de uma mera nova denominação para a guerra de subversão. Conforme aponta Fridman (2007, p. 43-45), Messner era um anti-comunista que havia se exilado na Argentina enquanto escrevia suas teorias. Além das consequências de ordem teórica para análise da guerra que a bipolaridade da Guerra Fria impunha, Messner considerava que era justamente a União Soviética quem fazia uso da guerra de subversão contra os Estados Unidos. Na releitura atual sobre a teoria de Messner, os estrategistas e teóricos russos – como Evgeny Morozov – argumentam que, conquanto a ideia de guerra subversiva fosse verdadeira, o que acontece é justamente o oposto do que Messner havia postulado: são os Estados Unidos quem inventaram o novo método e fazem uso da *Gibridinaya Voyna* contra a Rússia e seus aliados (2007, p. 45).

A partir da posição de Fridman (2017), e de acordo com Bērziņš (2018) e Bartles (2016), o presente trabalho critica a transposição de conceitos ocidentais sem a contextualização do ambiente cultural estratégico russo. Todos esses conceitos teóricos foram originados e debatidos em publicações acadêmicas e militares nos Estados Unidos a partir do fim dos anos 1980 e com mais ênfase ao longo dos anos 1990 (DOURADO; LEITE; NOBRE, 2020, p. 40-41). Desse modo, não cabe transferir de forma imediata tais conceitos teóricos criados na década de 1990 para a definição de uma suposta nova doutrina militar russa a partir de 2013. Nesse sentido, argumenta-se que o ponto de vista de Gerasimov faz parte de um contexto maior que engloba o entendimento da elite política, acadêmica e militar russa acerca das características da guerra pós-Guerra Fria.

Assim, a estratégia militar russa pós-soviética contém elementos típicos que remontam à era soviética, mas possui adaptações para o enfrentamento das ameaças contemporâneas percebidas pela Rússia. Não se trata, portanto, da criação de uma nova maneira russa de fazer a guerra, mas sim a percepção das transformações ocorridas na natureza da guerra a partir do desenvolvimento tecnológico e estratégico. Conforme Fridman:

A única coisa que é possivelmente nova é que as tecnologias militares contemporâneas têm acelerado a mistura entre forças regulares e irregulares, conceitos operacionais e métodos organizacionais, e tecnologias da informação inovadoras (a Internet em geral, e redes sociais em particular) facilitaram e aceleraram os esforços necessários para desacreditar a política dos adversários aos olhos de suas audiências doméstica e internacional. Esta novidade, no entanto, não se trata de novas estratégias e novos métodos militares ou políticos, mas sim evidencia o fato de que sua implementação se tornou mais fácil e mais eficaz, e, portanto, mais frequente. (FRIDMAN, 2017, 46, tradução nossa).

Na perspectiva do professor russo Alexei Bogaturov (2011, p. 1), as operações militares pós-Guerra Fria se transformaram em campanhas políticas internacionais, nas quais o objetivo deixa de ser a destruição do inimigo e passa a ser superação deste para subordina-lo econômica e politicamente. Em última análise, Bogaturov argumenta que o objetivo político do enfrentamento militar passa a ser a aquisição de um parceiro minoritário por métodos coercitivos – o que o autor denominou de “coerção para cooperação” – que seria a lógica dos conflitos do século XXI a partir da tentativa dos Estados Unidos de imposição hegemônica de seu sistema político e social. Também de forma similar a Gerasimov, afirma que as guerras do século XXI demonstram a maior importância de instrumentos não-militares para obtenção da vitória política.

Dentro desse contexto, o pensamento estratégico russo contemporâneo busca adequar os meios disponíveis para o enfrentamento dos desafios militares e não-militares que compõem os desafios à segurança do país no século XXI. Conforme Bērziņš (2018, p. 19), a estratégia russa é fundamentada a partir de cinco concepções teóricas: 1) guerra assimétrica, no que tange à inferioridade de suas capacidades militares e econômicas em relação aos Estados Unidos e à OTAN; 2) baixa intensidade, em geral, dos conflitos armados contemporâneos; 3) fundamentado no desenvolvimento teórico da Guerra Centrada em Redes⁵³; 4) Guerra de Sexta Geração⁵⁴; 5) a busca pela mescla entre métodos militares e não-militares. Ainda segundo o

⁵³ Doutrina militar que privilegia a informação e a tecnologia computacional para obtenção de vantagem estratégica no campo militar, desenvolvida pelo Pentágono na década de 1990. Cf. Eugénio (2008).

⁵⁴ O termo foi criado pelo então Major-General Vladimir Slipchenko, após a operação Tempestade no Deserto, no Iraque, em 1991. Na perspectiva do teórico militar, a Guerra de sexta geração dar-se-ia pelo protagonismo da informação nas guerras convencionais e o desenvolvimento de sistemas de armas de alta-precisão que transformariam o caráter da guerra em um combate “sem contato”. A guerra de Sexta Geração seria a substituição da guerra termonuclear, considerada por Slipchenko como a guerra de 5ª geração. O conceito continua sendo debatido entre os militares russos, como visto no debate entre Slipchenko e Gareev, em 2005 (KIPP, 2012, online).

autor, tais elementos da estratégia russa podem ser combinados em diferentes proporções, de acordo com as características estratégicas de cada operação⁵⁵.

Por sua vez, Thornton (2018, p. 25) define que central para o entendimento do atual pensamento militar russo é o conceito de “velocidade” ou “ritmo”⁵⁶, presente na tática dupla utilizada pelo país. Nesse sentido, o autor afirma que, assim como já é lugar-comum dizer que a reforma militar de 2008 busca dotar as forças armadas russas de maior velocidade de organização e preparação das tropas para o combate, a estratégia de Moscou também consiste em, de forma contrária, alargar o tempo de resposta de seus adversários e retardar a ativação e o deslocamento de suas tropas. Assim, Thornton (2018) resume a estratégia do pensamento militar russo desde a era soviética a partir de três conceitos: *aktivnost'*, *oborona* e *vnezapnost'*.

Aktivnost' (atividade) faz alusão à estratégia de desestabilizar as capacidades de guerra do oponente. *Oborona*⁵⁷, por sua vez, se refere à estratégia defensiva militar da Rússia. No léxico militar russo, *oborona* expressa uma ideia de postura defensiva ativa. A partir desse conceito, Thornton (2018) argumenta que o objetivo principal russo a nível estratégico – mas também operacional e tático – é neutralizar a efetividade de qualquer capacidade do adversário. Isso é feito através de mecanismos não-militares – sobretudo via Departamento Central de Inteligência (GRU), a agência de inteligência das forças armadas russas subordinada ao Ministério da Defesa e ao Estado-Maior da Rússia – e militares – a partir do conceito de guerra eletrônica – estabelecendo uma dissuasão estratégica que tem como alvos os tomadores de decisão para que estes, ou tomem a decisão errada, ou demorem muito para tomar qualquer decisão, outorgando maior liberdade de ação no nível estratégico para Moscou. Tal estratégia se torna ainda mais importante quando se observado pela perspectiva russa de assimetria de forças em relação ao Ocidente. Por fim, *vnezapnost'* (velocidade) refere-se à estratégia cujo objetivo é transformar as forças armadas em tropas muito ágeis para que estas possam ser alocadas logo no início do conflito e, conseqüentemente, se tornem diplomática e militarmente imóveis antes que forças da OTAN ou dos EUA tenham chance de agir, como foi no caso da Ucrânia (THORNTON, 2018, p. 26-28).

⁵⁵ Bērziņš (2018, p. 19) considera que as operações russas na Ucrânia privilegiaram o caráter da baixa intensidade dos conflitos contemporâneos, ao passo que os bombardeios aéreos na Síria se pautaram no caráter da Guerra de Sexta Geração.

⁵⁶ No texto original, o autor utiliza o termo em inglês *pace*.

⁵⁷ Conforme Thornton (2018, p. 25-26), no léxico militar russo há duas palavras para defesa: *zashchita* e *oborona*. O primeiro, que significa “escudo”, é o que os militares ocidentais classificam como defensivo por natureza, pois enfatiza a passividade envolvida em esperar pelo ataque. Mas o autor considera que a ideia de defesa passiva não explicaria a estratégia russa, optando pelo termo *oborona* para expressar a postura de defesa agressiva.

Covington (2016, p. 4), por sua vez, afirma que o pensamento estratégico russo entende a guerra como um embate entre sistemas militares, e não apenas entre as capacidades de suas armas. Por sistema militares, entende o autor o pensamento sobre a guerra, os objetivos específicos de ordem político-militar, a estratégia e arte da guerra, bem como as formas de lidar com crises pré-guerra. Assim, Covington (2016, p. 5) identifica quatro pilares fundamentais do pensamento estratégico russo: 1) singularidade estratégica; 2) vulnerabilidade estratégica; 3) mobilização de todo o país para a guerra; 4) decisão no período inicial da guerra.

A singularidade estratégica da Rússia confere ao país a escolha por uma abordagem assimétrica conforme suas defasagens em termos econômicos e tecnológicos. Nessa perspectiva, Covington afirma que os russos não investem em meios assimétricos como um fim em si mesmo, mas sim investem na totalidade de sua segurança apropriada para a situação que enfrentam e baseado naquilo que seu país pode desenvolver e produzir para sua defesa. Tal concepção também tem sido usada para se opor a uma reforma militar que se desenvolva à luz do modelo ocidental, pois tal processo acarretaria na diminuição das assimetrias entre as partes (COVINGTON, 2016, p. 8).

A vulnerabilidade estratégica russa se configura como um desdobramento de sua posição geográfica, que torna a Rússia em um poder continental que conduz suas ações militares em seu território ou em territórios adjacentes próximos a sua fronteira. Desse modo, o pensamento estratégico russo reconhece que o país, em eventual conflito, precisará atacar e defender simultaneamente em seu território nos níveis tático, operacional e estratégico. A elite política e militar russa acredita que as forças dos Estados Unidos e da OTAN possuem capacidade tecnológica suficiente para uma tática de guerra de *Blitzkrieg*, e que suas armas convencionais de alta precisão, velocidade, e destruição têm o mesmo potencial destrutivo que armas nucleares táticas. Portanto, Estados que servem como zona tampão protegem apenas parcialmente o país, uma vez que, a despeito de dificultarem uma invasão terrestre em seu território, não oferecem a proteção suficientemente necessária para as ameaças advindas das capacidades dos Estados Unidos e OTAN. Nesse sentido, as ações ofensivas requisitam também operações defensivas e vice-versa, como visto anteriormente nas concepções de Gerasimov. Portanto, argumenta que, para os russos, é quase indistinguível as diferenças entre capacidades ofensivas e defensivas, em razão da letalidade, raio de alcance e prontidão dos sistemas de armas modernos (COVINGTON, 2016, p. 13).

O terceiro pilar se verifica na preparação russa para operações em larga escala que envolvam simultaneamente ações ofensivas e defensivas para obtenção de um único objetivo. Por fim, a vitória no início da guerra é um pilar do pensamento estratégico russo que possui

lastro na história do país. Depois da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, teria sido estabelecido o princípio fundamental de nunca mais lutar uma guerra em seu próprio território. Portanto, faz-se necessário a prontidão rápida das armas convencionais e nucleares russas. Em suma, Covington afirma que a desvantagem estratégica russa devido à assimetria de poder em relação ao Ocidente torna necessário que Moscou determine os termos da guerra: como, onde e quando (2016, p. 39-41).

Finalmente, destaca-se a crescente importância da tecnologia espacial para a estratégia russa. Conforme relatório da Defense Intelligence Agency (2017), Moscou prioriza o aumento de sua capacidade de “guerra eletrônica” e da necessidade de armas de alta precisão guiadas por seus satélites⁵⁸. Para a política russa, a obtenção e manutenção de superioridade no espaço tem impacto decisivo nos resultados das guerras futuras. Nesse sentido, o relatório apontava que, em 2016, havia 140 satélites russos em órbita, dos quais cerca de 60% tinham fins militares (2017, p. 36). Segundo Peter W. Singer, a estratégia russa consiste em utilizar de seus satélites e do enorme uso de tecnologias baseadas no espaço dos Estados Unidos para neutralizar as capacidades de Washington, em uma estratégia de dissuasão diferente da utilizada na Guerra Fria. Sob o nome de “resiliência”, a estratégia consistiria em impedir o ataque do inimigo não através da ameaça de retaliação, mas sim pela ameaça de não-funcionamento das capacidades do inimigo (SCIUTTO, 2019, p. 139).

3.3 Conclusão: dissuasão assimétrica

A compreensão de como a política de Defesa da Rússia e o pensamento estratégico atual foram desenvolvidas passa, necessariamente, pela observação da evolução histórica da realidade militar do país, da configuração do Sistema Internacional após a queda do bloco soviético, pelos avanços militares-tecnológicos e criação de novos sistemas de armas, e pelas concepções estratégicas e da perspectiva de Moscou sobre as novas características da guerra no século XXI.

De acordo com Kofman (2018, p. 21-22), o entendimento do Estado-maior russo sobre a estratégia da guerra moderna baseia-se sobretudo na correlação de formas e métodos de guerra. Em razão dos avanços nos campos cibernético, espacial e informacional, os militares

⁵⁸ Segundo o Coronel Sergey Marchuk, chefe do Main Test Space Centre, a Rússia possui mais de 130 aeronaves civis e espaciais, que executam tarefas como comunicação, navegação, apoio de pesquisa geodésica, serviços meteorológicos, reconhecimento e recolhimento de informações (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 35).

russos compreendem que há uma ausência do fator geográfico como proteção frente às ameaças. Decorrente deste cenário, enfatizam a necessidade de obtenção da superioridade em informação em relação ao inimigo e a importância do período inicial do conflito armado, decisivo para a definição do conflito. Para se preparar para os conflitos contemporâneos e futuros, portanto, a Rússia olha para o Ocidente com o intuito de emular seus avanços tecnológicos, mas com propósitos diferentes e para se defender justamente das ameaças que são percebidas como provenientes deste. Com isso, as Forças Armadas Russas estão investindo em armas de precisão guiada, guerra eletrônica, sistemas não-tripulados e robôs. Além de tornar sua força muito mais letal, o objetivo é se engajar com sucesso em uma confrontação via meios não-militares durante uma crise, estabelecendo superioridade de informação sobre o adversário e enfraquecer, ou retaliar, ataques aeroespaciais no período inicial da guerra.

Desde as experiências na Ucrânia e na Síria, verifica-se a denominação da estratégia russa a partir do conceito de “guerra híbrida” determinada por uma nova doutrina instituída por Gerasimov. Essa abordagem, no entanto, ignora a perspectiva russa e o desenvolvimento histórico do pensamento estratégico do país. Gerasimov constantemente reitera, assim como fez no seu artigo em 2013, a importância dos teóricos militares do Império Russo e da URSS (McDERMOTT, 2019, online). Como visto, as ideias desenvolvidas em seu artigo representam uma releitura de teorias da guerra por militares nas décadas de 1940 e 1950 – como Isserson e Messner – e não significam, necessariamente, a introdução de um novo modelo de guerra russo.

Gareev, em particular, estabeleceu-se, já na década de 1990, como um dos principais proponentes russos da abordagem indireta, ou assimétrica, para a prevenção dos conflitos militares. Segundo o militar, as ações indiretas teriam papel cada vez mais fundamental no futuro, principalmente em razão de três fatores: 1) a dissuasão nuclear; 2) a tendência de máxima preservação dos exércitos profissionais; 3) a recusa das grandes potências em fornecer suporte direto a conflitos externos. No caso russo, Gareev apontou que, em termos práticos, haveria motivos vitais para a abordagem assimétrica para a defesa de sua segurança nacional. O General ressalta que as capacidades econômicas e militares do país eram, e ainda são, muito menores que as dos Estados Unidos e da antiga URSS. Como forma de responder a essa assimetria, o Estado russo deve, portanto, utilizar-se de métodos mais flexíveis, indiretos e assimétricos (PYNNÖNIEMI, 2018, p. 252-253). Pode-se afirmar, destarte, que o maior esforço de Gerasimov foi ter sistematizado a percepção de um novo *modus operandi* estadunidense desde o desencadeamento das Revoluções Coloridas e da Primavera Árabe e defini-lo como maior ameaça à segurança nacional russa.

Não obstante, a observação das operações militares lideradas pelos Estados Unidos e pela OTAN desde a década de 1990 para o estabelecimento de novas estratégias de defesa podem ser localizadas desde as primeiras edições das Doutrinas Militares oficiais publicadas por Moscou. Nesse sentido, o esquema proposto pelo estudo de Radin et.al. (2019, p. xii) sobre os modelos de desenvolvimento estratégico de armas na reforma militar russa também pode ser aplicado na própria elaboração de um panorama teórico do desenvolvimento do pensamento estratégico russo e de sua doutrina militar. Assim, argumenta-se que estes são construídos de três formas: 1) emulação e adaptação das doutrinas e estratégias ocidentais pós-Guerra Fria; 2) resposta assimétrica às ameaças delineadas; 3) retenção e adaptação de modelos teóricos-estratégicos da teoria militar soviética.

A reflexão sobre a abordagem assimétrica da Rússia a partir do embate entre dois sistemas militares se torna ainda mais frutífera para contrapor análises que buscam comparar o poderio bélico estadunidense com a Rússia a partir de valores quantitativos, brutos e descontextualizados. De forma clara, a capacidade tecnológica e econômica da aliança militar ocidental se sobrepõe às capacidades russas, mesmo após os investimentos feitos por Moscou a partir de 2008 e os avanços decorrentes da reforma militar. No entanto, a doutrina militar e o pensamento estratégico russo estão cientes dessa assimetria de capacidades e se moldam a partir dessa concepção. Nesse sentido, qualquer análise da correlação de forças entre Rússia e o Ocidente deve levar em conta as ameaças, objetivos e estratégias estabelecidas por Moscou para a satisfação de seus interesses.

Em suma, a política de Defesa atual da Rússia é baseada em instrumentos militares e diplomáticos que visam a imposição de sua vontade aos países vizinhos e a manutenção destes como sua zona de influência e a dissuasão estratégica em relação aos EUA e à OTAN. Dito de outra forma, o objetivo russo consiste em conseguir uma estabilidade estratégica resultante da soma de meios políticos, econômicos e militares, na qual nenhum dos lados – Rússia e Estados Unidos/OTAN – tenha a oportunidade, interesse ou intenção de se lançar em uma agressão militar (DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY, 2017, p. 23). A partir da contextualização de uma abordagem assimétrica em sua política de Defesa, no capítulo seguinte iremos abordar a questão basilar do significado da força militar russa para efeitos deste trabalho: a busca pelo reconhecimento do status de grande potência após a queda da União Soviética.

4 DERZHAVNOST

Como visto pelos documentos analisados no capítulo anterior, bem como comumente observado nos discursos dos líderes russos, análises acadêmicas e jornalísticas sobre a política externa de Moscou no século XXI, estabeleceu-se como consenso que o objetivo último do Kremlin é restaurar o status de grande potência do país e alterar o status quo estabelecido no pós-Guerra Fria, isto é, pôr um fim à unipolaridade do Sistema Internacional e transformá-lo em multipolar. Isto posto, é comum que se questione qual a real possibilidade do governo russo em restituir a relevância internacional exercida historicamente pelo país, como fora nos períodos do Império Russo ou União Soviética. O questionamento geralmente leva a conclusões que descartam a possibilidade de que o objetivo seja atingido devido à assimetria de capacidades dos Estados Unidos em relação às outras potências, em especial à Rússia, fragilizada economicamente e muito aquém, em termos de recursos materiais, de Estados Unidos e China.

Como resultado, a política externa russa é muitas vezes descrita como revanchista, ofensiva e oportunista, com ênfase na figura de Vladimir Putin como líder autocrata, cujas ações são uma ameaça à estabilidade internacional. Somados a estes fatores, o incremento na capacidade militar desde 2008 e as incursões na Geórgia, Ucrânia e Síria corroboram para avaliações que compreendem a política externa russa como agressiva. Renz (2018, p. 15) critica as interpretações ocidentais à anexação da Crimeia e ao envolvimento de Moscou na Síria. Para a autora, essas análises seriam baseadas em três suposições errôneas sobre o tempo, o propósito e o escopo do “renascimento militar russo”, quais sejam: 1) a interpretação de que o objetivo de forças militares poderosas seriam um sinal de mudança de paradigma da perspectiva do Kremlin sobre as relações internacionais; 2) a ideia de que a razão para o renascimento militar é um projeto desenvolvido para permitir uma política externa agressiva e expansionista; 3) a assunção de que as capacidades militares da Rússia agora seriam comparáveis com as do Ocidente.

De forma semelhante a Renz (2018), argumentamos que tais avaliações falham na compreensão do significado do status de grande potência para os estadistas russos. Essa falha decorre de três fatores principais: 1) fundamentação teórica das Relações Internacionais que se pauta pelo conceito de grande potência de forma desconexa com o SI do pós-Guerra Fria, nomeadamente a hegemonia estadunidense e a unipolaridade do sistema; 2) definição da assimetria de poder em favor dos Estados Unidos que admite única e exclusivamente análises quantitativas dos recursos disponíveis aos Estados e que, portanto, tornaria impossível que a

Rússia se engajassem militarmente para reivindicar uma posição mais avançada na hierarquia internacional de poder; 3) hipótese de que o governo russo teria por objetivo se posicionar como força contrária aos Estados Unidos e que buscaria o enfrentamento direto entre potências. Por isso, propomos que o estudo da política externa russa que busque compreendê-la a partir da relação entre seus meios e objetivos seja feito a partir de uma contextualização do conceito de grande potência para o caso específico da Federação Russa, marcado pelo ambiente de hegemonia estadunidense e suas implicações para as possibilidades de ação de Moscou.

Para isso, o último capítulo será estruturado em três grandes seções. Em primeiro lugar, propõe-se uma discussão teórica sobre os conceitos de força, poder, prestígio e potência nas relações internacionais segundo Aron (2002) e Gilpin (1981). Num segundo momento, será analisada a configuração de forças no Sistema Internacional pós-Guerra Fria, marcada pela hegemonia estadunidense e o conceito de unipolaridade conforme Wohlforth (1999; 2009)⁵⁹. Por último, investigar-se-á a busca de Moscou pelo reconhecimento do status de grande potência considerando as possibilidades de atuação do país no contexto internacional de assimetria de capacidades, sob a luz do conceito russo de *Derzhavnost*. Por meio destas etapas, espera-se contribuir para o entendimento entre a relação da reforma militar e as incursões feitas por Moscou desde 2008 com o objetivo maior de sua política externa.

4.1 Força, poder e potência: uma visão realista e intersubjetiva

Em sua célebre obra *Paz e Guerra entre as nações*, Raymond Aron busca estabelecer uma teoria das relações internacionais, compreendidas por ele como relações entre “unidades políticas” (ARON, 2002, p. 51). Aron engloba, em sua investigação, organizações políticas que

⁵⁹ É necessário, no entanto, fazer aqui importante ressalva ao leitor. Apesar de utilizarmos o conceito elaborado por Wohlforth nos anos 1990 em meio ao florescente debate teórico da época, que observava a supremacia estadunidense estabelecida com o fim da Guerra Fria e anunciada com a performance no contexto da Guerra do Golfo, em 1991, não significa que adotamos por completo a tese de unipolaridade do SI. De fato, o próprio autor, em artigo em conjunto com Stephen Brooks, em 2015, repensa a tese da unipolaridade a partir do debate com outros atores e a forte ascensão da China, no qual avançam para a proposição de um SI marcado pela configuração de potências “1+1+X” – sendo que os Estados Unidos continuariam como superpotência (1); a China ocuparia um lugar único como “superpotência em potencial” (1), ao passo que as outras grandes potências representam o X. Não obstante, decidimos adotar a configuração de poder internacional desproporcionalmente favorável aos Estados Unidos devido às implicações que esta trouxe, desde os anos 1990, para a posição da Rússia no cenário internacional. Além disso, ainda que nossa pesquisa tangencie discussões sobre este tema – e espera-se que possamos contribuir para florescer o debate sobre a reconfiguração de poder entre as potências no século XXI – não caberia, dentro dos propósitos desta dissertação, analisar com maior profundidade o tema da polaridade do SI, o qual merece uma discussão em torno de si própria.

remontam desde as cidades gregas da Antiguidade até o sistema de Estados-nações estabelecido a partir do século XVII. Com isso, o autor se debruça sobre os objetivos da política externa das unidades políticas, bem como os meios de execução para obtenção desses objetivos. Para tanto, faz uma conceitualização dos termos "força", "potência" e "poder", bem como uma tipologia dos diferentes tipos de Sistema Internacional.

A principal distinção feita por Aron entre poder e força é que, enquanto o primeiro se relaciona com a ação propriamente dita, a força faz referência aos meios utilizados. Nesse sentido, poder é “a capacidade que tem uma unidade política de impor suas vontades às demais.” (2002, p. 99). Já a força se refere aos meios utilizados para a execução da ação do ator político, podendo ser de ordem política, moral, econômica, militar, entre outros. O poder é, portanto, resultado da aplicação da força, em certas circunstâncias e com objetivos determinados (ARON, 2002, p. 99-100).

No que tange o conceito de força, Aron subdivide-o em três categorias: 1) força potencial – o conjunto de recursos teoricamente disponíveis ao Estado; 2) força real – a parcela de recursos que de fato foi utilizada para a condução da política externa da unidade política; 3) potencial de mobilização – a capacidade e a vontade que uma unidade política possui para transformar sua força potencial em força real. Para Aron, o coeficiente de mobilização efetivo de um Estado raramente é o mesmo do seu coeficiente teórico. Logo, é improvável que uma unidade política seja capaz de transformar toda sua força potencial em força real (ARON, 2002, p. 99-100).

Outra importante conceitualização feita por Aron para os propósitos deste trabalho é a diferenciação entre potência ofensiva e potência defensiva. No primeiro caso, a unidade política é dotada da capacidade de impor sua vontade às demais. Já à potência defensiva cabe o papel de resistir à imposição dessa vontade. Ademais, embora a potência seja baseada nos recursos disponíveis ao Estado, por exemplo em sua força militar, estas duas medidas não possuem uma relação causal direta. Isso decorre do fato de que, enquanto a força militar pode ser analisada objetivamente, o poder de um Estado é uma relação humana que não depende exclusivamente de materiais e instrumentos (ARON, 2002, p. 100). Assim, o autor diferencia o que denomina “política de poder” de “política de força”, cujas implicações de suas análises são descritas na passagem abaixo:

[a] força pode ser avaliada de forma aproximada; a avaliação do poder tem uma margem adicional de erro, com relação às forças disponíveis. Mas é tal a diferença entre poder ofensivo e poder defensivo, o poder em tempo de guerra e em tempo de paz, o poder dentro e fora de uma determinada zona geográfica,

que sua medida, considerada de modo absoluto e intrínseco, parece-me mais nociva do que útil. É nociva ao estadista porque este poderia aceitá-la como uma informação precisa – quando, na realidade, não teria mais do que uma medida, falsamente exata, de uma resultante de significação equívoca. **E nociva também ao cientista, que se inclinará a substituir as relações entre Estados, isto é, coletividades humanas, pela concentração de massas, despojando assim o objeto estudado do seu sentido autêntico.** (ARON, 2002, p. 100-101, grifo nosso).

Raymond Aron afirma que o status de uma unidade política é “definido pelo volume de recursos, materiais e humanos, que ela pode consagrar à ação diplomática e estratégica”. Assim, as grandes potências são entendidas pelo autor como aquelas que conseguem mobilizar seus recursos em suas ações externas e conseguem seguidores no SI. A partir dessa relação entre as potências, cria-se uma “hierarquia de prestígio” (ARON, 2002, p. 124).

Para explorar mais a fundo o conceito de hierarquia de prestígio, utilizaremos da obra de Gilpin (1981). Ainda que Gilpin defina o conceito de poder de maneira mais limitada que Aron – para o autor o poder não é resultado da aplicação da força, mas refere-se diretamente à posse de capacidades econômicas, militares e tecnológicas de um Estado (1981, p. 13) – propõe um complemento ao entendimento da hierarquia de prestígio do SI que se aproxima aos pressupostos da obra de Aron e que consideramos importante para basear nossa análise. Nas palavras do autor:

prestígio é a reputação pelo poder, e poder militar em particular. Enquanto poder refere-se às capacidades militares e econômicas de um Estado, **prestígio refere-se principalmente à percepção de outros Estados em relação às capacidades de outro [Estado]** e sua capacidade e disposição em exercer seu poder. [...] Portanto, poder e prestígio são diferentes [...] o fato de que a distribuição de poder existente e a hierarquia de poder podem estar em conflito é um outro fator importante nas mudanças de política internacional. Prestígio, mais do que poder, é a moeda de troca das relações internacionais cotidianas (GILPIN, 1981, p. 31, tradução nossa, grifo nosso).

Gilpin utiliza se baseia na definição de Ralph Hawtrey sobre prestígio. Conforme Hawtrey:

a reputação da força é o que chamamos de *prestígio*. Um país adquire prestígio em razão da sua capacidade econômica e militar. Essas são medidas parcialmente factuais e parcialmente de opinião. Se pudessem ser exatamente verificáveis e medidas, os conflitos de prestígio sempre ocorreriam através do conflito de força [...] Portanto, se um país perde prestígio, estará enfraquecido em qualquer conflito diplomático futuro. O declínio de prestígio é um ferimento que deve ser temido. Em última análise, prestígio tem a ver a reputação da força aplicada na guerra. [...] Um país irá lutar quando acreditar que seu prestígio diplomático não é equivalente à sua força real (HAWTREY, 1952, p. 64-65, apud GILPIN, 1981, p. 31-32, tradução nossa, grifo do autor).

Portanto, define-se que, ainda que a principal forma de controle das relações internacionais decorra da distribuição de capacidades entre os Estados (GILPIN, 1981, p. 31), também é definida pela intersubjetividade das medidas, isto é, não pode ser definida exclusivamente pelas capacidades materiais. Neste trabalho, adotaremos o pressuposto de que o status social da Rússia pode ser atrelado ao seu prestígio nas relações internacionais. Nesse sentido, a noção de restauração do status de grande potência da Rússia como um objetivo de sua política externa não deve levar em conta apenas os meios e recursos teoricamente disponíveis a Moscou, mas sim à correlação destas forças no Sistema Internacional e sobretudo a partir da percepção dessas capacidades entre os Estados.

Com base no exposto, podemos estabelecer três pressupostos que irão guiar nossa análise: 1) a potência de um Estado está relacionada as suas forças, isto é, aos meios e recursos disponíveis; 2) uma vez que o poder político é dado a partir das relações entre as unidades políticas, não pode ser absoluto e é sempre medido como relativo. Consequentemente, propomos uma segunda conclusão: a definição de um Estado como grande, média ou pequena potência é sempre feita à luz da comparação com os outros Estados em determinado contexto histórico; 3) a potência de um Estado, ainda que fortemente indexado à sua força, não é *necessariamente* igual a sua força potencial.

Na análise que nos cabe ao longo do capítulo, utilizaremos o termo “força” para se referir às capacidades militares da Rússia; “poder” em alusão a aplicação – direta ou indireta – de sua força militar e “potência” a partir da forma como o país se relaciona internacionalmente, isto é, como se reconhece e como busca ser reconhecida pelos seus pares. Adota-se o pressuposto de Aron de que poder e força são medidas que só são passíveis de estudo a partir das relações entre as unidades políticas – potências – que as possuem. Faz sentido, portanto, que a investigação da Rússia como potência seja feita sob a luz do contexto histórico específico estabelecido com a dissolução da URSS e ascensão dos Estados Unidos como *hegemon* em um Sistema Internacional unipolar.

4.2 A unipolaridade e a hegemonia estadunidense

A característica básica que define o Sistema Internacional é a “configuração da relação de forças” (ARON, 2002, p. 154). Dessa relação, Aron destaca duas configurações típicas: a

multipolar, no século XIX, e a bipolar, no século XX⁶⁰. Essas configurações são definidas pelas forças que as potências seriam capazes de mobilizar, gerando a hierarquia do sistema: “A estrutura dos sistemas internacionais é sempre *oligopolística*. Os atores principais determinam, em cada época, como deve ser o sistema, muito mais do que são determinados por ele.” (ARON, 2002, p. 154). Assim, o Império Russo ocupava o posto de um dos polos de poder no concerto europeu até a 1ª Guerra Mundial. Posteriormente, a União Soviética era uma das superpotências no sistema bipolar da Guerra Fria. O fim da Guerra Fria e ascensão dos Estados Unidos como única superpotência trouxeram um cenário inédito para a correlação de forças entre os Estados e a hierarquia de poder no cenário internacional: pela primeira vez os estudos das relações internacionais – no sentido moderno do termo – se deparavam com um sistema unipolar com um *hegemon* detentor de uma quantidade de recursos muito superior aos outros Estados.

O conceito de unipolar utilizado no presente trabalho baseia-se em Wohlforth (1999; 2009). Nesse novo cenário, os Estados Unidos passaram a ocupar o posto de *hegemon* incontestável, única superpotência com capacidades militares, econômicas, tecnológicas e geopolíticas muito superiores a qualquer outro Estado ao redor do globo. Conforme a definição de Wohlforth, a unipolaridade do SI implica na impossibilidade de que haja uma tentativa de contrapeso de forças, mas não resulta em afirmar que não existam outras potências no sistema. Para Wohlforth, a maior diferença das configurações de força entre a unipolaridade e os sistemas multipolar e bipolar é que os Estados Unidos não somente possuem uma grande disparidade de meios e recursos em relação aos outros Estados, como também possuem um “portfólio de capacidades simétrico” (1999, p. 20). Segundo o autor, quando uma grande potência possui um “portfólio assimétrico”, passa a ser vista como concomitantemente poderosa e vulnerável, gerando “ambiguidade sobre qual Estado é mais poderoso, qual é o mais seguro, qual é uma ameaça para qual e qual poderia se arriscar na tentativa de buscar a hegemonia do sistema” (WOHLFORTH, 1999, p. 20, tradução nossa). A assimetria dos portfólios de capacidades das potências era uma característica dos sistemas multipolar e bipolar⁶¹. Pela lógica

⁶⁰ Consideram-se aqui como potências no século XIX: o concerto europeu entre Rússia, Prússia, Áustria Inglaterra e França, estabelecido após o Congresso de Viena, na esteira das Guerras Napoleônicas; e, no século XX, as duas superpotências da Guerra Fria: União Soviética e Estados Unidos.

⁶¹ Wohlforth (1999, p. 21-22) afirma que no século XIX, enquanto o Império Russo tinha a primazia da força militar continental, o Império Britânico era superior em sua Marinha, ao passo que as economias das cinco potências eram relativamente semelhantes. Já durante a Guerra Fria, embora os Estados Unidos fossem superiores à URSS economicamente e também em sua capacidade aérea e naval, a localização da União Soviética, a militarização de sua economia e o enorme exército soviético possibilitavam a tomada do espaço geográfico eurasiático e garantiam a bipolaridade do sistema.

inversa, a unipolaridade implica na simetria de capacidades superioridades dos Estados Unidos em relação às outras potências e a certeza – ainda que teórica – da supremacia de Washington.

Conceitualmente, o autor define que “em um sistema unipolar o equilíbrio de poder é impossível, pois quando este se torna possível, o sistema deixa de ser unipolar” (WOHLFORTH, 1999, p. 29, tradução nossa). Se analisado pela ótica de Aron, foi estabelecido, com o fim da Guerra Fria, a “paz hegemônica” no SI. Na concepção do autor, “[a] paz se fundamenta na potência, ou seja, na relação entre os diferentes graus de capacidade que têm as unidades políticas de agir sobre as outras.” (2002, p. 220). Assim, diferencia entre três tipos de paz: 1) de equilíbrio; 2) hegemônica; 3) de império. Essas três formas se distinguem a partir da relação de forças entre as unidades políticas. A paz hegemônica é, portanto, quando “uma unidade política é incontestavelmente superior às outras” (ARON, 2002, p. 221).

Por essa lógica, Wohlforth defende que 1) o Sistema Internacional estabelecido a partir de 1991 é incontestavelmente unipolar, devido a concentração de poder em Washington e sua capacidade de projetá-lo mundialmente; 2) que a unipolaridade torna-o tendente à paz, uma vez que rivalidades hegemônicas estariam ausentes nesse novo sistema, pois nenhum outro país teria as condições necessárias de se engajar em um conflito com Washington pela supremacia internacional; 3) que é durável, pois, em um futuro visível, nenhum outro país seria capaz de contestar a hegemonia estadunidense (WOHLFORTH, 2009, p. 7-8).

Apesar da alegação de que a unipolaridade seria pacífica e duradoura, Wohlforth (1999) conclui que as elites políticas das outras potências continuariam ressentidas com a assimetria de poder estadunidense. Consequentemente, lutariam pelos “pré-requisitos para entrarem no clube das grandes potências” (p. 35, tradução nossa). Nesse contexto, costuma-se creditar à Rússia o papel de Estado insatisfeito com o status quo, cujo objetivo seria alterar o sistema a partir do enfrentamento com o *hegemon*, nomeadamente, os Estados Unidos. De fato, Kofman (2019, p. 2) afirma que a Rússia busca redesenhar a arquitetura de segurança que lhe foi imposta no pós-Guerra Fria. Não obstante, a percepção da elite política russa sobre a assimetria de forças em relação aos Estados Unidos descarta, a princípio, a possibilidade de enfrentamento direto entre Moscou e Washington como um objetivo da política externa do Kremlin, como na teoria da disputa hegemônica de Gilpin.

Dois são os pressupostos centrais da teoria de Gilpin: 1) o sistema tende a permanecer em equilíbrio enquanto as grandes potências estejam satisfeitas com os arranjos políticos, territoriais e econômicos; 2) a mudança do sistema ocorrerá quando uma grande potência, ou um grupo destas, estiver insatisfeita com as condições estabelecidas pelo status quo e entendem

que os benefícios de o alterar serão maiores do que os custos⁶². Assim, o autor afirma que o principal mecanismo de mudança do sistema foram, historicamente, as guerras, chamadas pelo autor de guerras hegemônicas. A teoria de Gilpin prevê que, para que haja o conflito entre as potências, o hegemon precisa confiar em sua capacidade de defender o status quo enquanto que o Estado revisionista – insatisfeito – acredita possuir capacidades suficientes para desafiá-lo. Como produto de ditas guerras, haveria a criação de um novo status quo e situação de equilíbrio entre as forças (GILPIN, 1981, p. 11- 15).

Não obstante, as obras de Aron e Gilpin foram escritas no decorrer da Guerra Fria e da bipolaridade entre as superpotências. Assim, ainda que os autores tenham empreendido esforço teórico para explicação de um Sistema Internacional unipolar, não haviam observado, empiricamente, a instauração de um SI cuja relações de forças fosse destacadamente assimétrica a favor de uma única superpotência. Conseqüentemente, se adotarmos a definição conceitual de unipolaridade de Wohlforth, a teoria da disputa hegemônica não poderia ser aplicada ao SI pós-Guerra Fria, já que acarreta na falta de incentivo às guerras entre as grandes potências. Argumenta-se, portanto, que a configuração de forças da queda União Soviética traz características inéditas para o confronto entre potências, e mais especificamente para a Rússia.

À vista disso, Wohlforth debate sobre os motivos que poderiam reacender a disputa entre grandes potências por influência no Sistema Internacional mesmo com a enorme vantagem da capacidade material à disposição dos Estados Unidos. Assim, define que uma vez que os EUA ocupavam o lugar de *hegemon* incontestável do SI, caberia a Washington manter a ordem internacional. Logo, quanto mais eficientemente os EUA performassem seu papel, mais durável seria a unipolaridade do sistema. Contudo, se fossem incapazes de traduzir suas capacidades potenciais para a promoção da ordem, a disputa entre grandes potências logo reapareceria. Como consequência da sensação de insegurança, os líderes locais dos países teriam incentivos para proverem a segurança de seu Estado através do aumento de suas capacidades militares que, com o tempo, traria de volta à uma reestruturação tendente à bipolaridade ou multipolaridade (WOHLFORTH, 1999, p. 39).

Dez anos após a publicação do artigo sobre a estabilidade do sistema unipolar, Wohlforth publicou um novo artigo, intitulado *Unipolarity, Status Competition and Great Power War*. Nesse estudo, Wohlforth afirma que, segundo as teorias sobre transição de poder, a guerra não teria relação com a unipolaridade do sistema, mas sim emergiria da insatisfação

⁶² Para os propósitos deste trabalho, os dois pressupostos citados bastam. Em sua obra, o autor detalha um conjunto de cinco pressupostos nos quais se baseiam sua teoria e que desenvolve ao longo do livro. Cf. Gilpin (1981, p. 10-11).

entre potências sobre o status quo e a hierarquia do sistema⁶³. Diferentemente da teoria hegemônica de Gilpin (1981), a insatisfação e a transição para um sistema bipolar ou multipolar não resultaria, necessariamente, na guerra entre potências. Contrário a estes teóricos, Wohlforth se baseia em dois argumentos para afirmar que mudanças no status quo permaneceriam interligadas à probabilidade do embate entre as potências. Em primeiro lugar, o autor afirma que a motivação humana para a guerra não depende apenas da distribuição de capacidades materiais e objetivos tangíveis como a segurança e a prosperidade, mas também por objetivos imateriais como status social. Em segundo lugar, Wohlforth se distancia da Teoria da Identidade Social ao afirmar que a insatisfação com a posição ocupada pelo Estado no SI e seu status social entre os países não se dá apenas pela explicação da psicologia, mas está relacionada com a distribuição de capacidades tangíveis. Portanto, quanto mais estratificada for a distribuição de capacidades, maior será o nível de insatisfação das grandes potências com o seu status internacional (WOHLFORTH, 2009, p. 28).

Com efeito, Wohlforth propõe o seguinte questionamento: “o que acontece com esses modelos teóricos se o que for mais importante para os Estados não são os fluxos de capacidades materiais em si, mas as implicações destes para seu status relativo a outras potências?” (2009, p. 34, tradução nossa). Desse modo, afirma que as tradições de pesquisa na sociologia, economia e ciência política demonstram que os atores buscam transformar seus recursos materiais em status. Quando atores possuem os recursos necessários, buscam convertê-los em algo que possua mais valor do que a mera posse sobre os materiais: o status social.

E foi precisamente nesse contexto – percepção de insegurança advinda da distribuição assimétrica de capacidades militares e consequente perda do status de grande potência – que a elite política russa encontrou a justificativa para sinalizar o SI como hostil e compreender que a arquitetura de segurança que lhe foi imposta após a queda da URSS não garantia a defesa do Estado russo. Consequentemente, o país deveria se fortalecer militarmente para entrar no clube das potências e participar do concerto internacional de forma ativa e protagonista. Não obstante, pode-se afirmar que uma percepção pragmática do Sistema Internacional por parte de Moscou traduz-se em novas formas de disputas de poder que não as mesmas do Império Russo e da União Soviética. Seria, portanto, improdutivo analisar a pretensão russa de resgatar seu status de grande potência a partir da ótica de disputa hegemônica e do enfrentamento direto – ainda que teórico – entre Rússia e Estados Unidos.

⁶³ O autor cita a obra de Tammen, Lemke, Alsharabati, et. al (2000) *Power Transitions: Strategies for the 21st Century* (WOHLFORTH, 2009, p. 28).

No entanto, o renascimento militar russo trouxe consequências para a imagem do país nas relações internacionais. Concomitantemente ao incremento de suas capacidades militares, a Rússia se engajou em três conflitos nos quais suas forças armadas foram deslocadas para além de suas fronteiras. Tais eventos foram percebidos pela comunidade internacional, sobretudo Estados Unidos, União Europeia e ex-repúblicas soviéticas, como sinal da agressividade do governo Putin e um prelúdio de futuras intervenções do país em sua busca pelo status de grande potência.

4.3 O debate sobre a política externa russa: ofensiva ou defensiva?

Com esse cenário em mente, análises feitas por acadêmicos das áreas das Relações Internacionais, Ciência Política e da Segurança Internacional tendem a contrapor duas principais visões. Conforme mostra Tsygankov (2006, p. 1080), grupos de estudiosos ocidentais já demonstravam a preocupação com o retorno do militarismo russo e apontavam a tendência imperialista de Moscou sob a região em seu entorno geográfico, sendo as decisões do Kremlin uma ameaça aos países pós-soviéticos. De fato, o autor reconhece que há, na Rússia, um grupo de pensadores e políticos que possuem tal viés do pensamento geopolítico, denominados por Tsygankov como “Imperialistas”. Na perspectiva dos Imperialistas, a Rússia estaria predestinada a ser uma potência que iria contrapor a influência ocidental ao redor do globo e que, para isso, alternativas de políticas que se utilizam de *hard power* devem estar à disposição para serem empregadas por Moscou, como sanções, “diplomacia energética”, e apoio militar a grupos separatistas em países do espaço pós-soviético que busquem à reunificação com o território russo (TSYGANKOV, 2006, p. 1085).

Isto posto, faz-se necessário entender o que contribui para a disputa de narrativas entre as potências ocidentais e o Kremlin acerca da postura militar mais assertiva de Moscou a partir de 2008. Enquanto os primeiros acusam a Rússia de se posicionar como um ator agressivo das relações internacionais, cujas ações são imprevisíveis, o posicionamento oficial russo afirma apenas defender seus interesses securitários a partir de uma política de Defesa pragmática, constante e clara.

Concernente a este aspecto, Pynnöniemi (2018, p. 240) identifica que há uma lacuna entre as interpretações russas e ocidentais acerca da ordem mundial que, segundo a autora, está aumentando. Nesse sentido, a construção da narrativa russa se dá por meio da nomeação de eventos como a expansão da OTAN e as Revoluções Coloridas em países vizinhos à Rússia, transformando o Ocidente em uma ameaça à segurança do país ao passo em que se define como

ator defensivo da política de segurança internacional (PYNÑÖNIEMI, 2018, p. 242). De forma semelhante, tal posicionamento de Moscou é definido por Kofman (2019, p. 4) como uma “paranoia” em relação às intenções dos Estados Unidos, que teriam como finalidade derrubar o regime de Moscou. Por sua vez, Westerlund (2018, p. 38) considera que as percepções de ameaças à Rússia se tornaram uma profecia que se autorreproduz e justifica as ações da Política de Defesa do Kremlin nos níveis internacional e doméstico em busca de colocar o atual governo como a única opção de liderança política do país capaz de manter a segurança e estabilidade da Rússia.

Não obstante, a dicotomia defensiva-ofensiva é questionada por Pynnöniemi (2018, p. 243). Em conjunto, os documentos de política de Defesa da Rússia são fontes do esforço sistemático da Rússia pós-soviética em aumentar a sua capacidade militar. Contudo, tal esforço não implica – necessariamente – na busca por um conflito direto com Estados Unidos e OTAN, nem precisaria contribuir para uma nova corrida armamentista nos moldes da Guerra Fria. Aumentar sua capacidade militar seria, portanto, garantir a soberania do país, a independência de suas políticas doméstica e externas e garantir a segurança contra ameaças externas nos países adjacentes ao território russo. Nessa perspectiva, Pynnöniemi (2018) cita o termo “democracia soberana” criado por Vladislav Surkov⁶⁴, segundo o qual “a real democracia na Rússia só é possível em uma condição máxima de soberania, ou seja, quando o Estado está protegido contra forças que queiram destruir seu sistema político ou limitar sua independência” (SURKOV, 2008 apud PYNÑÖNIEMI, 2018, p. 246-247, tradução nossa).

Após os eventos na Geórgia, e sobretudo na esteira da anexação da Crimeia, proliferou-se a percepção da política externa russa como ofensiva e expansionista, alertando sob o risco de uma possível tentativa de Moscou em restaurar o bloco soviético. Muitas dessas análises se baseiam, para além dos fatos em si, na célebre afirmação de Vladimir Putin de que o fim da União Soviética teria sido “o pior acontecimento geopolítico do século XX” (PUTIN..., 2005). Outros elementos corroboram para essa percepção. Conforme visto no capítulo anterior, a doutrina militar russa passou a permitir o primeiro-uso de seu arsenal nuclear em defesa de seus interesses, em conjunto com o aumento dos investimentos militares e modernização de suas forças armadas. Somado a estes fatores, a alteração da definição do conceito de cidadania russa para abranger populações que vivem no exterior, a partir do processo de “étnico-cidadania” que

⁶⁴ Surkov serviu no gabinete presidencial da Rússia entre 1999 e 2011, e entre 2013 e 2020 foi conselheiro presidencial de Vladimir Putin, considerado como um dos principais articuladores ideológicos da Administração Putin e das políticas em relação às regiões separatistas da Ossétia do Sul, Abecásia e do Leste Ucrainiano (NEMETSOVA, 2020; RUSSIAN..., 2013).

define como russos não apenas pelos fatores da esfera civil de pertencimento ao Estado, mas também por razões culturais e linguísticas (BLAKKISRUD, 2016, p. 250), abrem maior espaço de manobra para o emprego das forças armadas no exterior em defesa desses cidadãos, conforme permitido pela Doutrina Militar Russa de 2010 (terceira seção, parágrafo 20) e mantida na versão de 2014 (terceira seção, parágrafo 22). Com isso, os casos da Abecásia e Ossétia do Sul, em 2008 e da Crimeia, em 2014, geraram nos países que compunham a URSS o receio de novas incursões militares realizadas por Moscou em seus territórios.

Como exemplo de uma dessas análises, Rovner (2015) considera “incompetente” a estratégia do Kremlin, nomeadamente a de Putin, no posicionamento internacional do país no contexto da crise da Crimeia. Para o analista, as ações de Moscou a partir de 2014 contribuíram para o próprio isolamento político e econômico do país no cenário internacional. Ainda, as sanções impostas por Washington e pela União Europeia seriam capazes de afligir suficientemente a economia russa para frear os investimentos militares e o plano de modernização armamentista (ROVNER, 2015, online). Em última análise, poder-se-ia argumentar que, decorrente do processo de anexação da Crimeia, a Rússia, sobretudo sob a imagem de Putin, passaria a ser caracterizada como um pária internacional, e que a piora econômica devido às sanções e à queda do preço do petróleo na última década contribuíram para a perda de apoio ao governo de Vladimir Putin.

Além disso, o autor ainda acredita que Vladimir Putin possui uma má avaliação sobre o verdadeiro poderio militar russo, fazendo-o acreditar que o país seja capaz de se defender contra as forças da OTAN em um conflito local devido à superioridade numérica de suas forças armadas em comparação com os países vizinhos. Por esse ângulo, Rovner (2015, online) afirma que os Estados Unidos demonstraram, ao longo dos últimos 30 anos, capacidade de superar as defesas do inimigo e que, portanto, seria capaz de surpreender os líderes russos em um eventual conflito. Por fim, Rovner (2015, online) aponta que a manobra estratégica russa para garantir o controle sobre a península da Crimeia encontrou características favoráveis únicas à situação, como o fato de a população ser majoritariamente de etnia russa, o controle sobre a base naval em Sebastopol e a fragilidade do governo central ucraniano, que estava em meio à uma crise devido aos protestos na capital Kiev. Desse modo, seria altamente improvável que a mesma estratégia tivesse resultados positivos para o Kremlin em outras regiões, como no próprio Leste Ucraniano, onde, apesar do apoio aos separatistas da região de Donbass, Moscou não conseguiu garantir a independência ou incorporação da região à Federação Russa.

Outro exemplo de análise sobre o posicionamento russo como agressivo é feito por Olikier (2016). Conforme a autora, a Rússia busca ser reconhecida internacionalmente como a

superpotência global que fora na era soviética. O reconhecimento como tal seria consequência direta da crescente confiança em seu poderio militar a partir de 2008, o êxito da anexação da Crimeia e a manutenção do regime de Bashar al-Assad na Síria a partir do apoio diplomático e militar de Moscou. No entanto, Olikier (2016, p. 81) compreende essas ações como um mero “ativismo impulsivo” do Kremlin, incapaz de promover a liderança internacional da maneira como deseja.

Para Olikier, a incapacidade do Kremlin em atingir seus objetivos e ser, portanto, reconhecida como ator de fato influente nas relações internacionais, se dá em razão da falta de coerência entre os objetivos políticos de Moscou. Em sua análise, em vez de promover seus interesses específicos, o governo russo busca oportunidades para demonstrar sua capacidade. Nesse sentido, as intervenções russas nos assuntos internacionais contradiriam seu interesse em se portar como uma alternativa de poder aos Estados Unidos – como possível aliado e colaborador internacional – e passariam a ser mero exibicionismo de poder que contribui para a reputação do país como ator imprevisível das relações internacionais. Desse modo, mesmo que Estados e outros atores europeus passassem a buscar alternativas à liderança norte-americana – sobretudo nos anos da Administração Trump e o afastamento do governo estadunidense em relação ao continente europeu – a Rússia dificilmente seria vista como uma opção devido à desconfiança destes atores em relação a Moscou (OLIKER, 2016, p. 81-82).

Zwack (2016), por sua vez, analisa as relações entre Rússia e Ocidente. Nesse contexto, o autor entende como contraditório o posicionamento de Moscou *vis a vis* o bloco ocidental, sobretudo no que se refere à OTAN e à questão da segurança nacional russa⁶⁵. Segundo Zwack (2016, p. 145), apesar do discurso oficial do governo russo e da doutrina militar do país destacarem a OTAN como principal ameaça, a instabilidade do Cáucaso e possível ataque de grupos terroristas na região deveriam ser a fonte de maior preocupação para o Kremlin. Nesse sentido, o autor defende que a extinção da aliança militar ocidental seria, na realidade, prejudicial à segurança nacional russa. A própria expansão da OTAN para o Leste Europeu não é considerada pelo analista como um problema à segurança russa. Em sua perspectiva, a não ser que provocada por iniciativas do Kremlin, a aliança militar ocidental não se configura como ameaça e nem busca o confronto com Moscou (ZWACK, 2016, p. 149).

⁶⁵ Vale destacar, no entanto, que as perspectivas de Peter B. Zwack são fortemente influenciadas por sua trajetória como General de Brigada do Exército estadunidense e representante da Defesa dos EUA (*US Senior Defense Attaché*) em Moscou, entre 2012 e 2014. Desse modo, é natural que a visão de Zwack sobre a importância da OTAN para a segurança da Europa e da própria Rússia seja positiva e busque postular que o bloco militar ocidental não se apresenta como real ameaça a Moscou.

De forma contrária às análises acima, Mearsheimer (2014) e Kofman (2015) defendem que a crescente assertividade da ação internacional russa é resultado das ações ocidentais e que se configuram como uma estratégia até então bem-sucedida do governo de Vladimir Putin. Mearsheimer (2014), em específico, credita ao Ocidente a crise na Ucrânia de 2014 que levou à anexação da Crimeia pela Federação Russa. O autor discorda da alegação de muitos analistas e políticos estadunidenses e europeus de que a incorporação do território da Crimeia seria apenas o início de um planejamento histórico para a restauração do bloco soviético (MEARSHEIMER, 2014, p. 77).

Conforme o autor, a Rússia se opõe veementemente à expansão da OTAN para o Leste Europeu desde meados dos anos 1990 – o que pode ser verificado nos documentos analisados no capítulo 2, em especial nas Doutrinas Militares da Federação Russa – e, ao menos desde a Guerra da Geórgia, em 2008, expressava claramente que não iria permitir que um país estratégico para a segurança nacional russa, sobretudo a Ucrânia, se tornasse um “bastião ocidental” próximo a suas fronteiras (MEARSHEIMER, 2014, p. 77). Mearsheimer argumenta que o espanto de analistas estadunidenses e europeus em relação à tomada da Crimeia pela Rússia se dá em razão da visão equivocada que estes teriam sobre as relações internacionais contemporâneas. Baseada na perspectiva liberal de que a teoria realista seria de pouca relevância para a compreensão da dinâmica de segurança internacional, em específico no continente europeu, teóricos e analistas das RI foram surpreendidos pela *Realpolitik* russa.

Ainda nessa perspectiva, Mearsheimer (2014, p. 82) assevera que a decisão de Putin de tomar a Crimeia deve ser compreendida como racional, e não impulsiva. Devido ao histórico de invasões da Rússia pelo exército napoleônico, Império Alemão e a Alemanha nazista, a Ucrânia serve como Estado-tampão⁶⁶ vital para a segurança do território russo. Portanto, o autor argumenta que nenhum líder russo seria passivo em relação a uma crescente aproximação do governo ucraniano ao Ocidente, muito menos à instauração de um governo pró-Ocidente e formalização da incorporação do país à OTAN. Por conseguinte, afirma que “grandes potências sempre são sensíveis a potenciais ameaças próximas a seu território [...] [e] cabe à Rússia, e não ao Ocidente, decidir o que é considerado ameaça para os russos.” (MEARSHEIMER, 2014, p.

⁶⁶ Conforme a definição de Partnem (1983, p. 17), um Estado-tampão estaria localizado entre dois países ou blocos e teria uma política externa independente, no qual buscasse evitar um alinhamento militar com nenhum dos dois oponentes. Mearsheimer (2014) não chega a debater o termo, mas, aqui, consideramos que, na percepção russa, a Ucrânia seria mais do que um Estado-tampão. Para Moscou, a Ucrânia se encontra dentro de sua zona exclusiva de interesse, cujos desdobramentos acarretam na falta de espaço para execução de uma política externa de fato independente.

82, tradução nossa). Assim, pode-se considerar que a interpretação de Mearsheimer (2014) é diametralmente oposta à de Zwack (2016).

Em resposta a Rovner (2015), Michael Kofman (2015) julga que a estratégia de Putin é muito melhor construída do que a apontada pelo primeiro. O autor critica, como ponto de partida, a dicotomia entre as visões sobre o poder russo a nível internacional. Nesse sentido, duas narrativas costumam ser utilizadas em busca de anular uma à outra: 1) a Rússia irá, eventualmente, desintegrar-se em razão de seu próprio comportamento como Estado; 2) a Rússia busca a destruição do modelo ocidental de civilização e possui capacidades suficientes para a execução desse objetivo. Nesse sentido, Kofman (2015, p. 1-3) propõe uma análise mais balanceada e melhor informada das reais capacidades e interesses russos. Kofman afirma que, embora a Rússia seja uma potência regional com declínio estrutural de poder, ainda possui uma imensa capacidade de atrapalhar o desenvolvimento dos interesses dos países ocidentais. Destarte, declara que a Rússia “pode não ser capaz de derrotar a OTAN, mas sua força militar convencional é suficiente para impor maiores custos em um conflito com o Ocidente ou derrotar qualquer ex-república soviética.” (KOFMAN, 2015, p. 3, tradução nossa).

Enquanto Rovner (2015) alega que o presidente russo não consegue compreender a relação entre violência militar e objetivos políticos, Kofman (2015, p. 4) argumenta justamente o oposto. Segundo o autor, desde que Putin assumiu o poder, Moscou tem demonstrado a capacidade de usar seu poderio militar para atingir os fins políticos desejados. Nesse sentido, lista a estabilização da Chechênia; a intervenção na Geórgia que garantiu a soberania, de facto, das regiões da Abecásia e Ossétia do Sul e afastou a possibilidade, pelo menos a curto e médio prazo, de adesão da Geórgia ao bloco militar ocidental; e a anexação da Crimeia⁶⁷. Daí a maior diferença das incursões russas em países pós-soviéticos no século XXI em comparação com os anos 1990. De acordo com Renz (2018, p. 108), as operações militares da Rússia nos conflitos na Transnístria, Abecásia, Ossétia do Sul e Tadjiquistão não foram o resultado de uma estratégia delineada a priori, mas apenas uma resposta aos desdobramentos das hostilidades iniciadas. Nestes casos, as forças russas estacionadas nos países em questão tornaram-se alvos de forças paramilitares e frequentemente agiam de forma independente, sem o comando de Moscou.

⁶⁷ Kofman também afirma como a execução das ações militares por Moscou evoluíram entre os três eventos. Ainda que o objetivo político tenha sido atingido nas campanhas da Chechênia, Geórgia e Crimeia, a primeira foi marcada pelo grande despreparo e brutalidade dos soldados russos; já em 2008, apesar da demonstração das debilidades russas, o conflito resolveu-se num espaço de cinco dias e também revelou avanços de ordem tática e tecnológica; e, em 2014, Moscou foi capaz de incorporar a Crimeia sem o início de hostilidades e sem a perda de nenhum soldado.

Assim, Kofman considera que o argumento de que a Rússia não poderia controlar toda a Ucrânia e nem teria êxito em repetir o episódio da Crimeia em outras regiões é falsamente utilizado para sustentar a ideia de que o país não dispõe de recursos militares, políticos e econômicos suficientes para defender sua estratégia. Na lógica do autor, o Kremlin é consciente das condições favoráveis únicas que tornaram a anexação da Crimeia possível e sabem da improbabilidade de repetir o movimento em outros casos. Sobretudo, afirma que o governo russo não tem como objetivo incorporar toda a Ucrânia, já que Moscou consegue exercer grande influência sobre Kiev sem ter de ocupar o país por inteiro. Os próprios desdobramentos da Guerra Civil no Leste Ucrainiano e o papel crucial desempenhado pelo Kremlin para as negociações de paz⁶⁸ e o futuro da região demonstram que o governo russo continua a ser o principal garantidor da estabilidade política ucraniana (KOFMAN, 2015, p. 8).

De fato, ao comparar os êxitos russos com as experiências lideradas pelos Estados Unidos no século XXI, nomeadamente no Iraque, Afeganistão e Líbia, Kofman considera que o Kremlin é consciente em relação ao uso de sua força militar com os seus objetivos políticos. Para o autor, essa compreensão acurada entre as duas esferas se dá em razão da falta de outras alternativas como das quais gozam os Estados Unidos. Sendo assim, afirma que as capacidades econômica, diplomática e informacional da Rússia são fortemente contextualizadas e limitadas geograficamente. Dessa perspectiva, pode-se inferir que o cálculo entre a dosagem de força e seus objetivos políticos é ainda mais sensível por parte de Moscou do que para Washington (KOFMAN, 2015, p. 7).

Por fim, de forma semelhante a Mearsheimer (2014), Kofman (2015, p. 9) aponta que a Rússia foi capaz de desafiar o Sistema Internacional baseado em regras do modelo ocidental e saiu-se praticamente ileso, se comparados os ganhos e perdas políticos. Afinal, conforme Mearsheimer (2014) já havia discutido em seu artigo na esteira dos desdobramentos da anexação da Crimeia, instrumentos de pressão como sanções ao Estado russo não seriam eficazes, já que, na concepção do autor, a “[h]istória mostra que os países irão absorver quantidades enormes de punição para proteger seus interesses estratégicos centrais. Não há nenhuma razão para crer que a Rússia será uma exceção a essa regra.” (MEARHSEIMER, 2014, p. 85, tradução nossa). Ao fazer isso, Putin demonstrou que a geopolítica e *hard power* ainda são instrumentos fundamentais nas relações internacionais contemporâneas, gerando

⁶⁸ Duas tentativas principais de cessar-fogo aconteceram desde o início dos confrontos. Em 2014, Rússia, Ucrânia e representantes das repúblicas separatistas República Popular de Donetsk e República Popular de Lugansk assinaram um cessar-fogo em Minsk, Belarus. Em 2019, um novo acordo de paz foi firmado entre as partes em Paris, sob a supervisão de França e Alemanha (UKRAINE..., 2019).

preocupação nos membros da OTAN do Leste Europeu acerca de suas garantias de segurança e pressionando os países vizinhos a conjecturar relações mais próximas com Moscou.

Nesse sentido, vale destacar a contribuição de Piccolli (2019) que complementa o entendimento da crescente assertividade da política externa russa a partir de 2008. Em sua tese de doutorado, Piccolli (2019) define a estratégia adotada por Moscou como “Defensiva-Reativa-Utilitária (DRU)”. Conforme afirma a autora, os termos defensivo-reativo do posicionamento russo não implicam em representar a ausência de protagonismo ou passividade do país a nível internacional, mas é definida pelo Kremlin como uma reação ao ambiente hostil que ameaça o país na arquitetura de segurança internacional que lhe foi imposta a partir de 1991 (PICCOLI, 2019, p. 29). Já em relação ao termo “utilitário”, Piccolli (2019, p. 32) pretende destacar o caráter “pragmático e “não ideológico” da política externa russa, que busca estabelecer relações multivetoriais com uma maior gama de atores internacionais e desvencilhar da imagem do país o passado comunista. Ainda que domesticamente a narrativa de resgate dos valores culturais e históricos russos vise concatenar o passado imperial e soviético e reafirmar o nacionalismo russo com crescente fundamento na Igreja Ortodoxa Russa, esta não é utilizada pelo Kremlin em suas relações internacionais na busca por parceiros estratégicos ou tentativa de interferência de assuntos domésticos em outros países.

4.4 *Derzhavnost*: a Rússia como potência

Quaisquer que sejam as perspectivas utilizadas nas análises da política externa russa do século XXI, considerando-a ofensiva-agressiva ou defensiva-reativa, um ponto em comum da maior parte dos estudos referente ao tema é o foco na busca por Moscou pelo reconhecimento internacional de seu status de grande potência. Isso decorre não somente de suas ações no exterior, mas também do fato de o governo russo reiterar, constantemente, o direito histórico russo de se colocar como grande potência e o desejo de que tal status seja reconhecido pela comunidade internacional, sobretudo por seus pares.

Nesse sentido, a crescente centralização de poder na Rússia na figura de Putin gera comparações com a era Yeltsin em razão da mudança da postura internacional do país a partir de sua ascensão ao poder em 2000. Em razão da política externa russa no século XXI apresentar-se cada vez mais assertiva e contrária à submissão passiva aos interesses ocidentais em prol de um protagonismo nas relações internacionais, credita-se à Presidência de Putin toda a explicação para a aparentemente mudança de posicionamento da Rússia. Argumentamos, no

entanto, que essas perspectivas tendem a ignorar a complexidade da construção dos interesses político-securitários do país construídos historicamente.

Vale ressaltar, no entanto, que o argumento de que os rumos da política externa russa no século XXI não podem ser creditados única e exclusivamente à figura de Putin, não implica em desqualificar a grande importância do Presidente em relação ao tema. A correlação entre as duas esferas é intrinsecamente desenvolvida, sobretudo devido ao crescente caráter centralizador de poder na Presidência russa e o fato de Vladimir Putin ocupar o cargo desde 2000 – a despeito do interím 2008-2013, período no qual permaneceu no governo como Primeiro-Ministro e elegeu seu sucessor Medvedev – com possibilidades de permanecer no cargo até 2036. No entanto, baseado na crítica feita por Gunitsky e Tsygankov (2018), o presente trabalho tem como foco de análise a dimensão histórica-estrutural para compreensão das ações de política externa russa.

Com base em Aron, argumenta-se que, mesmo que no nível tático as ações dos Estados sejam passíveis de grandes alterações, no âmbito estratégico observa-se a manutenção de tendências históricas, que podem ser entendidas a partir do conceito de “interesse nacional” do autor:

[a] *fortiori*, o interesse nacional não pode ser reduzido aos interesses privados ou privado-coletivos. Num sentido limitado, este conceito é útil, pois desperta nos cidadãos a consciência da unidade política de que participam durante algum tempo, que existiu antes deles e que continuará a existir. [...] Não se segue daí que o interesse nacional seja definido, possa ou deva ser definido abstraindo o regime interno, as aspirações das diferentes classes, o ideal político do país. Uma coletividade não muda de objetivos toda vez que altera sua constituição, sempre que mudam suas ideias ou sua classe dirigente. (ARON, 2002, p. 151)

A linha de investigação que foca na figura de Putin como principal fator explicativo da política externa russa é chamada por Gunitsky e Tsygankov (2018) de “viés wilsoniano”. Essa perspectiva liberal-institucionalista, portanto, tende a compreender governos como de Gorbachev e Yeltsin como inerentemente pacíficos e cooperativos com o Ocidente, ao passo que o governo de Putin, enquanto autocrático, seria por natureza beligerante, agressivo e revanchista em relação às potências ocidentais (GUNITSKY; TYSGANKOV, 2018, p. 385). Embora não ignorem a importância das instituições locais, apontam dois fatores que consideram primordiais para o entendimento do fenômeno: 1) a busca por supremacia na sua vizinhança imediata, o chamado espaço pós-soviético; 2) busca por reconhecimento de sua importância pelas potências ocidentais. Para Gunitsky e Tsygankov (2018, p. 365) esses fatores transcendem

a figura do líder político russo e das instituições domésticas e auxiliam na explicação de “mudanças abruptas” na política externa de Putin.

Em relação ao primeiro ponto, os autores enfatizam que a busca pela hegemonia regional sobre os países vizinhos é um traço comum que permeia a história russa, ligando a era imperial, soviética e pós-soviética (GUNITSKY; TYSGANKOV, 2018, p. 385). Ainda que essa forma de hegemonia tenha se alterado com o tempo, e hoje a Federação Russa não tenha como objetivo restabelecer formalmente um império, permanece o objetivo de impedir a interferência de outras potências sobre os países vizinhos e garantir a supremacia dos interesses russos *vis-à-vis* os outros Estados pós-soviéticos. Nesse sentido, essa perspectiva concorre com o artigo de Mearsheimer (2014) para a compreensão da anexação da Crimeia como uma reação do Kremlin à possibilidade de aproximação da Ucrânia à União Europeia e OTAN, tornando-a lógica do ponto de vista do governo russo no que tange a segurança nacional.

O segundo fator explicativo da política externa russa contemporânea, ou seja, a busca pelo reconhecimento de outras potências como “mais um integrante do clube”, para utilizar do termo de Larson e Schevechenko (2010), é ilustrado pelos autores pelo conceito da língua russa *Derzhavnost*, que se refere à qualidade de “possuir e do reconhecimento de outros do claro status de grande potência do Estado” (GUNITSKY, TSYGANKOV, 2018, p. 385, tradução nossa). O termo deriva da palavra russa *derzhava*, que pode ser traduzido como “estado” ou “poder”, segundo Renz (2018, p. 24). Embora seja difícil uma tradução exata do termo derivado, Papkova (2008, p. 70, apud RENZ, 2018, p. 24, tradução nossa) entende *Derzhavnost* como “a qualidade de ser uma potência”. Nesse sentido, os autores elencam como características definidoras da *Derzhavnost* o prestígio internacional, o reconhecimento pelos pares e um “lugar à mesa” junto a outras grandes potências no concerto da ordem global. Por essa lógica, as tentativas do governo russo de se aproximar do Ocidente – como fora no imediato pós-11 de setembro, no qual Putin foi o primeiro chefe de Estado a telefonar para Bush oferecendo-lhe apoio e dando aval para a intervenção norte-americana no Afeganistão – podem ser explicadas como uma tentativa de se apresentar como um parceiro responsável e ator ativo e indispensável para a comunidade internacional (GUNITSKY, TSYGANKOV, 2018, p. 385).

É interessante notar que o conceito de *Derzhavnost* começou a aparecer já nos anos 1990, introduzido pela primeira vez no debate político durante campanha de Alexander Lebed⁶⁹

⁶⁹ Lebed serviu por 25 anos as Forças Armadas da URSS e da Federação Russa. À época da eleição, era um ex-tenente-general e recebeu 15% dos votos no primeiro turno, ficando em terceiro lugar na disputa presidencial. Em 1997, fundou seu próprio partido, o Partido Popular Republicano Russo (ALLENSWORTH, 1998, p. 55). Faleceu em 2002.

para as eleições presidenciais de 1996 (RENTZ, 2018, p. 24). Gunitsky e Tsygankov (2018) não fazem menção a essa questão, o que poderia contribuir para o argumento dos autores de que a lógica da política externa russa se mantém a despeito da liderança do Kremlin. Nesse sentido, Allensworth (1998) explora em seu artigo a visão do candidato Lebed em relação à Rússia como potência através do conceito de *Derzhavnost*.

Allensworth (1998, p. 51) afirma que o entendimento de Lebed sobre o status de grande potência da Rússia se diferenciava da visão expansionista do então também candidato Vladimir Zhirinovski, e do que o autor denomina “nostalgia comunista”. Nessa ótica, Lebed combinava características como o estatismo, nacionalismo e visão de grande potência, cabendo ao Estado a promoção de setores chaves da economia russa, entre eles o complexo industrial-militar.

Semelhante ao posicionamento de Vladimir Putin, na visão de Lebed o Estado é o responsável pela promoção da imagem do país como grande potência. Ainda, defendia que apenas uma forte Presidência seria capaz de concretizar o processo de transição democrática na Federação Russa de maneira soberana, ou seja, que levasse em consideração a história e a cultura nacional, e não fosse apenas uma transposição de valores políticos, ideológicos e econômicos ditados pelo Ocidente. Nesse sentido, Lebed defendia que os russos deveriam se tornar “mestres de seu próprio país” (ALLENSWORTH, 1998, p. 52, tradução nossa). Por fim, Lebed também já enfatizava a importância de uma reforma militar para os objetivos do Estado russo. Assim, considerava que forças armadas apropriadamente fortes e bem-organizadas – o que implicava em melhores condições de vida para os soldados e na profissionalização dos oficiais – eram condições *sine qua non* para que Moscou atingisse o estado de *Derzhavnost*, já que, historicamente, “quando as forças armadas são fortes, a Rússia é forte” (ALLENSWORTH, 1998, p. 56). Nesse sentido, argumenta-se que o conceito *Derzhavnost* transborda a análise focada na figura de Putin e entende a política externa russa contemporânea como uma expressão da ideologia nacionalista-estatista da elite política e militar do país, que privilegia a militarização de sua política externa construída em razão de fatores históricos e fortemente influenciada pelo contexto do mundo pós-Guerra Fria.

A partir dessa breve conceitualização, pode-se concluir que a *Derzhavnost* é melhor entendida como prática e não como dado natural. O status de grande potência, portanto, passa a ser produto das práticas de política externa do Estado russo, sobretudo através do relacionamento com as outras potências em nível de igualdade, reconhecimento e respeito pelos interesses diversos entre os polos de poder global. Esse entendimento é verificado inclusive nos documentos de Conceito de Política Externa e Doutrina Militar. Enquanto nas primeiras versões da década de 1990 os documentos definem a Rússia como “naturalmente uma grande potência”,

as versões mais recentes enfatizam a necessidade da Rússia de agir como uma grande potência e exigir o reconhecimento dos outros países de tal posição. Afinal, de acordo com os pressupostos de Aron (2002), o poder é um valor que só existe quando há a aplicação da força, direta ou indiretamente.

4.4.1 *Derzhavnost* como prática

Tsygankov (2008, p. 49) afirma que a busca pelo status de grande potência não é um objetivo em si mesmo para a Rússia, mas uma condição necessária para um maior engajamento do país com o mundo. Kofman (2019, p. 2), por sua vez, defende que a Rússia busca um acordo entre potências baseado não na real balança de forças, mas atrelado a sua performance no cenário internacional. A diferença entre os anos 2000 e 1990 se dá, novamente, no tom utilizado para atuação em conjunto com o Ocidente, e não na tentativa de cooperação⁷⁰ em si. Conforme Zonova e Reinhardt (2014, p. 502) destacam, as relações com os EUA foram uma prioridade da diplomacia russa na primeira metade da década de 1990. Entre 1992 e 1996, os dois países assinaram cerca de cem acordos, que amontam como mais da metade de todos os documentos assinados por Washington e Moscou entre 1933 e 1991. Desse modo, para reverter o cenário de ator coadjuvante da década de 1990, o governo Putin passou a exercer com maior assertividade a participação internacional da Rússia a fim de salientar aos demais países a importância de Moscou para a estabilidade internacional. Nesse sentido, passou a fazer uso de seu poderio militar de forma direta no exterior a partir de 2008 e incrementar os gastos militares para contínua modernização de sua força convencional e nuclear para fins de dissuasão estratégica.

Embora as incursões militares na Geórgia (2008), Crimeia (2014) e Síria (2015) pareçam, à primeira vista, exemplos de maior agressividade do governo russo em termos de disposição ao uso de força militar para obtenção de objetivos políticos, um olhar mais atento e holístico sobre estes episódios demonstra a racionalidade que permeia as decisões do Kremlin. Conforme explorado por Allison (2008), a intervenção na Geórgia foi um instrumento para a Rússia. Ao agir em nome de populações locais da Abecásia e Ossétia do Sul, Moscou sinalizou

⁷⁰ Neste trabalho, consideramos o termo cooperação não como necessariamente a visão em comum entre dois atores, mas sim a partir do reconhecimento mútuo de interesses e atuação em conjunto sobre um tema específico. Esse entendimento se baseia na definição de Axelrod e Keohane (1985, p. 226, tradução nossa): “Cooperação não é equivalente à harmonia. Harmonia requer a completa identidade de interesses, mas a cooperação só pode acontecer em situações que contenham uma mistura de interesses conflitantes e complementares.”

ao governo georgiano e à OTAN que não aceitaria a entrada de mais uma ex-república soviética na aliança militar ocidental. A anexação da Crimeia tampouco foi uma decisão irracional e descontextualizada, mas sim o cume dos desdobramentos das relações russo-ucranianas desde a Revolução Laranja de 2004, e novamente uma demonstração da capacidade de rápido deslocamento de seu aparato militar para execução de seus objetivos políticos. Por fim, o caso da intervenção na Síria é explicado por Renz (2018, p. 127) como resultado dos laços históricos entre Síria e União Soviética, e o fato de o país ser o último bastião da presença russa no Oriente Médio, sendo um consumidor de armas russas e local de uma base naval, em Tartus. A esses fatores, podem-se levantar como argumentos explicativos da ofensiva militar russa em apoio a Bashar al-Assad os seguintes pontos, de caráter militar e político: 1) oportunidade de demonstrar a nova geração e armas e equipamentos militares para potenciais consumidores no Oriente Médio e Norte da África (PHILLIPS, 2016)⁷¹; 2) treinamento em combate dos soldados russos⁷²; 3) se apresentar como potência garantidora de regimes e estabilidade doméstica que não mais permitiria a continuidade das ações da Primavera Árabe; e, principalmente; 4) mostrar ao Ocidente que qualquer solução para a crise na Síria precisaria incluir Moscou na mesa de negociação e tomadas de decisão

Rogers e Tyushka (2017) oferecem outra perspectiva interessante sobre o papel da Rússia enquanto potência regional e global. Os autores argumentam que Moscou não busca contrabalancear a hegemonia ocidental através de uma competição positiva que estabeleça um polo contra-hegemônico, mas sim possui uma estratégia “anti-hegemônica” que, ao atuar de maneira ofensiva, possui um caráter negativo de propostas. Assim, afirmam que essa estratégia é operacionalizada a partir de táticas ofensivas que buscam desarticular a narrativa ocidental e impedir a articulação das forças inimigas (ROGERS; TYUSHKA, 2017, p. 47). Nesse sentido, o instrumento primordial através do qual o Kremlin busca realizar essa tática é a capacidade cibernética que anula as vantagens ocidentais, seja no campo narrativo-político ou no campo militar.

Deste modo, os autores concluem que a Rússia contemporânea carece de um apelo político-social e cultural que se pretenda de alcance universal, como fora no período soviético a partir da narrativa comunista. Mesmo a crescente ênfase no nacionalismo étnico russo para

⁷¹ Vale citar, como exemplo, a compra feita pela Turquia, membro da OTAN, do novo sistema antimísseis da Rússia S-400, utilizado na Síria.

⁷² Dito pelo próprio presidente Vladimir Putin, durante entrevista, em 7 de junho de 2018. Ainda, conforme informado por Vasily Kashin, grande parte dos recursos econômicos utilizados para sustentar a campanha na Síria vieram provenientes do orçamento para treinamentos militares (MAJUMDAR, 2018).

incluir um grande número de pessoas que vivem no exterior e aumentar a influência de Moscou sobre estes países, não possui o apelo global que ultrapasse os limites da vizinhança russa. O governo tampouco busca colocar o país como antagonista fundamental do modelo político-econômico estabelecido com o fim da Guerra Fria. Em comum análise com a perspectiva desse trabalho, Rogers e Tyushka compreendem que restabelecer a Rússia como uma grande potência significa para o Kremlin simplesmente ser capaz de defender os seus interesses num concerto global entre grandes potências (ROGERS; TYUSHKA, 2017, p. 42).

Argumentamos, portanto, que as intervenções militares feitas pela Rússia fora de seu território não tratam de uma mudança de postura em relação à expansão da OTAN e da União Europeia para países próximos a sua fronteira. O uso do aparato militar pelo governo Putin não implica em assumir que o governo Yeltsin era passivo quanto à expansão da esfera de influência ocidental, como já demonstravam os documentos oficiais da década de 1990. O que diferencia estes acontecimentos das rodadas de expansão da OTAN em 1999 e 2004⁷³ é o fato de que o país não possuía, naquele momento, a força suficiente para impedir tal movimento (MEARSHEIMER, 2014, p. 78)⁷⁴. Após o processo de reforma gradual das forças armadas russas, o país passou a ter confiança na utilização destas como instrumento de política externa. Assim, Mearsheimer (2014, p. 85) afirma que a resposta de Putin a esses eventos foi defensiva, e não ofensiva como parece ser o caso à primeira vista.

Gunitsky e Tsygankov (2018, p. 388, tradução nossa) apontam como outros autores – em específico Stent (2014) e Levgold (2007, 2016) – já haviam destacado as visões contrastantes nas relações russo-estadunidenses, uma vez que os dois países possuem visões diferentes do mundo contemporâneo e se baseiam em “expectativas irrealistas e percepções equivocadas das intenções de cada um”. Nesse sentido, a percepção de Moscou era de que, enquanto o país buscava construir uma parceria estratégica com os EUA baseados em princípio de soberania e igualdade, Washington identificava a Rússia como um parceiro menor que seria um apoiador dos valores globais e interesses definidos pelos EUA, na mesma lógica de Bogaturov (2011), apresentada na página 79.

Por essa ótica, as decisões tomadas pelos Estados Unidos como no caso do Kosovo, Iraque, e apoio às Revoluções Coloridas, transpareceram para o governo russo que suas

⁷³ Em 1999, a OTAN incorporou a República Tcheca, Hungria e Polônia. Cinco anos mais tarde, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia também aderiram à aliança militar (MEARSHEIMER, 2014, p. 78)

⁷⁴ Cabe assinalar outra hipótese complementar ao argumento do autor para a ofensiva militar russa nestes dois casos. Apesar dos países bálticos, que desde a queda do bloco soviético se aproximaram ao Ocidente, os outros países não são países limítrofes à Rússia, como é o caso da Geórgia e Ucrânia.

reivindicações sobre igualdade e respeito mútuo entre as potências eram ignoradas ou não entendidas pelo governo estadunidense. Como forma de coagir os Estados Unidos de que seus interesses deveriam ser levados em consideração, a Rússia passou a se utilizar de sua força militar. Na lógica do Kremlin, lições passadas demonstram que apenas com aparato militar suficientemente forte a Rússia seria vista como uma força a ser levada em consideração. Decorrente disso, as Forças Armadas Russas são entendidas pelo Kremlin não como instrumento de confrontação com as outras potências, mas como instrumento de engajamento multilateral (RENZ, 2018, p. 158).

Como resultado de suas ações, a Rússia passou a cada vez mais ser considerada um ator relevante nas relações internacionais pelos membros do círculo político estadunidense, que começou a perceber o país como ameaça ao modelo global de valores impostos por Washington. No entanto, as análises que descartam a tentativa de reaproximação de Moscou com o Ocidente ignoram o significado maior da assertividade do governo russo. Assim como a pronta ligação de Putin para Bush no pós-11 de setembro, o envolvimento russo na Síria e a participação no acordo nuclear com o Irã são elementos que evidenciam o desejo russo de atuação em conjunta as grandes potências para defesa seus interesses estratégicos (GUNITSKY, TSYGANKOV, 2018, p. 391).

Todavia, vale fazer menção às análises feitas sobre o significado mais profundo de mecanismos multilaterais para os líderes russos. Nesse sentido, afirma-se que por multilateralismo deve-se entender multipolaridade, que não significa a oposição entre grandes potências, mas sim um “clube de tomada de decisão via cooperação em bases igualitárias” como no Conselho OTAN-Rússia (RENZ, 2018, p. 40, tradução nossa). O termo “clube de potências” exprime bem a visão de Moscou. Diferentemente da visão liberal-institucionalista sobre o multilateralismo internacional, a multipolaridade implica na divisão igualitária entre as grandes potências que carregariam a responsabilidade de administração internacional. Assim, os fóruns multilaterais privilegiados por Moscou são aqueles que não implicam na eventual perda de soberania do país, e cujas tomadas de decisão são construídas com base no consenso entre os membros, e não em organismos ditos supranacionais com possibilidade de impor obrigação a seus membros (STRONSKI; SOKOLSKY, 2020, p. 3). Em específico, o CSNU é justamente o exemplo de cooperação multipolar ideal para Moscou, uma vez que nele o país tem poder de veto como todos os outros membros.

4.5 Conclusão: A Rússia como potência defensiva, reativa e negativa

Ao estar ciente da sua inferioridade material frente aos outros centros de poder, a capacidade de não se submeter aos seus interesses e poder ditar suas próprias regras a nível doméstico e em países que considera estar sob sua zona de influência já é vista, pela perspectiva do Kremlin, como um atributo de grande potência. Em suma, tem como objetivo obrigar as potências ocidentais a coexistirem com Moscou, onde nada pode ser alcançado no campo internacional – ao menos no que se refere aos assuntos de interesses russos – sem a participação do Kremlin (ROGERS; TYUSHKA, 2017, p. 53). Por essa lógica, fica ainda mais claro o papel primordial da força militar russa no espectro de sua estratégia de Defesa e busca pela *Derzhavnost*.

A partir da discussão acima, conclui-se que o status da Rússia no século XXI pode ser melhor entendido a partir de três características elementares de sua estratégia: uma potência defensiva, reativa e negativa em conjunto com ações militares taticamente ofensivas. Entende-se que as percepções do governo russo quanto à situação de insegurança do país que justifique suas ações ofensivas são comunicadas à comunidade internacional – seja por meio de discursos ou dos documentos oficiais de Defesa, como a Doutrina Militar – a fim de estabelecer os limites de atuação das potências ocidentais. Conforme já visto anteriormente, o fim do bloco soviético possibilitou a ascensão dos Estados Unidos como única superpotência do SI, cuja projeção de poder passou a ter alcance global ao mesmo tempo em que acumulou capacidades militares suficientes – entre outras ordens – para tornar pretensões de contestação a sua hegemonia improváveis. Nesse contexto, um conjunto de episódios foram percebidos pelo Kremlin como ameaça à segurança nacional do país e a seu regime interno: a expansão da OTAN para o Leste Europeu, aproximando a aliança militar ocidental das fronteiras russas; intervenções no Kosovo e Iraque sem aprovação no CSNU; o projeto estadunidense de supremacia nuclear; e apoio de Washington a movimentos de derrubada de regime em países do chamado espaço pós-soviético e no Oriente Médio.

Nesse sentido, considera-se que o conceito de potência defensiva segundo Aron (2002) é de melhor serventia para explicar o caso russo no debate sobre seu status de potência a nível internacional. Considerado o SI pós-Guerra como unipolar conforme a visão de Wohlforth (1999; 2009), cujo *hegemon* incontestável são os Estados Unidos, não cabe à Rússia – ao menos até o presente momento – se posicionar como uma potência capaz de desafiar militarmente os Estados Unidos. No ponto de vista teórico sobre a unipolaridade, a tentativa russa seria impossível. Portanto, a estratégia de enfrentamento à hegemonia estadunidense se pauta no uso

de sua força militar de tal forma que, ao invés de impor pautas contrárias à Washington, seja suficientemente forte para não se submeter à projeção de poder global estadunidense. Conseqüentemente, a hipótese de uma nova Guerra Fria ou o receio propagado de uma tentativa de restauração do império soviético deixa de se sustentar. Mais do que um ímpeto imperialista de reunificação do bloco soviético, a estratégia russa objetiva o redesenho da arquitetura de segurança europeia no pós-Guerra Fria que lhe foi imposta. Para isso, a manutenção de países do espaço pós-soviético como sua exclusiva de interesse – sobretudo político e militar – é vista como vital para a garantia da manutenção do regime político de Moscou e da própria existência do Estado russo.

Assim, a percepção do Kremlin sobre o papel internacional do país foi de que, uma vez que o status de grande potência não seria reconhecido de maneira natural, este precisaria ser conquistado através de demonstração de força militar que sustentem uma capacidade político-diplomática capaz de defender seus interesses em nível de igualdade num concerto junto a outras potências. A *Derzhavnost* russa deve, portanto, ser compreendida não como uma característica natural do Estado russo, mas sim através da atuação internacional do país. E essa asserção reside na seguinte conclusão: o reconhecimento de sua *Derzhavnost* só é possível a partir da atuação em conjunto com Washington, Bruxelas e Pequim num concerto internacional multipolar em que prevalece a igualdade de reconhecimento dos interesses entre as potências. Por consequência, a afirmação feita na última versão do Conceito de Política Externa da Rússia de 2016 (segunda seção, parágrafo 4) acerca da clara emergência de uma ordem internacional multipolar não deve ser entendida como uma pretensão de equivalências de forças. Conforme afirma Gilpin (1981, p. 34) a percepção sobre a mudança do Sistema Internacional depende de quem a observa. Argumenta-se, portanto, que manter a soberania sobre seu território, a primazia de influência sobre o espaço pós-soviético, e garantir um lugar à mesa de concerto global entre potências, são elementos considerados pelo governo russo como vitórias políticas características de uma potência capaz de resistir à imposição de vontades do *hegemon*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é fruto da observação do contexto internacional da última década, cujo um dos aspectos marcantes foi a crescente menção à Rússia no noticiário internacional. Nesse sentido, nosso interesse pelo tema começou a se desenhar ainda em 2014. No início daquele ano, a Rússia havia anexado a Crimeia em uma manobra militar e geopolítica que lhe assegurou a soberania sobre a Península que, até então, era território ucraniano. A despeito do não-reconhecimento da maior parte da comunidade internacional sobre o status da Crimeia como parte da Federação Russa, e da forte pressão política e econômica feita por Estados Unidos e União Europeia, o governo russo manteve sua posição e, passados sete anos, continua com o domínio da região. Em 2015, a Rússia passou a intervir militarmente na Guerra Civil da Síria em apoio ao regime de Bashar al-Assad, que desde 2011 era desafiado por movimentos rebeldes no contexto da Primavera Árabe. Ainda que o conflito não tenha chegado ao fim, é fato que o apoio de forças russas contribuiu para a manutenção do governo Assad até o presente momento e a retomada do controle sobre grande parte do território sírio pelo governo central. Daquele momento em diante, a Rússia estava definitivamente de volta ao jogo da política internacional e a figura de Vladimir Putin passou a ocupar cada vez mais espaço entre os líderes das grandes potências.

Em ambos os episódios mencionados acima, Moscou teve papel protagonista e demonstrou confiança em fazer uso de suas forças armadas para além de seu território, em ações que define como necessárias para a defesa de seus interesses político-securitários. Esse cenário se destaca pelo contraste com o papel secundário relegado à Rússia nos anos 1990 e início do século XXI e, principalmente, pelo desempenho das Forças Armadas Russas menos de duas décadas depois do quadro caótico visto na seção 1.2 da Introdução. Naquele momento, as parcas condições do aparato militar russo refletiam a degradante realidade econômica e social da ex-superpotência, e contribuía para a formação da imagem de uma potência em decadência, com a consequente perda de protagonismo de Moscou nas relações internacionais. Nesse sentido, as humilhações da década de 1990 de caráter político-militar podem ser compreendidas a partir de quatro aspectos: 1) a Guerra do Golfo, 1991, demonstrou a superioridade militar-tecnológica dos Estados Unidos e anunciou a desproporcionalidade de forças entre Washington e Moscou; 2) as atuações falhas em conflitos pós-soviéticos demonstravam a desorganização e o despreparo das Forças Armadas Russas; 3) a cooperação em missões de paz nos Bálcãs, junto com a OTAN, demonstrava o papel secundário relegado à Rússia, nas quais decisões eram tomadas sem levar em conta seus interesses, como no caso do bombardeio da OTAN no

Kosovo; 4) a tragédia de Kursk demonstrou o deterioramento de seu arsenal militar e a falta de apoio e investimento do governo às Forças Armadas.

Como resultado dessas ofensivas militares russas, floresceram, na última década, estudos sobre a política externa russa no século XXI e os desafios decorrentes desta para a segurança internacional. Em especial, tais análises buscaram demonstrar a crescente assertividade do país sob o comando de Vladimir Putin. Para muitos, como vimos em Oliker (2016) e Zwack (2016), o Kremlin passou a exercer uma política externa agressiva que colocaria em risco a segurança internacional e poderia acarretar no aumento da tensão – e possível conflito – com a OTAN. Nesse sentido, as incursões russas fora de seu território, sobretudo no caso da anexação da Crimeia, foram amplamente vistas como episódios inesperados que revelariam o ímpeto do governo russo de restaurar parcialmente o bloco soviético, com a possível tentativa de incorporação de toda a Ucrânia. Tais narrativas se pautaram, para além do caso da Crimeia propriamente dito, na fala de Vladimir Putin, em 2005, sobre a dissolução da União Soviética como “maior desastre geopolítico” do século XX, e do alegado apoio de forças russas – ainda que negada pelo Kremlin – aos movimentos separatistas do Leste Ucraniano.

Devido à performance das Forças Armadas Russas nas duas ocasiões, um grande número de estudos sobre a capacidade militar do país passou a ser desenvolvido, sobretudo nos centros de estudos militares estadunidenses, europeus, e também na própria Rússia. Sobretudo, estas investigações buscaram compreender como o país conseguiu transformar seu aparato militar, outrora largamente deteriorado, em uma instituição capaz de se locomover de forma rápida e eficaz – na anexação da Crimeia – e munida de um arsenal bélico moderno capaz de sustentar-se a longo prazo no contexto da Guerra Civil Síria. O foco de análise dessas pesquisas passou a ser, portanto, a chamada “reforma militar russa” que entrou em curso em 2008.

A partir desse contexto, esta Dissertação buscou unir as duas frentes de análise: militar e política. Dessa forma, o título do trabalho “O poder pela força: análise da reforma militar russa e sua relação com o posicionamento internacional do país” condensa seu objetivo geral: entender de que forma a Rússia se posiciona no tabuleiro de política internacional a partir do incremento de sua força militar. Nesse sentido, buscou-se entender como estas ferramentas foram aprimoradas a tal ponto que Moscou passou a estar confiante de suas capacidades militares para utilizá-las para além de suas fronteiras e reivindicar seu status como grande potência.

A partir do objetivo geral, foram traçados três objetivos específicos. O primeiro objetivo foi compreender os aspectos da reforma militar, objeto de análise do Capítulo 2. Ao longo do capítulo, expusemos os principais obstáculos à execução de uma ampla reforma nas Forças

Armadas Russas antes de 2008, a despeito do debate sobre sua urgência desde a criação da Federação Russa enquanto Estado sucessor da União Soviética, ao longo de toda a década de 1990. Assim, destacamos que a Guerra da Geórgia, em agosto de 2008, evidenciou a má performance das forças russas e a obsolescência de seus armamentos, apesar da rápida vitória no conflito. No entanto, salientamos que o contexto do conflito não deve ser entendido como causa originária do lançamento do programa de reformas. Somado a esse fator, foi verificado que o contexto doméstico de estabilidade política e social e crescimento econômico ao final da década de 2000, em conjunto com posicionamento reformista de Anatoly Serdyukov como Ministro da Defesa entre 2007 e 2012, convergiram para impulsionar a implementação das medidas.

Em seguida, abordamos o conjunto de reformas empreendidas sob o comando de Serdyukov (2008-2012) e Shoigu (2012-atualmente) como Ministros da Defesa, no que tange os aspectos organizacional, pessoal, armamentista e econômico. Notou-se, ao fim do capítulo, que a reforma acarretou na transformação da Forças Armadas Russas para um modelo pós-soviético, cujas principais características podem ser entendidas como: 1) adoção, em grande medida, do modelo de divisão das unidades militares em brigadas; 2) reorganização dos distritos militares e diminuição dos níveis de hierarquia; 3) valorização da carreira militar através da melhora dos salários e condições nos quartéis; 4) profissionalização – ainda que não completa – da carreira militar, com uma mescla de soldados conscritos e voluntários; 5) constantes treinamentos em larga-escala e inspeções surpresa; e 6) investimentos no desenvolvimento de novos armamentos e modernização dos modelos soviéticos, sobretudo em tecnologia C4SIR. Ainda, buscamos demonstrar que, apesar dos grandes investimentos feitos no desenvolvimento de novos sistemas de armas e compras pelo Ministério da Defesa da Rússia – através dos programas GPV-2020 e GPV-2027 – o governo russo manteve, na última década, a parcela do PIB gasta com Defesas próxima dos 4%, considerada por analistas como sustentável a longo prazo. Como produto destas políticas, a Rússia passou a gozar de forças armadas mais compactas, ágeis, de prontidão permanente e melhor preparadas para lidar com os conflitos do século XXI.

O segundo objetivo foi analisar a política de defesa da Rússia e o desenvolvimento do pensamento estratégico-militar do país no período pós-soviético. Para atingirmos nosso objetivo, dedicamos o Capítulo 3 à análise da narrativa russa nos documentos oficiais de defesa, assim como debatemos a alegada estratégia de guerra híbrida, caracterizada pela chamada Doutrina Gerasimov. Concluiu-se que as mudanças empreendidas pela reforma refletem, em certa medida, um modelo de pensamento estratégico que compreende que os conflitos do século

XXI são marcados pela baixa intensidade dos combates e pela predominância de atores paramilitares e insurgentes que substituem o Estado como ator principal e diminuem a chance de um conflito de larga-escala entre potências. Por esse motivo, ainda que a OTAN e os Estados Unidos continuem a ser reconhecidas por Moscou como principais ameaças ao país, estas se constituem menos pela possibilidade de um ataque à Rússia de maneira direta do que por vias indiretas, seja pela construção e fomento de narrativas contrárias ao Kremlin, ou por apoio a movimentos que possam desestabilizar o país ou minar a influência russa em países do chamado espaço pós-soviético.

Portanto, a maneira como o pensamento estratégico-militar da Rússia atual entende a importância do incremento de suas capacidades tecnológicas e cibernéticas em razão do crescente caráter informacional da guerra e do papel da inteligência nos conflitos contemporâneos. Em conjunto com forças convencionais bem equipadas e preparadas para atuar em conflitos locais e no entorno de seu território, a manutenção de sua tríade nuclear torna o governo russo confiante em seu aparato militar, considerando-o suficientemente forte para garantir uma estratégia de dissuasão em relação aos Estados Unidos e à OTAN.

O terceiro objetivo foi, enfim, entender como a força militar é aplicada pelo governo russo – direta ou indiretamente – para reivindicar seu lugar como potência no Sistema Internacional, tema do Capítulo 4. Ao longo do capítulo, debatemos os conceitos de poder, força, potência e prestígio nas relações internacionais a partir das definições segundo Aron (2002) e Gilpin (1981). Em seguida, foi feita uma discussão teórica acerca do Sistema Internacional pós-Guerra Fria, nomeadamente marcado pela unipolaridade estadunidense, conforme a definição de Wohlforth (1999, 2009). Ainda, fizemos o uso do conceito russo *Derzhavnost*, como já havia sido explorado anteriormente por autores como Gunitsky e Tsygankov (2018) e Renz (2018). O conceito expressa a “qualidade de ser uma potência” e é definido por estes os autores através de características como o prestígio internacional, o reconhecimento pelos pares e um “lugar à mesa” junto a outras grandes potências no concerto da ordem global.

Apoiado nesses conceitos, sugerimos que a análise da reivindicação do status de grande potência pela Rússia deve ser feita a partir da forma como Moscou se posiciona no tabuleiro internacional, isto é, pelas ações empreendidas – e aqui, em específico, através de sua capacidade militar – em defesa de seus interesses primários: soberania doméstica e primazia da influência sobre o espaço pós-soviético. Não obstante, estas análises devem levar em conta o contexto de assimetria de forças em favor dos Estados Unidos e da OTAN, que limita as possibilidades de ação da Rússia. Por esse motivo, acreditamos que a refutação do status de

grande potência da Rússia a partir puramente da análise material-quantitativa das esferas militar, econômica, ou demográfica, em comparação com as potências Estados Unidos, China e União Europeia, são insuficientes.

Por esse motivo, entendemos que a reforma militar promovida e as incursões militares da Rússia não sinalizam, necessariamente, uma maior agressividade de sua política externa com o objetivo de superar militarmente o bloco Ocidental ou restaurar um domínio *de jure* sobre as ex-repúblicas soviéticas. O objetivo das mudanças e modernizações das Forças Armadas Russas seria, nesse sentido, provê-las de capacidade suficiente para permitir a confiança do Kremlin na eficácia de sua aplicação como forma de proteger seus interesses em relação às políticas e interesses de outras potências. Com efeito, propomos a definição do status de potência da Rússia a partir de um caráter defensivo, reativo e negativo, que exprimem, respectivamente, sua capacidade de defender seus interesses, reivindicar um rearranjo da arquitetura de segurança internacional e de não se submeter às políticas impostas pelas outras grandes potências, principalmente pelos Estados Unidos.

Após o decorrer do estudo, acreditamos que as três hipóteses levantadas no início de nossa pesquisa foram corroboradas. Como hipótese principal, sugerimos que a reforma das Forças Armadas Russas e o investimento no desenvolvimento de novas armas e modernização dos modelos já existentes possuem caráter instrumental para inserção de Moscou no concerto internacional, possibilitando sua participação entre as grandes potências. Nesse sentido, a busca pelo reconhecimento do status de grande potência da Rússia não se constituiria como um objetivo em si mesmo, mas sim uma condição *sine qua non*, no entendimento da elite política russa, para a defesa de Moscou de seus interesses frente a Estados Unidos, União Europeia e China.

Como primeira hipótese secundária, sugerimos que o governo russo entende a via da força militar como principal mecanismo de garantia da defesa de seus interesses. Isso decorre da percepção de Moscou acerca de sua insegurança no contexto pós-Guerra Fria, marcada pela supremacia militar estadunidense e sua própria debilidade nesse quesito, que permitiram a Washington: intervir militarmente no Kosovo e no Iraque sem o aval do CSNU; expandir a OTAN para o Leste Europeu, próximo às fronteiras russas e intencionar, inclusive, a adesão de Ucrânia e Geórgia; e fomentar narrativas antirregime a nível doméstico que podem evoluir para a desestabilização político-social do país e tentativas de derrubada do governo, como nas Revoluções Coloridas e na Primavera Árabe.

Por fim, a segunda hipótese secundária sugeria que os episódios da anexação da Crimeia, em 2014, e a intervenção militar na Síria, em 2015, não significam uma tendência de

política imperialista – ao menos no sentido formal de tentativa de restauração do bloco soviético – tampouco uma disposição de enfrentamento direto com os Estados Unidos e a OTAN. Nesse sentido, apontamos que a política militar russa consiste em uma estratégia que utiliza de abordagens assimétricas que buscam frear a presença Ocidental sobre regiões consideradas pelo Kremlin como zona de interesse privilegiado – como a Ucrânia, Cáucaso do Norte e Ásia Central – e garantir a estabilidade de sua política doméstica e entorno geopolítico.

Nossa pesquisa teve como base teórica o pensamento da escola do Realismo Neoclássico das Relações Internacionais. Essa linha de pensamento, como vertente do Realismo, continua a considerar o Estado como principal ator do Sistema Internacional, ainda que não o único, mas tenta incorporar variáveis domésticas, como o regime doméstico, líderes estatais e classe política, a elementos externos, como as condicionalidades do ambiente internacional. Além disso, os realistas neoclássicos tendem a ressaltar as percepções entre os Estados sobre suas capacidades materiais são relativas. Nesse sentido, quebram com a lógica de teóricos realistas que levam em conta apenas a capacidade material dos Estados a partir de dados quantitativos brutos para a análise de seu poder político e comportamento a nível internacional, ainda que estejam ligadas a estas.

Em específico, utilizamos de Wohlforth (2009) como principal embasamento teórico para a análise de nosso objeto. Wohlforth afirma que as percepções de poder entre os atores internacionais estão atreladas as suas capacidades materiais e, portanto, alterações nesta ordem geram mudanças na forma como o poder dos Estados é percebida. Consequentemente, os Estados utilizam dos recursos materiais que possuem como forma de reconhecimento de seu status internacional, através de um processo de persuasão.

Por esse motivo, acreditamos que a análise da reivindicação do status de grande potência da Rússia no contexto pós-Guerra Fria pode ser melhor executada a partir de perspectivas que busquem equilibrar fatores internos e externos, objetivos e subjetivos, como é o caso de autores do Realismo Neoclássico. Nesse sentido, argumentamos que o posicionamento internacional russo sob o comando de Putin se diferencia pela forma como o governo aumentou sua confiança em sua capacidade militar e está disposto a utilizá-la como suporte aos esforços político-diplomáticos para reivindicar o reconhecimento do status de potência da Federação Russa. Não obstante, entendemos que o governo Putin mantém os interesses construídos historicamente no país e, dessa maneira, não se deve delegar à sua figura a completa explicação para a postura assertiva da Rússia nos últimos anos.

Desse modo, julgamos que as capacidades materiais são ainda muito relevantes para a percepção do poder dos Estados, como defendido pela escola do Realismo Neoclássico. Assim,

quando a Rússia reorganiza suas forças armadas e passa a investir em novos e melhores armamentos, está sinalizando que, caso necessário, possui a capacidade necessária para agir em prol de seus interesses. Como resultado, a posse de uma força militar expressiva e de qualidade é fundamental para que sua aplicação a nível internacional seja crível e, destarte, garanta robustez à atuação político-diplomática do país no Sistema Internacional. Nesse sentido, o uso das Forças Armadas Russas na Geórgia, Ucrânia e Síria possuem um significado que vai além do campo militar e se constitui na forma de anúncio das capacidades à disposição do Estado para fazer valer seus interesses frente às outras potências, e exemplifica as possibilidades de retaliações quando estes não são levados em consideração. Em última instância, as incursões na Geórgia e Ucrânia buscam manter estes países sob sua esfera de influência e impedir a adesão destes à OTAN. Na Síria, Moscou alinhou fatores de ordem puramente militar (treinamento em combate dos soldados russos e teste de novos armamentos desenvolvidos) a fatores econômicos (exibição de uma nova classe de armamentos para potenciais compradores do Oriente Médio e do Norte da África), e principalmente político-estratégico (ser visto pelos regimes locais como um parceiro garantidor de sua manutenção e se posicionar como potência capaz de frear os ímpetos de Washington).

Ao longo do trabalho, não nos propomos a analisar em termos técnicos o desenvolvimento militar russo em curso desde 2008, tampouco tivemos como objetivo concluir se o aparato militar disponível a Moscou é capaz ou não de fazer frente, ou até superar, a capacidade militar dos Estados Unidos e da OTAN. Dessa forma, propomos que a análise do poder militar russo em relação aos Estados Unidos – ou à China – não deveria ser feita por uma comparação para concluir “qual é o melhor?” mas sim indagar “como o poder militar de um país em específico se encaixa nos propósitos e objetivos de sua política externa?”. Portanto, analisar a capacidade militar russa única e exclusivamente pela ótica quantitativa e qualitativa em comparação com as outras potências, sem considerar os interesses específicos de Moscou e os propósitos que guiam sua política de Defesa, ignorando a utilização de capacidades e abordagens assimétricas, é um erro analítico que leva a falsas conclusões. A partir de olhares que levam em conta o caráter subjetivo e da percepção de poder entre os atores, evita-se chegar a conclusões que determinam ser impossível a tentativa de reposicionamento da Rússia como ator coprotagonista no Sistema Internacional. Consideramos que tais abordagens, portanto, não são capazes de explicar a crescente assertividade da política externa russa a partir de 2008 e a tomada de decisões como as intervenções na Geórgia e na Síria e a anexação da Crimeia.

Além disso, acreditamos que a análise de novas formas de guerra e concepções estratégicas sobre os conflitos contemporâneos – marcados pelo conceito de guerra híbrida, como debatido no Capítulo 3 – colocam em xeque a supremacia estadunidense se o que se leva em consideração são apenas as forças convencionais e o montante de sua capacidade bélica. Conforme visto, o crescente caráter informacional da guerra, em conjunto com o desenvolvimento de equipamentos C4SIR e capacidade cibernética e espacial, podem ser suficientes para neutralizar as vantagens de um adversário teoricamente superior. Nesse sentido, observa-se uma tendência das disputas indiretas e assimétricas entre os Estados, que misturam elementos da narrativa política e do controle da informação para conseguir impor ou não se submeter a imposição dos interesses de outros atores políticos, tornando a possibilidade de um conflito de larga escala entre grandes potências cada vez mais distante e, nesse sentido, diminuindo a relevância da superioridade militar-tecnológica convencional.

Por fim, é preciso ressaltar que toda análise sobre a política externa russa contemporânea deve evitar cair no aceite total da retórica do Kremlin de que todas suas ações são apenas defensivas e justificáveis como respostas ao imperialismo ocidental, mas também se recusar a simplificar o entendimento deste fenômeno a partir da narrativa que define Moscou como ator meramente agressivo e imprevisível que teria como objetivo destruir a civilização ocidental. Com essa ressalva em mente, pode-se, enfim, compreender a reestruturação e o fortalecimento das Forças Armadas Russas como um pré-requisito para a sua atuação internacional na mesa de negociação com as outras potências. No entanto, diferentemente dos tempos de Guerra Fria, quando União Soviética e Estados Unidos eram superpotências inimigas e o mundo se via sob a constante possibilidade de um embate entre as duas forças, o contexto internacional a partir de 1991, marcado pela supremacia estadunidense, faz com que o simples fato de Moscou ser capaz de defender seus interesses e não se submeter à imposição de vontades de Washington, seja considerado pelo Kremlin como uma vitória política suficiente para alçar a Rússia ao posto de grande potência internacional.

REFERÊNCIAS

- ALLENSWORTH, Wayne. Derzhavnost: Aleksandr Lebed's vision for Russia. **Problems of Post-Communism**, [s.l.] v. 45, n. 2, p. 51–8, 1998.
- ALLISON, Roy. Russia, Regional Conflict, and the Use of Military Power. In: MILLER, Steve E.; TRENIN, Dmitri. **The Russian Military: power and policy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Cap. 4. p. 121-156.
- ALLISON, Roy. Russia Resurgent? Moscow's Campaign to 'Coerce Georgia to Peace'. **International Affairs**, v. 84, n. 6, nov. 2008, p. 1145-1171.
- ANTONENKO, Oksana. Russia, NATO and European security after Kosovo. **Survival**, v. 41, n. 4, p. 124-144, 1999. DOI: 10.1080/713660137.
- ALMAZ-ANTEY. **Almaz-Antey**. Disponível em: <http://www.almaz-antey.ru/en/>. Acesso em: 28 out. 2020.
- ARBATOV, Alexei G. Military Reform: From Crisis to Stagnation. In: MILLER, Steve E.; TRENIN, Dmitri. **The Russian Military: power and policy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Cap. 3. p. 95-120.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio Antônio Paim. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI, 2002. (Clássicos IPRI, 4). Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0043.pdf>>. Acesso em: 18. abr. 2019.
- AVERRE, Derek. From Pristina to Tskhinvali: the legacy of Operation Allied Force in Russia's relations with the West. **International Affairs**, [s.l.], v. 85, n. 3, p. 575–59, 2009.
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions, **World Politics**, v. 38, n. 1, 1985, p. 226-254.
- BAEV, Pavel K. The Trajectory of the Russian Military: Downsizing, Degeneration, and Defeat in TRENIN, Dmitri; MILLER, Steven E. (eds.). **The Russian Military**: Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Cap. 1. p. 73-94.
- BAEV, Pavel K. Russian Military Perestroika. **US – EUROPE Analysis Series Number 45**. April 29, 2010. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/russian-military-perestroika/>. Acesso em: 28 out. 2020.
- BARABANOV, M.; MAKIENKO, K.; PUKHOV, R. Military Reform: Toward the New Look of the Russian Army. **Valdai Discussion Club**. Moscou. jul. 2012.
- BARANY, Zoltan. Superpresidentialism and the Military: The Russian Variant. **Presidential Studies Quarterly**, v. 38, n. 1, p. 14-38, mar. 2008.
- BARTLES, Charles K. Defense Reforms of Russian Defense Minister Anatolii Serdyukov. **The Journal of Slavic Military Studies**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 55-80, fev-mar. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13518046.2011.549038>. Acesso em: 28 out. 2020

BARTLES, Charles K. Factors Influencing Russian Force Modernization. In: DENI, John R. (ed.). **Current Russian Military Affairs: Assessing and Countering Russian Strategy**, Strategic Studies Institute – United States Army War College. Russian Force Modernization. p. 40-44. July 2018. Disponível em: <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/3545.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

BARTLES, Charles K. Getting Gerasimov Right. **Military Review**. Jan.-Feb. Bimestral. 2016. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/January-February-2016/>. Acesso em: 28 out. 2020

BEAUFRE, A.: **Disuasión y estrategia**, Bs. As., Ed. Pleamar, 1980.

BĒRZINS, Jānis. The Russian Way of Warfare. In: DENI, John R. (ed.) **Current Russian Military Affairs: Assessing and Countering Russian Strategy, Operational Planning and Modernization**. Strategic Studies Institute – United States Army War College. Russian Operational Planning. p. 18-20. July 2018. Disponível em: <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/3545.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

BIG Army Reshuffle: Head of the General Staff replaced. **Russian Today**. 09 Nov, 2012. Disponível em: <https://www.rt.com/russia/chief-staff-makarov-army-306/>. Acesso em 28 out. 2020.

BLAKKISRUD, Helge Blurring the boundary between civic and ethnic: the Kremlin's new approach to national identity under Putin's third term. In: KOLSTO, Pal; BLAKKISRUD, Helge. **The new Russian nationalism: imperialism, ethnicity and authoritarianism 2000-2015**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2016. p. 249-274

BLANK, Stephen J. (ed.). **Russia in the Arctic**. Strategic Studies Institute. 2011.

BODNER, Matthew. Russian Military Merges Air Force and Space Command. **The Moscow Times**. Aug 3, 2015. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2015/08/03/russian-military-merges-air-force-and-space-command-a48710>. Acesso em: 28 out. 2020.

BOGATUROV, Alexei. “Coercion to Partnership” and the Flaws of an Unbalanced World. **Russia in Global Affairs**. 29 dez. 2011. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/coercion-to-partnership-and-the-flaws-of-an-unbalanced-world/>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRANNON, Robert. **Russian Civil-Military Relations**. Surrey, England: Ashgate Publishing Limited. 2009.

BROOKS, Stephen G; WOHLFORTH, William C. The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-First Century: China's Rise and the Fate of America's Global Position. **International Security**, v. 40, n. 3 (Winter 2015/16), p. 7–53, doi:10.1162/ISEC_a_00225.

BRUUSGARD, Kristin V. Russia and Strategic Competition with the United States. In: DENI, John R. (ed.) **Current Russian Military Affairs: Assessing and Countering Russian Strategy**, Strategic Studies Institute – United States Army War College. Russian Force Modernization. p. 30-34. July 2018. Disponível em: <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/3545.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CARLSSON, Märta. **The Structure of Power: an Insight into the Russian Ministry of Defence**. Stockholm, Sweden. Nov. 2012.

CARLSSON, Märta; GRANHOLM, Niklas. **Russia and the Arctic**. Analysis and Discussion of Russian Strategies. Stockholm, Sweden. Mar. 2013.

CONNOLLY, Richard; BOULÈGUE, Mathieu. **Russia's New State Armament Programme Implications for the Russian Armed Forces and Military Capabilities to 2027**. Chatham House. May 2018. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2018-05-10-russia-state-armament-programme-connolly-boulegue-final.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

COOPER, Julian. Developments in the Russian arms industry. **SIPRI Yearbook 2005: Arms, Disarmament and International Security**. Appendix 9c. p. 431-448.

COOPER, Julian. Russia's Invincible Weapons: Today, Tomorrow, Sometime, Never? **CCW Brief**. Pembroke College, University of Oxford. May 2018.

COOPER, Julian. **Russian Military Expenditure: Data, Analysis and Issues**. Stockholm, Sweden. 12 Sep. 2013.

COOPER, Julian. Russian military expenditure in 2017 and 2018, arms procurement and prospects for 2019 and beyond. **CCW Brief**. Pembroke College, University of Oxford. Feb. 2019

CORDESMAN, Anthony H. The Real Revolution in Military Affairs. **Center for Strategic and International Studies**. 5 aug, 2014. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/real-revolution-military-affairs>. Acesso em: 28 out. 2020.

COVINGTON, Stephen R.. **The Culture of Strategic Thought Behind Russia's Modern Approaches to Warfare**. 2016.

CROSS, Sharyl. Russia and NATO toward the twenty-first century: conflicts and peacekeeping in Bosnia Herzegovina and Kosovo. **The Journal of Slavic Military Studies**: [s.l.], v. 15, n. 2, p. 1-58, maio-jun. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13518040208430519>. Acesso em: 28 out. 2020.

DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. **Russia Military Power: building a military to support great power aspirations**. 2017. Disponível em: <https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Russia%20Military%20Power%20Report%202017.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

DOURADO, Maria Eduarda B.; LEITE, Alexandre Cesar C.; NOBRE, Fábio Rodrigo F. Guerra Híbrida vs. Gibridnaya Voyna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o Ocidente e para a Rússia. **Revista da Escola de Guerra Naval**. Rio de Janeiro, v.26, n.1, janeiro /abril de 2020, p. 39-64.

EUGÉNIO, António L.B. A guerra centrada em rede: um breve balanço, dez anos depois. **Revista Militar**, n. 2481, outubro 2008.

FERREIRA DA SILVA, Peterson. O debate sobre Transformação Militar: o caso da força terrestre da Rússia e os reflexos para seu Complexo Industrial Militar. **Análise Estratégica** v. 10, n. 4, set./ nov. 2018.

FIORI, José Luis. A transformação mundial e a ressurreição russa do século XXI. **FUP**. 27 set. 2017. Disponível em: <https://ineep.org.br/a-transformacao-mundial-e-a-ressurreicao-russa-do-seculo-xxi/>. Acesso em 30 jul. 2021.

FRIDMAN, Ofer. Hybrid Warfare or Gibrinaya Voyna?: Similar, But Different. **The RUSI Journal**, v. 162, n. 1, p. 42-49, DOI: 10.1080/03071847.2016.1253370.

GILES, Keir. A New Phase in Russian Military Transformation. **The Journal of Slavic Military Studies**, v. 27, n. 1, p. 147-162, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/13518046.2014.874850>.

GILES, Keir. Who Gives the Order in the Russian Military? **NATO Defense College**. Rome. n. 24. March. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280611563_Who_Gives_the_Orders_in_the_New_Russian_Military. Acesso em: 28 out. 2020.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 [1981].

GOLTS, Alexander. The Limits of Russian Military Reform: Another Lost Opportunity. In: GOLTS, Alexander; KOFMAN, Michael. **Russia's Military: Assessment, Strategy and Threat**. Washington, D.C.: Center On Global Interests, 2016. p. 3-12.

GOLTS, Alexander. The Social and Political Condition of the Russian Military. In: MILLER, Steve E.; TRENIN, Dmitri. **The Russian Military: power and policy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Cap. 2. p. 73-94.

GOLTS, Alexander. Too Many Officers Spoil the Soup. **The Moscow Times**. Nov 25, 2015. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2013/11/25/too-many-officers-spoil-the-soup-a29904>. Acesso em: 28 out. 2020.

GOLTS; Alexander; PUTNAM, Tonya. State Militarism and Its Legacies: Why Military Reform Has Failed in Russia. **Quarterly Journal: International Security**, v. 29, n. 2. Fall 2004, p. 121-158.

GOENBURG, Dmitry. Job satisfaction among Russian officers. **Russia Military Reform**. June 5, 2012. Disponível em: <https://russiamil.wordpress.com/tag/pay-rates/>. Acesso em: 28 out. 2020

GUNITSKY, Seva; TSYGANKOV, Andrei P. The Wilsonian Bias in the Study of Russian Foreign Policy. **Problems of Post-Communism**, v. 65, n. 6, p. 385-393. 2018. DOI: 10.1080/10758216.2018.1468270

HECIMOVIĆ, Arnel. Vostok-2018: Russia launches biggest post-Soviet war games – in pictures. **The Guardian**. 13 Sep, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2018/sep/13/vostok-2018-russia-war-games-military-exercises-in-pictures>. Acesso em: 28 out. 2020.

HOFFMAN, Frank. **Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars**. 2007. Disponível em: https://potomac institute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

IISS. INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance**: Chapter Two: Comparative defence statistics, v. 119, n. 1, p. 21-27. Disponível em: 10.1080/04597222.2019.1561026. Acesso em: 28 out. 2020.

IISS. INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance**. Chapter Five: Russia and Eurasia, v. 120, n. 1, p. 166-219.

IVANOV, Vladimir. Melhoria das empresas da indústria de defesa é prioridade das autoridades. **Nezavisimoye Voyennoye Obozreniye** [Independent Military Review]. Disponível em: https://nvo.ng.ru/realty/2020-02-14/1_1081_priority.html. Acesso em: 28 out. 2020.

KIPP, Jacob. Russian Sixth Generation Warfare and Recent Developments. **Eurasia Daily Monitor**, v. 9, n. 17, January 25, 2012. Disponível em: <https://jamestown.org/program/russian-sixth-generation-warfare-and-recent-developments/>. Acesso em: 28 out. 2020.

KOFMAN, Michael. Assessing Vostok-2018 in **CCW Russia Brief**. Changing Character of War Centre Pembroke College, University of Oxford. vol.3. set. 2018.

KOFMAN, Michael. **Drivers of Russian grand strategy**. 2019. Disponível em: <https://frivarld.se/wp-content/uploads/2019/04/Drivers-of-Russian-Grand-Strategy.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

KOFMAN, Michael. **Putin's strategy is far better than you think**. 2015. Disponível em: <https://warontherocks.com/2015/09/putin-is-a-far-better-strategist-than-you-think/>. Acesso em: 28 out. 2020.

KOFMAN, Michael. **The ABCs of Russian Military Power**: a primer for the new administration. A Primer for the New Administration. 2017. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/the-abcs-russian-military-power-primer-the-new-19299>. Acesso em: 18 out. 2020.

KOFMAN, Michael. The Russian Military: a force in transition. In: GOLTS, Alexander; KOFMAN, Michael. **Russia's Military**: Assessment, Strategy and Threat. Washington, D.C.: Center On Global Interests, 2016. p. 3-12.

KLEIN, Margarete. Russia's Military Policy in the Post-Soviet Space Aims, Instruments and Perspectives. **German Institute for International and Security Affairs**. January, 2019. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2019RP01/>. Acesso em: 28 out. 2020.

KROPATCHEVA, Elena. **Power And National Security**. Handbook of Russian Foreign Policy Routledge. 29 March 2018. Disponível em: <https://www.routledgehandbooks.com/doi/10.4324/9781315536934-4>. Acesso em: 28 out. 2020.

LACKENBAUER, P. Whitney; LALONDE, Suzanne (eds). **Breaking the Ice Curtain?** Russia, Canada, and Arctic Security in a Changing Circumpolar World. Calgary, Canadian Global Affairs Institute. 2019.

LAGE, Janaina; COELHO, Luciana. Obama abandona escudo antimísseis de Bush. **Folha de S. Paulo**. 18 set. 2009. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1809200901.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

LARSON, Deborah Welch; SHEVCHENKO, Alexei. Status Seekers: Chinese and Russian Responses to U.S Primacy. **International Security**, Cambridge, v. 34, n. 4, p.63-95, Spring 2010. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2010.34.4.63>. Acesso em: 11 jun. 2018.

LIBERAL Economist Kudrin Returns to Russian Government After 7-Year Hiatus. **The Moscow Times**. May 22, 2018. Disponível em:

<https://www.themoscowtimes.com/2018/05/22/liberal-economist-kudrin-returns-to-russian-government-after-7-year-hiatus-a61534>. Acesso em: 28 out. 2020.

LIND, William S. et al. **The Changing Face of War: Into the Fourth Generation**. 1989.

Disponível em: <<http://globalguerrillas.typepad.com/lind/the-changing-face-of-war-into-the-fourth-generation.html>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

LIND, William. Understanding Fourth Generation War. **Military Review**. September-October 2004. p. 12-16.

LYNCH, Allen C. The Realism of Russia's Foreign Policy. **Europe-Asia Studies**. 2001

MAJUMDAR, Dave. How the Russian Military Turned War-Torn Syria Into A Testing Playground. **Task & Purpose**. July 31, 2018. Disponível em:

<https://taskandpurpose.com/analysis/russian-military-syria-weapons-testing/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MCDERMOTT, Roger. Gerasimov Appeals for Military Science to Forge New Forms of Combat. **Eurasia Daily Monitor Volume**, v. 16, n. 34, 12 mar. 2019. Disponível em:

<https://jamestown.org/program/gerasimov-appeals-for-military-science-to-forge-new-forms-of-combat/>. Acesso em: 28 out. 2020

MCDERMOTT, Roger. Putin Agrees to Major Write-Off of Russia's Defense Industry Debt. **Eurasia Daily Monitor Volume**, v. 17, n. 22, 19 fev. 2020. Disponível em:

<https://jamestown.org/program/putin-agrees-to-major-write-off-of-russias-defense-industry-debt/>. Acesso em: 28 out. 2020.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & company, 2001.

MEARSHEIMER, John. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. The Liberal Delusions that Provoked Putin. **Foreign Affairs**. September/October. v. 93, n. 5. 2014.

MERCER, Jonathan. Anarchy and Identity. **International Organization**, v. 49, n. 2 Spring 1995, p. 229–252.

MILLER, Steven E. Moscow's Military Power: Russia's Search for Security in an Age of Transition. In: MILLER, Steve E.; TRENIN, Dmitri. **The Russian Military: power and policy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Introduction. p. 1-42.

NAJIBULLAH, Farangis. Russia's Foreign Legion Of Doubt. **RFE/RL** . January 18, 2015.

Disponível em: <https://www.rferl.org/a/russia-foreigners-military-recruiting/26800177.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

NECHEPURENKO, Ivan. Russia Fires Dozens of Military Officers in Baltic Region. **The New York Times**. June 30, 2016. Europe. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2016/07/01/world/europe/russia-fires-dozens-of-military-officers-in-baltic-region.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

- NEMETSOVA, Anna. The ‘Puppet Master’ of Putin’s Kremlin Is Out, but His Sinister Policies Are Still In. **The Daily Best**. 29 fev. 2020. Disponível em: <https://www.thedailybeast.com/vladislav-surkov-the-puppet-master-of-putins-kremlin-is-out-but-his-sinister-policies-are-still-in>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- OLIKER, Olga. Russian Brinkmanship: Don’t Confuse Unpredictability with Strength. **World Policy Journal**, v. 33, n. 4, Winter 2016/2017, p. 81-83.
- OTAN. **Defence Expenditure of NATO Countries (2013-2019)**. Press Release. 29 nov. 2019.
- PALLIN, Carolina V.; WESTERLUND, Frederik. Russia's war in Georgia: lessons and consequences. **Small Wars & Insurgencies**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 400-424, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592310902975539>. Acesso em: 28 out. 2020.
- PARCHOMENKO, Walter. The Russian military in the wake of the *Kursk* tragedy, **The Journal of Slavic Military Studies**. 2001.
- PARNEMO, Liv K. Russia’s Naval Development — Grand Ambitions and Tactical Pragmatism. **The Journal of Slavic Military Studies**, [s.l.], v. 32, n. 1, p. 41-69, fev-mar. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13518046.2019.1552678>. Acesso em: 28 out. 2020
- PARTNEM, Michael Greenfiel. The Buffer System in International Relations. **The Journal of Conflict Resolution**, Mar., 1983, v. 27, n. 1, p. 3-26, mar. 1983.
- PETROVIĆ, Žarko N. Russian-Serbian strategic partnership: scope and content. In: PETROVIĆ, Žarko N.(ed.). **Russia Serbia relations at the beginning of the XXI Century**. Belgrado: ISAC Fund, 2010.
- PHILLIPS, Christopher. **The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East**. New Haven: Yale University Press, 2016.
- PICOLLI, Larlecianne. **Armas estratégicas e equilíbrio internacional: a política de defesa da Rússia no século XXI – aspectos normativos e operacionais**. Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins. 2019. 433 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul. 2019.
- PUTIN demite ministro da Defesa por suspeita de fraude. **Cruzeiro do Sul**. 06 nov. 2012. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/432082/putin-demite-ministro-da-defesa-por-suspeita-de-fraude>. Acesso em: 28 out 2020.
- PUTIN lamenta colapso da União Soviética. Mundo. **Folha de S. Paulo**. 26 de abril de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2604200511.htm>. Acesso em: 22 mar. 2021
- PUTIN signs decree to transform Northern Fleet into military district. **TASS**. 21, dec. 2020. Disponível em: <https://tass.com/defense/1238053>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- PYNNONIEMI, Katrin. Russia’s National Security Strategy: Analysis of Conceptual Evolution. **The Journal Of Slavic Military Studies**: [S.L.], v. 31, n. 2, p. 240-256, maio-jun. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13518046.2018.1451091>. Acesso em: 28 out. 2020.

QUADROS, Bruno Q. A nova doutrina militar da Rússia: mais do mesmo? **UOL**. 8 dez. 2010. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/17015/a-nova-doutrina-militar-da-russia-mais-do-mesmo>. Acesso em: 28 out. 2020.

RADELJIC, Branislav. Russia's Involvement in the Kosovo Case: Defending Serbian Interests or Securing Its Own Influence in Europe?. **Region**. v. 6, n. 6., 2017, p. 273-300. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26377322/>. Acesso em: 28 out. 2020.

RADIN, Andrew; et. al. **The Future of Russian Military**: Russia's Ground Combat Capabilities and Implications for US-Russia Competition. Santa Monica, California. RAND Corporation. 2019. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3099.html. Acesso em: 28 out. 2020

RENZ, Bettina. Russian Military Capabilities after 20 Years of Reform. **Survival Global Politics and Strategy**, [s.l], v. 56, n. 3, p. 61-84, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2014.920145>. Acesso em: 28 out. 2020.

RENZ, Bettina. **Russia's Military Revival**. Cambridge, UK. Polity Press. 2018.

RIBEIRO, Erik Herejk. C4SIR in VITELLI, Marina Gisela; SAINT-PIERRE, Héctor Luis (orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp. p. 162-165. 2018.

RIBEIRO, João Ruela. Soldados russos marcham em direção ao século XXI. **Público**. [s.l]. nov. 2013. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/11/24/mundo/noticia/soldados-russos-marcham-em-direccao-ao-seculo-xxi-1613750>>. Acesso em: 11 maio 2019.

ROGERS, James; TYUSHKA, Andriy. 'Hacking' into the West: Russia's 'anti-hegemonic' drive and the strategic narrative offensive. **Defence Strategic Communications**, v. 2, Spring 2017, p. 35-60.

ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, 1998, p. 144–172.

ROSTEC. **Rostekh**. Disponível em: <https://rostec.ru/en/>. Acesso em: 28 out. 2020.

ROVNER, Joshua. Dealing with Putin's Strategic Incompetence. **War on the Rocks**. August 12, 2015. Disponível em: <https://warontherocks.com/2015/08/dealing-with-putins-strategic-incompetence/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

RUSSIA'S Ex-Defense Minister Serdyukov Amnestied. **RFE/RL**. March 07, 2014. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/russia-serdyukov-amnesty-corruption/25288817.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. 2013. Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**. 2016. Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248#:~:text=The%20Russian%20Federation's%20foreign%20policy,ensure%20solid%20and%20equal%20security. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. Ministério de Negócios Estrangeiros. **National Security Concept of the Russian Federation**, 2000b. 10 January, 2000. Disponível em:

https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/589768. Acesso em: 29 out. 2020.

RUSSIA plants flag on Arctic floor. **CNN NEWS**. Aug 2, 2017. Disponível em:

http://edition.cnn.com/2007/WORLD/europe/08/02/arctic.sub.reut/index.html?eref=rss_world. Acesso em: 06 abr. 2021.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. **Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation**.

2008. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. Presidente da Rússia. Reunião ampliada do Colégio do Ministério da Defesa. 22

dez. 2017. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/56472>. Acesso em: 28 out. 2020.

RÚSSIA. Russia National Security Blueprint. 1997. **Federation of American Scientists**

Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/blueprint.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. Russia National Security Strategy. 12 May 2009a. **Embassy of the Russian**

Federation in the Kingdom of Thailand. Disponível em: <https://thailand.mid.ru/en/national-security-strategy-of-the-russian-federation>. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. Russia National Security Strategy. December 2015. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**. Disponível em:

<http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. The Basic Provisions of the Military Doctrine of the Russian Federation. 1993.

Federation of American Scientists Disponível em:

<https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/index.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. The Foreign Concept of the Russian Federation, 2000a. **Federation of American**

Scientists Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>. Acesso em: 29 out. 2019.

RÚSSIA. **The Fundamentals of Russian State Policy in the Arctic up to 2020 and beyond**. 2009b. Disponível em: [http://www.arctis-](http://www.arctis-search.com/Russian+Federation+Policy+for+the+Arctic+to+2020)

[search.com/Russian+Federation+Policy+for+the+Arctic+to+2020](http://www.arctis-search.com/Russian+Federation+Policy+for+the+Arctic+to+2020). Acesso em: 29 out. 2020.

RÚSSIA. **The Military Doctrine of the Russian Federation**. Carnegie Endowment for International Peace. 2010. Disponível em:

https://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

- RÚSSIA. The Military Doctrine of the Russian Federation. 2014. **The Embassy of the Russian Federation to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**. 29 jun. 2015. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/2029#:~:text=The%20Military%20Doctrine%20reflects%20the,violent%20instruments%20have%20been%20exhausted>. Acesso em: 29 out. 2020.
- RÚSSIA. The Russian Federation Military Doctrine. 2000c. **Arms Control Today**. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2000-05/russias-military-doctrine>. Acesso em: 29 out. 2020.
- RUSSIAN President Accepts of Resignation of Deputy PM Surkov. **RFE/RL**. 08 mai 2013. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/russia-deputy-pm-surkov-quits/24980174.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- SCIUTTO, Jim. **The Shadow War: Inside Russia's and China's Secret Operations to Defeat America**. HarperCollins Publishers, 2019.
- SEGRILLO, Angelo. A Nova Rússia: Balanço e Desafios. In: Fundação Alexandre de Gusmão - Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**, 5-6 nov. 2007. Brasília: FUNAG, 2008, p. 89-109.
- SHLYKOV, Vitaly V. The Economics of Defense in Russia and the Legacy of Structural Militarization. In: MILLER, Steve E.; TRENIN, Dmitri. **The Russian Military: power and policy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Cap. 5. p. 157-182.
- STRONSKI, Paul; SOKOLSKY, Richard. Multipolarity in Practice - Understanding Russia's Engagement With Regional Institutions. **Carnegie Endowment for International Peace**. January 08, 2020. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2020/01/08/multipolarity-in-practice-understanding-russia-s-engagement-with-regional-institutions-pub-80717>. Acesso em 22 mar. 2021.
- TAYLOR, Brian D. **Politics and the Russian Army: Civil-Military Relations, 1689-200**. New York, USA: Cambridge University Press. 2003.
- THE Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations. **Military Review**. p. 23-29. January-February 2016.
- THORNTON, Rod. The Concept of Pace in Current Russian Military Thinking. In: DENI, John R. (ed.) **Current Russian Military Affairs: Assessing and Countering Russian Strategy**, Strategic Studies Institute – United States Army War College. Russian Operational Planning. p. 25-29. July 2018. Disponível em: <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/3545.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.
- TRENIN, Dmitri. Gold Eagle, Red Star. In: MILLER, Steve E.; TRENIN, Dmitri. **The Russian Military: power and policy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004. Conclusion. p. 217-232.
- TRENIN, Dmitri. The Revival of the Russian Military: How Moscow Reloaded. **Foreign Affairs**, v. 95, n. 3, May/June 2016, p. 23-29.
- TSYGANKOV, Andrei P. If Not by Tanks, Then by Banks The Role of Soft Power in Putin's Foreign Policy. **Europe-Asia Studies**, v. 58, n.7, p. 1079-1099, Nov. 2006.

TSYGANKOV, Andrei P. Russia's international assertiveness: what does it mean for the West?. **Problems of Post-Communism**, v. 55, n. 2, p. 38–55, 2008

UKRAINE and Russia agree to implement ceasefire. **BBC NEWS**. 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-50713647>. Acesso em: 06 maio 2020.

VON CLAUSEWITZ, Carl. **Da Guerra**. Tradução para o inglês, Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português, CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro, 1984. Título original: Von Kriege.

WESTERLUND, Frederik. Force or Modernization?. In: DENI, John R. (ed.) **Current Russian Military Affairs: Assessing and Countering Russian Strategy**, Strategic Studies Institute – United States Army War College. Russian Force Modernization. p. 35-39. July 2018. Disponível em: <https://publications.armywarcollege.edu/pubs/3545.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

WILK, Andrej. A significant pay increase in the Russian army. **Centre for Eastern Studies**. 1 fev. 2012. Disponível em: <https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2012-02-01/a-significant-pay-increase-russian-army>. Acesso em: 28 out. 2020.

WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, Summer. 1999

WOHLFORTH, William C. Unipolarity, status competition, and great power war. **World Politics**, v. 61, n. 1, p. 28–57, 2009.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro. 2003. p. 153-181.

ZONOVA, Tatiana; REINHARDT, Roman. Main vectors of Russia's foreign policy. **Rivista di Studi Politici Internazionali**, NUOVA SERIE, v. 81, n. 4, Ottobre-Diciembre, 2014, p. 501-516.

ZWACK, Peter. Russia's Contradictory Relationship with the West. **PRISM**, v. 6, n. 2, p. 142-173. 2016.